

EDITAL
INVERSAO DE FASES
PREGÃO ELETRÔNICO ELETRÔNICA Nº 2407060601-PERP

PREÂMBULO

O município de Quixeramobim/CE, torna público, para conhecimento dos interessados, que a prefeitura municipal, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) da PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM nos termos da Lei Complementar nº 102/2024, de 17 de janeiro de 2024, nomeado(a)/designado(a) por ato juntado ao processo administrativo de que trata esta licitação, auxiliado pela equipe de apoio também designada formalmente por ato juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital, e seus anexos, e as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive os normativos internos.

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.445.118,08 (TRÊS MILHÕES E QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E CENTO E DEZOITO REAIS E OITO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/07/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM / NÃO

REGISTRO DE PREÇOS: SIM

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO: NÃO

1 - DO OBJETO:

1.1 - O objeto da presente licitação é o(a) **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS VIAS, SOB DEMANDA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM**, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes do Termo de Referência/Projeto Básico e demais anexos deste edital.

1.2 - A licitação será realizada GLOBAL, conforme tabela constante do Anexo I - Termo de Referência do Edital.

1.3 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços em anexo.

2 - DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:

2.1 - O edital está disponível gratuitamente nos sítios: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, Portal de Compras da Prefeitura de Quixeramobim-CE no endereço eletrônico <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>, Portal de Licitações dos Municípios TCE/CE no endereço eletrônico <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/> e no Sítio Eletrônico do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM no endereço eletrônico <https://quixeramobim.ce.gov.br/>.

2.2 - O certame será realizado por meio do Portal de Compras da Prefeitura de Quixeramobim, no endereço eletrônico <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>.

2.3 - Para efetuar o cadastro no Portal de Compras da Prefeitura de Quixeramobim, o fornecedor deverá acessar a página <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>, no link "Seja um fornecedor", deverá preencher o formulário com as informações obrigatórias (campos sinalizados como "campo obrigatório") e anexar a documentação de credenciamento descrita na página.





2.4 - DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO:

2.4.1 - FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 30/07/2024 às 07:59 hs.

2.4.2 - DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 30/07/2024 às 08:00 hs.

2.4.3 - INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 30/07/2024 às 09:00 hs.

2.4.4 - REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

2.4.5 - Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (vinte e quatro horas) a contar da respectiva data, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

3 - DA INVERSÃO DE FASE - HABILITAÇÃO

3.1 - A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de proposta/lances e apresentação de amostras, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.

3.2 - A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração, bem com gerar maior celeridade processual e economicidade para os participantes na fase de amostras.

3.3 - A administração espera poder avaliar o acervo técnico dentro das exigências do Termo de Referência e assim quantificar as empresas que poderão ofertar os lances no certame. A inversão de fases trará benefícios para o erário, uma vez que a gestão municipal poderá avaliar com mais critérios a habilitação das empresas, com observância na sua capacitação técnica, com o objetivo de que a sessão de lances seja apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato. Não obstante, a complexidade da proposta e sua elaboração de forma coerente e exequível é fundamental para a qualidade dos serviços prestados pelos licitantes.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados Portal de Compras da Prefeitura de Quixeramobim.

4.2 - O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>.

4.3 - A sessão de julgamento eletrônico da licitação será realizada no endereço eletrônico <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

4.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



habilitação.

4.6 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7 - Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7.1 - Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio.

4.7.2 - As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar a documentação das empresas que compõem o consórcio, além dos demais documentos exigidos neste Edital, e o compromisso de constituição do consórcio por escritura pública ou documento particular, neste caso, com firma (s) do (s) signatário (s) devidamente reconhecida (s) em Cartório, constando, com clareza e precisão, os direitos e deveres de cada uma das consorciadas entre si e à vista do objeto desta licitação. Deverão discriminar, ainda, a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada e a etapa da participação na execução do objeto da presente licitação.

4.7.3 - O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

4.7.4 - Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação.

4.7.5 - Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

4.7.6 - Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

4.7.7 - Quando da contratação, as faturas e notas fiscais para os serviços executados pelas empresas consorciadas serão emitidas em nome do consórcio, assim o seu respectivo pagamento será efetuado em conta corrente única, em nome do consórcio, cabendo às suas integrantes dispor sobre a forma de divisão dos serviços, lucros, tributos e participações no seu ato constitutivo;

4.7.8 - As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar os documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

4.8 - Não poderão disputar esta licitação:

4.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).

4.8.2 - Autor do anteprojeto, do Termo de Referência/Projeto Básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

4.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.8.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante.

4.8.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4.8.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133/2021.

4.9 - O impedimento de que trata o item 4.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.8.2 e 4.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.12 - O disposto nos itens 4.8.2 e 4.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.13 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.14 - A vedação de que trata o item 4.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação precede as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitante com os documentos de habilitação, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante está declarando, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de

16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da constituição federal;

5.3.3 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da constituição federal;

5.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.4 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4.1 - O(s) item(ns) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, estarão identificados no sistema.

5.5 - A falsidade da declaração de que trata o item 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.8.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.9.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.9.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.10 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.11 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - Valor ou desconto unitário e total dos itens/grupo e seus itens.



6.1.2 - Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência/Projeto Básico: indicando, no que for aplicável: marca, fabricante, prazo de garantia, etc.

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas.

6.8.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital.

6.9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, GARANTIA DA PROPOSTA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - Antes de iniciar a fase de lances, os licitantes deverão encaminhar a garantia da proposta;

7.2.1 - A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

7.2.1.1 - A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

7.2.1.2 - Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

7.2.1.3 - A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

7.2.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.3 - O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.2.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor **total**.

7.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme critério de julgamento definido neste Edital.

7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (CEM REAIS)**.

7.10 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.11 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12 - Caso seja adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa "**aberto**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13 - Caso seja adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa "**aberto e fechado**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



7.13.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14 - Caso seja adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa "**fechado e aberto**", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1 - Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.5 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.6 - Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.20.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos

controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021.

7.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23 - Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

8.1 - Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação abaixo descrita nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

I - À habilitação jurídica.

II - À Habilitação fiscal, social e trabalhista.

III - À qualificação econômico-financeira.

IV - À qualificação técnica.

V - Das declarações de habilitação, conforme anexos do Edital.

8.1.1 - Os documentos relativos à fase de habilitação dos Licitantes deverão ser enviados, exclusivamente, via portal de Compras de Quixeramobim, através do sítio eletrônico <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>, até a data e horário previsto para abertura do certame.

8.1.2 - Iniciado a fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o(s) licitante(s) atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.1.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio



majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429/1992.

8.1.4 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.6 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.1.7 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.8 - Será verificado a utilização de algum tratamento favorecido às ME/EPP's.

OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR TODAS AS DOCUMENTAÇÕES RELACIONADAS A HABILITAÇÃO DE QUE TRATA ESTE EDITAL, EM UM ÚNICO ARQUIVO E DEVIDAMENTE NOMEADO DE ACORDO COM O ARQUIVO (HABILITAÇÃO). FICA EXPRESSAMENTE VEDADA A INCLUSÃO DE DOCUMENTOS QUE NÃO SE ENCONTRA NO ROL DE EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL.

8.2 - Habilitação jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.1 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2 - Cópia do documento oficial de identificação do(s) sócio(s), válido(s) na forma da lei.

8.2.3 - Procuração do(s) respectivo(s) representante(s), acompanhado de cópia do documento oficial de identificação, válido(s) na forma da lei, se for o caso.

8.3 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.3.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida





conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.4 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso de Pessoa Jurídica.

8.3.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.3.6.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.7 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.3.7.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4 - Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, *caput*, inciso II da Lei 14.133/2021.

8.4.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do artigo 65, §2º, da Lei 14.133/2021.
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.4.2.1 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de **1% (um por cento)** do valor total estimado da contratação.

8.4.2.2 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.5 - Qualificação Técnica

8.5.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.5.1.1 - O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, junto secretaria demandante, de modo que seu agendamento não coincida com o



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



agendamento de outros licitantes, via e-mail: (sec_infra@quixeramobim.ce.gov.br)

8.5.1.2 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.5.2 - Comprovação da capacitação técnico-profissional:

Apresentar um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa proponente, devidamente acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer uma das regiões do CREA e/ou CAU, comprovando a execução, pelo profissional indicado, de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional, conforme consta neste instrumento.

8.5.2.1 - Comprovação das parcelas de maior relevância ou valor significativo:

- a) RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 16.911 m²;
- b) DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO E POLIÉDRICO - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 19.218 m²;
- c) BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 3.500 m;
- d) CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPA COM AGREGADO ADQUIRIDO - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 105 m³;

8.5.3 - Comprovação da capacidade técnico operacional:

A qualificação técnica operacional será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado/declaração, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa Licitante já forneceu, satisfatoriamente, objeto compatível com o desta licitação.

8.5.3.1 - Comprovação das parcelas de maior relevância ou valor significativo:

- a) RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 16.911 m²;
- b) DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO E POLIÉDRICO - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 19.218 m²;
- c) BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 3.500 m;
- d) CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPA COM AGREGADO ADQUIRIDO - comprovação mínima de execução de 50% da quantidade prevista em orçamento - 105 m³;

8.5.4 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.5.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.6 - Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou CAU, em plena validade.

8.5.7 - indicação do pessoal técnico disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.5.8 - O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.5.9 - Apresentar declaração formal da empresa licitante, informando a disponibilidade de todos os



equipamentos adequados e das instalações de apoio para realização do objeto da licitação.

8.6 - DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA:

8.6.1 - Declaração, assegurando as condições de habilitação as exigências deste Edital e seus anexos (Sugestão de modelo apresentado no ANEXO).

8.6.1.1 - Declaração que cumpre os documentos de habilitação e a conformidade da proposta com as exigências do edital.

8.6.1.2 - Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

8.6.2 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

8.6.3 - As declarações deverão estar digitalizadas devidamente, timbradas e assinadas por representante legal.

8.6.4 - A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação pertinente

8.7 - As empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual (MEI), por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.7.1 - Para fins deste edital, entende-se por documentação de regularidade fiscal e trabalhista aqueles inscritos no subitem 8.3, que estão em consonância com o Art. 63, 64 e 65 da Lei 14.133/21, respeitando assim o inscrito no Art. 43 da Lei Complementar 123/2006 e posteriores alterações.

8.7.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado pelo licitante e a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

8.7.3 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90 da Lei no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8 - Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

8.8.1 - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971.

8.8.2 - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.8.3 - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

8.8.4 - O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107.

8.8.5 - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

8.8.6 - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação.

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias.

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa.

8.8.7 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.9 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.9.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.10 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.10.3 - Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

8.11 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13 - A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem neste edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.1 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.15.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.15.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.16 - Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em



ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 - DA ACEITAÇÃO, JULGAMENTO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA:

9.1 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5 deste edital.

9.2 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.3 - O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.4 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.4.1 - Contiver vícios insanáveis.

9.4.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital.

9.4.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

9.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

9.4.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.5 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.5.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

9.5.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.5.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.6 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.6.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

9.6.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

9.6.3 - No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.6.4 - Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.7 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, orçamento as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.9.2 - Deverá apresentar orçamento(s) detalhado(s) contendo para cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, tudo de acordo com o disposto no **ANEXO II (PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS)** deste instrumento, bem como o preço unitário, o preço total do item e do grupo em algarismo, e o preço global do objeto, em algarismo, não sendo admitidos preços unitários superiores aos constantes da planilha orçamentária.

9.9.3 - No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a unidade do item expressa no orçamento do órgão ou entidade licitadora.

9.9.4 - O(s) Orçamento(s) deverá(ão) conter, em sua(s) última(s) folha(s), a ASSINATURA e o NOME do profissional competente que os subscrever, por carimbo ou por outro sistema de impressão, e o número da sua carteira profissional expedida pelo órgão competente. As demais folhas anteriores deverão conter a sua assinatura ou rubrica.

9.9.5 - A Licitante, ao criar a planilha com o orçamento proposto, deve adotar, nos campos quantidade e valor unitário, a seguinte regra:

a) Quantidade deverá ser representado com, no máximo, quatro casas decimais, utilizando-se a função TRUNCAR (QUANTIDADE;4).

b) Valor unitário deverá ser representado com, no máximo, duas casas decimais, utilizando-se a função TRUNCAR (VALOR UNITARIO;2).

c) O PRODUTO (quantidade x valor unitário) deverá ser representado com, no máximo, duas casas decimais, utilizando-se a função TRUNCAR (QUANTIDADE*VALOR UNITARIO); 2).

d) Caso o orçamento possua cálculo com indexadores (BDI, Encargos Financeiros, Encargos Sociais, Remunerações, etc.), será aplicada com, no máximo, duas casas decimais, utilizando-se a seguinte função TRUNCAR ((INDEXADOR*ITEM DE SERVIÇO);2).

9.9.6 - O **Cronograma físico-financeiro** deverá representar o desenvolvimento previsto para a execução total do objeto desta licitação em relação ao tempo, observado o prazo de execução proposto pela licitante, itens, etapas, fases, seus respectivos custos.

9.9.7 - O **Cronograma físico-financeiro** deverá ser obrigatoriamente, compatível com o prazo de execução proposto pela licitante e com o Orçamento Detalhado apresentado, tanto no que se refere aos itens quanto aos valores e com o cronograma de desembolsos.

9.9.8 - O percentual atribuído para cada etapa dos diversos itens deverá ser coerente com a complexidade e a interdependência dos serviços, refletindo a proporcionalidade e sequência das etapas em relação ao total do item.

9.9.9 - Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas efetivamente concluídas, a licitante deverá preparar seu Cronograma Físico-financeiro de forma a refletir adequadamente o andamento esperado dos serviços.

9.9.10 - O **Cronograma Exemplificativo** poderá ser utilizado como modelo para elaboração do Cronograma físico-financeiro a ser apresentado pela licitante.



9.9.11 - **A Planilha de Composição de Preços Unitários** deverá representar todos os insumos, materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e fiscais, BDI e outros componentes, constantes de todos os serviços listados no Orçamento detalhado, conforme **ANEXO**.

9.9.12 - **O Demonstrativo de Composição de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI**, conforme **ANEXO**, que poderá ser utilizado como referência pela licitante.

9.9.13 - **O Demonstrativo de Composição dos Encargos Sociais**, conforme **ANEXO**, que poderá ser utilizado como referência pela licitante.

9.10 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.10.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.10.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.10.3 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo previsto no **item 9.3** a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com os Projetos/Planilhas Orçamentárias anexos a este Edital.

c) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.10.3.1 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.10.3.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.10.3.3 - Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.10.3.4 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.10.3.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.10.3.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.10.3.7 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9.10.4 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.11 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11.1 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.11.2 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



9.11.3 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.6 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7 - Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11 - DOS RECURSOS:

11.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133/2021.

11.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo próprio no sistema no prazo de **até 30 (trinta) minutos do mencionado ato**, sob pena de preclusão.

11.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.3.3 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º, do art. 17, da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias





úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.4 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DOS LICITANTES, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1 - Encerrada a fase recursal, a autoridade superior do órgão ou entidade adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

13.2 - O sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

13.3 - Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, assim como para prestar garantia contratual no prazo e condições definidas no Termo de Referência este edital.

13.4 - Na assinatura do instrumento de contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do termo de contrato ou da Ata de Registro de Preços.

14 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

14.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 - Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, em atendimento ao § 4 do Art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 - O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou

meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

14.5 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.6 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021.

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

14.8 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.9 - Na hipótese de irregularidade, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.10 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços.

15 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES:

15.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato.

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

h) praticar ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2023.

15.2 - Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1 - Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.4 - Multa de:



15.2.4.1 - 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

15.2.4.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato, que não cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

15.2.4.1.2 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

15.2.4.1.3 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação/contratação direta sem motivo justificado.

15.2.4.1.4 - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

15.2.4.2 - 10% (dez por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

15.2.4.2.1 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

15.2.4.2.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

15.2.4.3 - 20% (vinte por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação/contratação direta, para aquele que:

15.2.4.3.1 - der causa à inexecução total do contrato.

15.2.4.3.2 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/contratação direta ou a execução do contrato.

15.2.4.3.3 - fraudar a licitação/contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

15.2.4.3.4 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.2.4.3.5 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação/contratação direta.

15.2.4.3.6 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2.4.4 - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

15.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.6 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei



nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.8 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.9 - A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.10 - A sanção de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a contratada ou será cobrada judicialmente.

16 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

16.1 - As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação/contratação direta, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.2 - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

16.2.1 - "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

16.2.2 - "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

16.2.3- "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

16.2.4 - "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

16.2.5 - "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.4 - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a



contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

17 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

17.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

17.2 - A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica pelo Portal da Prefeitura de Quixeramobim, no endereço eletrônico <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>.

17.3 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada via sistema de licitações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17.5 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.6 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

17.7 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.8 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

17.9 - A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

18 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

18.1 - As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços serão provenientes de dotações orçamentárias específicas do órgão contratante, devendo as mesmas serem informadas quando da realização da contratação.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 - Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico próprio.

19.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

19.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



19.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 - O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.10 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.11 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.12 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM poderá revogar este processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

19.13 - A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

19.14 - É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

19.15 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, Portal de Compras da Prefeitura de Quixeramobim no endereço eletrônico <https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/>, Portal de Licitações dos Municípios TCE/CE no endereço eletrônico <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/> e no Sítio Eletrônico do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM no endereço eletrônico <https://quixeramobim.ce.gov.br/>.

19.16 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência / Estudo Técnico Preliminar / Mapa de Risco.

- o Projeto de Engenharia.

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada de Habilitação.

ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

ANEXO V - Minuta do Termo de Contrato.

ANEXO VI - Justificativa, quando não permitida a participação de empresas em consórcio.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 10 de julho de 2024.

ANTONIO CLIDENOR GENUÍNO DE MEDEIROS - SECRETÁRIO(A)
SEC. DE DESEN. URBANO E INFRAESTRUTURA

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070124050001

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1 - O presente termo tem como objeto o(a) **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS VIAS, SOB DEMANDA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 5.283/2024, de 08 de abril de 2024, no Decreto Municipal nº 5.284/2024, no Decreto Municipal nº 5.286/2024 de 08 de abril de 2024, e nos demais normativos internos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	25238 - C2102 RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO (M2)	METRO QUADRADO	13.500,16	R\$ 5,93	R\$ 80.055,95
2	25239 - C3064 DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO E POLIÉDRICO (M2)	METRO QUADRADO	38.437,14	R\$ 11,85	R\$ 455.480,11
3	25240 - C3041 RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET C/ REMOÇÃO LATERAL (M2)	METRO QUADRADO	3.438,90	R\$ 16,08	R\$ 55.297,51
4	25241 - C2929 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/REJUNTAMENTO (M2)	METRO QUADRADO	4.614,06	R\$ 67,11	R\$ 309.649,57
5	25242 - C2932 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO (M2)	METRO QUADRADO	33.823,08	R\$ 41,29	R\$ 1.396.554,97
6	25243 - C3036 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO C/BLOKRET REAPROVEITADO (M2)	METRO QUADRADO	3.438,90	R\$ 26,48	R\$ 91.062,07
7	25244 - C2927 RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO (M)	METRO	3.760,40	R\$ 26,27	R\$ 98.785,71
8	25245 - C2895 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)	METRO QUADRADO	3.500,00	R\$ 92,13	R\$ 322.455,00
9	25246 - C2893 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)	METRO QUADRADO	2.000,00	R\$ 83,31	R\$ 166.620,00
10	25247 - C0365 BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL (M)	METRO	7.000,00	R\$ 37,07	R\$ 259.490,00
11	25248 - C0836 CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)	METRO CÚBICO	210,00	R\$ 645,46	R\$ 135.546,60
12	25249 - C3447 LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)	METRO QUADRADO	41.876,04	R\$ 1,77	R\$ 74.120,59
				TOTAL:	R\$ 3.445.118,08

1.2 - Integram o presente termo a seguinte documentação elaborada pelo(a) engenheiro LEONARDO NEVES PONTES, inscrito(a) no CREA sob o nº 51.143D: orçamento estimado em planilha de quantitativos e preço, cronograma físico-financeiro, planilha de quantitativos e preços, composição de preços unitários – CPU, composição de bonificação e despesas indiretas – BDI, composição analítica de encargos sociais, especificações técnicas e peças gráficas e ART do Projeto.

1.3 - O prazo de vigência da contratação é **12 (DOZE) MESES**, com início a partir da data de sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 - O prazo de vigência poderá ser prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento. Já a execução da obra deverá ser entregue conforme cronograma físico e financeiro.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 – Da Justificativa da contratação:

2.1.1 - A Prefeitura Municipal de Quixeramobim, localizada no Estado do Ceará, identificou uma necessidade premente de melhorar a infraestrutura da malha viária e das vias públicas da sede da cidade. A malha viária e as ruas de um município desempenham papéis fundamentais em diversos aspectos, tanto para a mobilidade quanto para o desenvolvimento econômico e social. Aqui estão algumas das razões pelas quais a manutenção e a qualidade dessas vias são tão importantes: Acessibilidade e Mobilidade: Uma malha viária bem conservada e planejada proporciona acesso fácil e rápido a diferentes áreas da cidade, permitindo que os residentes se desloquem com eficiência para o trabalho, escola, serviços de saúde, lazer e outros destinos importantes. Desenvolvimento Econômico: Ruas e estradas em boas condições são essenciais para o funcionamento eficiente do comércio, transporte de mercadorias e prestação de serviços. Uma infraestrutura viária adequada facilita o acesso a empresas, indústrias e áreas comerciais, estimulando o crescimento econômico e a geração de empregos. Segurança Viária: A manutenção adequada das vias públicas contribui para a segurança no trânsito, reduzindo o risco de acidentes causados por buracos, fissuras, desníveis e outras irregularidades nas ruas. Sinalização clara e adequada também é essencial para orientar os motoristas e pedestres, prevenindo colisões e atropelamentos. Qualidade de Vida: Ruas bem conservadas e espaços públicos bem cuidados têm um impacto positivo na qualidade de vida dos moradores, proporcionando um ambiente mais agradável para caminhar, praticar atividades físicas, socializar e desfrutar do espaço urbano. Valorização Imobiliária: A valorização de imóveis está diretamente ligada à infraestrutura e à qualidade das ruas e estradas próximas. Bairros com boas condições de acesso e serviços de transporte público tendem a atrair mais investimentos e apresentar uma valorização mais significativa no mercado imobiliário. Atração de Investimentos e Turismo: Uma infraestrutura viária bem desenvolvida e conservada é um fator importante na atração de investimentos e no desenvolvimento do turismo local. Cidades com boas condições de acesso e mobilidade são mais atrativas para empresas e visitantes, gerando oportunidades de negócios e impulsionando a economia local. Portanto, o projeto em consideração tem como objetivo principal a execução dos serviços de repavimentação em pedra tosca das áreas afetadas por buracos, bem como, visam proporcionar acessibilidade adequada, segurança aos usuários e incremento na qualidade de vida dos moradores destas regiões. A falta de pavimentação adequada nas vias do município tem sido fonte de diversos problemas para a comunidade, incluindo a dificuldade para a livre circulação de veículos e pedestres, em especial durante o período chuvoso quando aumentam a probabilidade de desgastes nas vias.

2.2 - Da previsão no Plano de Contratações Anual:

2.2.1 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas contidas neste processo administrativo.

2.3 - Da Fundamentação da contratação:

2.3.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.4 - Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

2.4.1 - Com a realização da contratação pretende-se a melhoria da Infraestrutura Viária: O principal objetivo da manutenção de vias públicas é melhorar a qualidade e a segurança das estradas, ruas e calçadas, reparando danos como buracos, fissuras, desníveis e erosões que possam comprometer a circulação de veículos e pedestres. Aumento da Segurança Viária: A realização de manutenções preventivas e corretivas contribui para reduzir o risco de acidentes de trânsito, proporcionando condições mais seguras para motoristas, passageiros, ciclistas e pedestres. Melhoria da Mobilidade Urbana: Ao garantir vias públicas em boas condições de trafegabilidade, a manutenção contribui para uma melhor fluidez do tráfego, reduzindo congestionamentos e tempos de deslocamento, especialmente em áreas urbanas. Promoção da Acessibilidade: A manutenção adequada das vias públicas inclui a garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio da instalação e manutenção de rampas, passarelas, sinalização tátil, entre outros dispositivos. Valorização do Espaço Urbano: Vias públicas bem conservadas e agradáveis contribuem para a valorização do espaço urbano, atraindo investimentos, estimulando o comércio local e melhorando a qualidade de vida dos moradores. Redução de Custos a Longo Prazo: Investir em manutenção preventiva pode resultar em economia de recursos a longo prazo, uma vez que evita danos mais graves que exigiriam reparos mais custosos no futuro. Satisfação da Comunidade: Ao fornecer vias públicas em boas condições, a administração pública atende às demandas da população por infraestrutura de qualidade, contribuindo para a satisfação dos cidadãos e fortalecendo a relação entre governo e sociedade..

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:



3.1 - A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Termo de Referência.

4.2 - Para a presente contratação utilizará o Projeto Básico e todos documentos complementares com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços de manutenção de vias, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo do serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.3 - Sustentabilidade:

4.3.1 - A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

4.3.2 - A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

4.3.3 - A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

4.3.4 - Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

4.3.5 - A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.3.6 - É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

4.4 - Requisitos técnicos da contratação:

a) Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no orçamento prévio e na ordem de serviço.

b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada.

c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes.

d) Definição do orçamento e do prazo de execução da manutenção das vias, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro de cada serviço de engenharia.

e) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único.

- f) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução do serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional.
- g) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado.
- h) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.
- i) Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe

4.5 - Subcontratação:

4.5.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 - Garantia da contratação.

4.6.1 - A empresa vencedora deverá oferecer em garantia das obrigações contratuais assumidas o equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global de cada instrumento contratual oriundo da Ata de Registro de Preços, nos moldes estabelecidos pelo artigo 96 da Lei 14.133.

4.6.2 - Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.6.3 - A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.6.4 - No caso de prorrogação do prazo de vigência e/ou reajuste do valor do contrato, a CONTRATADA deverá atualizar os documentos relativos à garantia, nos mesmos moldes do estabelecido neste termo e no Contrato;

4.6.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia;

4.6.6 - A garantia prestada será restituída ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.7 - Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

4.7.1 - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.7.2 - Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais.

4.7.3 - Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

4.7.4 - Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).

4.7.5 - Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

4.7.6 - Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 - A execução das manutenções (serviços de engenharia) deverão ser iniciadas no prazo máximo de até **05 DIAS**, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela administração.

5.2 - Prazo de execução dos serviços, deverão ser conforme cronograma físico-financeiro, contados da data da emissão da Ordem de Serviço a ser emitida pela administração.

5.3 - LOCALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ENGENHARIA: A localização dos serviços deverão ser de acordo com a demanda e do orçamento.

5.4 - O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 - O regime de execução dos serviços será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

5.6 - A execução dos serviços de engenharia objeto deste termo deverá obedecer integral e rigorosamente aos projetos, especificações e detalhes que serão fornecimentos pela contratante ao contratado, na fase de envio da ordem de serviços, com todas as características necessárias à perfeita execução dos serviços.

5.7 - Compete à empreiteira fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos do projeto arquitetônico, das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pelo contratante para a execução dos serviços de engenharia.

5.7.1 - Dos resultados desta verificação preliminar deverá a empreiteira dar imediata comunicação escrita ao contratante, apontando discrepâncias, omissões ou erros que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraço ao perfeito desenvolvimento das manutenções.

5.8 - Fazem parte integrante deste termo, independentemente de transcrição, todas as normas (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Decretos e Leis que tenham relação com os serviços objeto do contrato.

5.9 - A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.10 - Nenhuma reparo ou serviço a ser executado no subsolo, solo e espaço aéreo das vias ou logradouros públicos do Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, quando cabível, poderá ser iniciado sem o prévio alvará, a ser expedido pelo órgão competente. O referido alvará deverá ser mantido no local da obra até sua conclusão.

5.11 - Deverão ser obedecidas às condicionantes da Licença Ambiental aplicáveis ao serviço, quando cabível, bem como dos pareceres técnicos que subsidiaram suas emissões, incluindo, mas não se limitando, a Resolução CONAMA nº 382/2006 - "Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas".

5.12 - Das medidas preliminares:

5.12.1 - Em documento específico Anexo ao Edital, serão apresentados todos os procedimentos e especificações técnicas para as manutenções.

5.12.2 - Quaisquer materiais e/ou serviços que não estejam explicitamente discriminados nas Especificações Técnicas deverão obedecer às normas ou especificações elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

5.12.3 - Nenhum serviço de engenharia poderá ser executada sem o respectivo projeto de arquitetura e/ou engenharia, o mesmo se aplicando as eventuais modificações que venham a ser identificadas como necessárias na fase de execução. Modificações de caráter emergencial, que não elevem o custo da manutenção, podem ser executadas desde que a fiscalização apresente justificativa por escrito, descrevendo as condições que impossibilitam aguardar a elaboração de um projeto específico e a solução técnica adotada.

5.12.4 - Em função de peculiaridades locais, os projetos de engenharia poderão incluir especificações técnicas complementares, as quais poderão inclusive contrariar recomendações constantes das Especificações Técnicas, desde que tecnicamente justificado.

5.13 - Do estudo do Projeto Executivo:

5.13.1 - Antes da realização das manutenções das vias, a Empresa executora e a CONTRATANTE deverão promover uma completa reavaliação técnica dos projetos, especificações, memorial descritivo e planilha

orçamentária dos serviços de engenharia, observando especialmente os Métodos Construtivos aplicáveis a esse tipo de manutenção, as Normas de Acessibilidade pertinentes e as normas específicas dos órgãos fiscalizadores. Se forem identificadas discrepâncias ou incorreções que exijam soluções além do escopo da manutenção em si, as mesmas deverão ser comunicadas por meio de documento formal à chefia imediata, acompanhadas de sugestões de soluções, quando aplicável.

5.13.2 - Os serviços objeto deste processo licitatório serão realizados conforme cronograma de prazo constante em Projeto Executivo de cada requisição da área demandante, elaborado pelo setor de projetos da prefeitura Municipal de Quixeramobim, de acordo com a necessidade de cada serviço, levando em conta o levantamento de demandas, devendo ter seu início no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir da emissão da ordem de serviço.

Nos projetos executivos das Requisições da Secretaria demandante constarão:

- a) Plantas e Desenhos;
- b) Planilhas Orçamentárias;
- c) Cronograma Físico Financeiro compatível com a manutenção;
- d) Memorial Descritivo;
- e) Composição de Preços Unitários, onde deverá conter todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão-de-obra, totalização de encargos sociais, insumos, transportes, BDI, ligantes betuminosos, totalização de impostos e taxas, e quaisquer outros necessários à execução dos serviços.
- f) Quaisquer outras partes cabíveis para a execução do objeto;

5.13.3 - Caso o serviço a ser orçado não conste da Tabela SEINFRA, deverão ser buscadas as composições de insumos equivalentes nas Tabelas Referenciais de Custos da Construção Civil editadas pela Caixa Econômica Federal (SINAPI – Preço Regionalizado para o Estado do Ceará).

5.13.4 - A realização dos serviços deverá acontecer nas vias indicadas na Ordem de Serviço, independentemente da quantidade.

5.13.5 - A Prefeitura Municipal de Quixeramobim poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

5.13.6 - A depender do tipo de manutenção, quando, por exemplo, demande maior técnica para sua execução a contratada deverá alocar responsável técnico, que deverá acompanhar a execução dos serviços, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Quixeramobim.

5.13.7 - O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para os serviços e para os materiais.

5.14 - Da ART do Serviço de Engenharia:

5.14.1 - A Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, é o registro do contrato (escrito ou verbal) entre o profissional da empresa executante e o Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, e identifica os responsáveis pelos empreendimentos relativos à área tecnológica. A ART deverá ser apresentada após a assinatura do contrato, preferencialmente antes ou no início do desenvolvimento da atividade, para evitar a cobrança de multas. O Artigo 3º do Resolução nº425/98 do CONFEA determina que nenhuma obra ou serviço poderá ter início sem o registro da ART.

5.15 - Do diário de obras:

5.15.1 - O livro Diário de Obra deverá ser aberto pela Empresa executante de acordo com o modelo previsto nas normas, contendo:

5.15.1.1 - Termo de abertura;

5.15.1.2 - Data de abertura até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço;

5.15.1.3 - Todas as folhas numeradas;

5.15.1.4 - Folhas em 03 (três) vias com a seguinte destinação:

- 01 (uma) via permanece no diário;
- 01 (uma) via para a Fiscalização de Obras; e
- 01 (uma) via para a Empresa executante.

5.15.2 - A escrituração do Diário de Obras deverá ser realizada pelo Fiscal da CONTRATANTE e o engenheiro residente, devendo o livro permanecer constantemente no local da obra.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 - A gestão do contrato será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, para acompanhar a execução do instrumento contratual, com vistas à promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no ato convocatório e no instrumento contratual. As atribuições do servidor designado para gestão do contrato estão estabelecidas na Lei Complementar nº 102/2024, de 17 de janeiro de 2024, da Prefeitura Municipal de Quixeramobim.

6.3 - A fiscalização da contratação será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, com as atribuições de subsidiar ou assistir o Gestor de Contrato. As atribuições do servidor designado para fiscalização do contrato estão estabelecidas na Lei Complementar nº 102/2024, de 17 de janeiro de 2024, da Prefeitura Municipal de Quixeramobim.

6.3.1 - Na hipótese da contratação de terceiros prevista no artigo anterior, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

6.4 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*), formalmente designados.

6.6 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.7 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.8 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.9 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.10 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.11 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.12 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.13 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.14 - A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

6.14.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.15 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.16 - Regulamentos e Normativos internos devem ser obedecidos durante a vigência deste Contratação.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento

7.1 - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.1.2 - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.1.3 - O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.2 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelo fiscal do contrato designado, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências deste termo e do contrato.

7.2.1 - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.3 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.4 - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.5 - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

7.2.6 - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.7 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.1 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.3.2 - Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.3.3 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.4 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Medições

7.4 - As medições deverão ser elaboradas pela Empresa e serão compostas das seguintes partes:

- a) Planilhas dos serviços previstos, executados e acumulados;
- b) Memória de cálculo da medição;
- c) Relatórios de visita, caso necessário;
- d) Inventário fotográfico;
- e) Diário de obras.

Liquidação

7.5 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



Prazo de pagamento

7.7 - O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste termo.

7.8 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação ao objeto efetivamente entregue.

7.9 - A atualização financeira dos valores a serem pagos, em virtude de inadimplemento pela contratante, será efetuada através do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), pro rata, desde a data final do período do adimplemento até a data do efetivo pagamento, desde que comprove que o contratante é o único responsável pelo atraso.

Forma de pagamento

7.10 - O pagamento será realizado, de acordo com as medições, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o Cronograma Físico Financeiro apresentado pela CONTRATADA, desde que acompanhada de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes ao serviço prestado.

7.11 - O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.12 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.13 - O pagamento encontra-se ainda condicionados à apresentação da documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação.

7.14 - Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.15 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.17 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

7.18 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19 - Somente serão pagas as obras/serviços, efetivamente executadas e materiais, efetivamente aplicados.

7.20 - É vedada a realização de pagamento antes da entrega do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.21 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

7.22 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24 - Para o ISSQN, este deverá ser destacado na nota fiscal/fatura, com indicação do valor a ser retido e a



legislação municipal vigente que regulamenta referida tributação.

7.25 - Destaque-se que, na hipótese do item anterior, não obstante a responsabilidade do tomador, é dever da CONTRATADA apresentar o(s) documento(s) fiscal(is) em tempo hábil para que se proceda à retenção e recolhimento do referido imposto, cabendo à CONTRATADA arcar com eventuais despesas de mora a que der causa, nos termos deste item.

7.26 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.27 - A Contratante, por intermédio do seu agente fiscalizador ou substituto legal, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, para proceder ao aceite, providenciando a remessa desses documentos, devidamente atestados, ao Setor Competente.

7.28 - Compete ao agente fiscalizador do contrato certificar-se de que todos os documentos exigidos com a apresentação da nota fiscal/fatura ou recibo equivalente foram entregues pela CONTRATADA, antes de encaminhá-los ao Setor Competente para processamento.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - O Fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.1.1 - A justificativa para parcelamento ou não da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

8.2 - A execução do objeto será: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

8.3 - A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste termo, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratual nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.4 - As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital do processo licitatório.

8.5 - Os critérios de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica a serem atendidos pelo licitante estarão previstos no Edital do processo licitatório.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.445.118,08 (TRÊS MILHÕES E QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E CENTO E DEZOITO REAIS E OITO CENTAVOS), de acordo com a planilha orçamentária anexada ao processo.

9.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços serão provenientes de dotações orçamentárias específicas do órgão contratante, cuja a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11 - ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR	ORDENADOR DE DESPESA	ENDEREÇO DO ÓRGÃO GERENCIADOR
-------------------	----------------------	-------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

PROCESSO Nº 2407060601-PERP



SEC. DE DESEN. URBANO E INFRAESTRUTURA	ANTONIO CLIDENOR GENUÍNO DE MEDEIROS	Av. 13 de Junho, nº 939, Bairro Duque de Caxias, Quixeramobim, Ceará
--	--------------------------------------	--

11.1 - Caberá ao órgão gerenciador praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

12 - VIGÊNCIA, UTILIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme disposto no artigo 20 do Decreto nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

12.2 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme disposto no artigo 19 do Decreto nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

12.3 - Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos órgãos e entidades participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos e locais a serem indicados na Ordem de Compra/Serviço a ser emitida pela administração.

12.4 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços, conforme disposto no artigo 28 do Decreto nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

12.5 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, e no artigo 31 do Decreto nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

12.6 - O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

12.7 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.8 - Quando das contratações decorrentes do registro de preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços.

12.9 - Na celebração do contrato ou emissão da nota de empenho de despesa, autorização de compra/serviço ou outro instrumento hábil, será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

12.10 - Será firmado contrato, por cada órgão e entidade participante, no quantitativo respectivo, observando os limites definidos na Ata de Registro de Preços.

12.11 - Os prazos de vigência dos contratos provenientes da Ata de Registro de Preços serão definidos pelo(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços) quando da formalização da contratação, dentro da vigência da Ata de Registro de Preços, e observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

12.12 - O prazo de vigência do(s) contrato(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, de acordo com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

12.13 - O objeto será executado na medida das disponibilidades dos recursos financeiros e mediante autorização, durante a vigência da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação.

12.14 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não



participantes, observados os requisitos dispostos no artigo 29 do Decreto nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

12.15 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços, conforme disposto no artigo 21 do Decreto nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

13 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

13.1 - A inadimplência da contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da "ORDEM DE DESPESA" ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

13.2 - Na proposta de preços deverão constar as especificações detalhadas dos itens, tipo e quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os materiais, mesmo que não estejam registrados nestes documentos, e não pode ter validade inferior a 60 (sessenta) dias.

13.3 - Os preços registrados e/ou contratados não serão objetos de reajustes antes de decorridos 12 (doze) meses da apresentação da proposta, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção).

13.4 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13.5 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n. 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011.

13.6 - Eventuais alterações do objeto desta contratação reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

13.8 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

13.10 - A condução do presente procedimento licitatório caberá ao Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, nos termos da Lei Complementar nº 102/2024, de 17 de janeiro de 2024, da Prefeitura Municipal de Quixeramobim.

14 - FORO:

14.1 - Fica eleito o Foro da comarca de Município de Quixeramobim, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Referência que não puderem ser compostos pela conciliação.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÓRGÃO(S) INTERESSADO(S)

SEC. DE DESEN. URBANO E INFRAESTRUTURA

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos e normativos internos.

1 - OBJETO

1.1 - O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar e analisar os cenários para o atendimento da necessidade de **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS VIAS, SOB DEMANDA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM**, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência/Projeto Básico e o respectivo processo de contratação.

1.2 - LOCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

1.2.1 - Os serviços em questão refere-se as manutenções das vias da cidade de Quixeramobim, que terão as suas respectivas localizações demonstradas no orçamento/projeto executivo que antecederá a realização de cada serviço, de acordo com a demanda.

1.3 - NATUREZA E FINALIDADE DO SERVIÇO DE ENGENHARIA

1.3.1 - Trata-se de serviços de engenharia que envolvem a manutenção de vias através da atividade conhecida como "tapa buracos". Neste contexto, os serviços contratados não implicam em alterações substanciais na forma das vias, mas consistem principalmente em reparos e consertos pontuais para garantir a segurança e a adequação do tráfego. Essas intervenções são realizadas de acordo com um Projeto Básico estabelecido, seguindo padrões técnicos e normas específicas, e são executadas por profissionais qualificados, respeitando as diretrizes estabelecidas pela Administração.

ASPECTOS TÉCNICOS

2 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, I)

2.1 - Trata-se de contratação de empresa para fornecimento dos serviços descrito no item 1 deste estudo, para atender as demandas do(a) SEC. DE DESEN. URBANO E INFRAESTRUTURA.

A Prefeitura Municipal de Quixeramobim, localizada no Estado do Ceará, identificou uma necessidade premente de melhorar a infraestrutura da malha viária e das vias públicas da sede da cidade. A malha viária e as ruas de um município desempenham papéis fundamentais em diversos aspectos, tanto para a mobilidade quanto para o desenvolvimento econômico e social. Aqui estão algumas das razões pelas quais a manutenção e a qualidade dessas vias são tão importantes: **Acessibilidade e Mobilidade:** Uma malha viária bem conservada e planejada proporciona acesso fácil e rápido a diferentes áreas da cidade, permitindo que os residentes se desloquem com eficiência para o trabalho, escola, serviços de saúde, lazer e outros destinos importantes. **Desenvolvimento Econômico:** Ruas e estradas em boas condições são essenciais para o funcionamento eficiente do comércio, transporte de mercadorias e prestação de serviços. Uma infraestrutura viária adequada facilita o acesso a empresas, indústrias e áreas comerciais, estimulando o crescimento econômico e a geração de empregos. **Segurança Viária:** A manutenção adequada das vias públicas contribui para a segurança no trânsito, reduzindo o risco de acidentes causados por buracos, fissuras, desníveis e outras irregularidades nas ruas. Sinalização clara e adequada também é essencial para orientar os motoristas e pedestres, prevenindo colisões e atropelamentos. **Qualidade de Vida:** Ruas bem conservadas e espaços públicos bem cuidados têm um impacto positivo na qualidade de vida dos moradores, proporcionando um ambiente mais agradável para caminhar, praticar atividades físicas, socializar e desfrutar do espaço urbano. **Valorização Imobiliária:** A valorização de imóveis está diretamente ligada à infraestrutura e à qualidade das ruas e estradas próximas. Bairros com boas condições de acesso e serviços de transporte público tendem a atrair mais investimentos e apresentar uma valorização mais significativa no mercado imobiliário. **Atração de Investimentos e Turismo:** Uma infraestrutura viária bem desenvolvida e conservada é um fator importante na atração de investimentos e no desenvolvimento do turismo local. Cidades com boas condições de acesso e mobilidade são mais atrativas para empresas e visitantes, gerando oportunidades de negócios e impulsionando a economia local. Portanto, o projeto em consideração tem como objetivo principal a execução dos serviços de repavimentação em pedra tosca das áreas afetadas por buracos, bem como, visam proporcionar acessibilidade adequada, segurança aos usuários e incremento na qualidade de vida dos moradores destas regiões. A falta de pavimentação adequada nas vias do município tem sido fonte de diversos problemas para a comunidade, incluindo a dificuldade para a livre circulação de veículos e pedestres, em especial durante o período chuvoso quando aumentam a probabilidade de desgastes nas vias.

3 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, II)

3.1 - A presente contratação possui previsão no PCA - Plano de Contratações Anual, estando alinhada ao planejamento desta Administração para o exercício de 2024.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III)

4.1 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Termo de Referência.

4.2 - Para a presente contratação utilizará o Projeto Básico e todos documentos complementares com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços de manutenção de vias, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo do serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.3 - Sustentabilidade:

4.3.1 - A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

4.3.2 - A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

4.3.3 - A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

4.3.4 - Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

4.3.5 - A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.3.6 - É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

4.4 - Requisitos técnicos da contratação:

a) Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no orçamento prévio e na ordem de serviço.

b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada.

c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes.

d) Definição do orçamento e do prazo de execução da manutenção das vias, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro de cada serviço de engenharia.

e) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único.

- f) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução do serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional.
- g) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado.
- h) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.
- i) Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe

4.5 - Subcontratação:

4.5.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 - Garantia da contratação.

4.6.1 - A empresa vencedora deverá oferecer em garantia das obrigações contratuais assumidas o equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global de cada instrumento contratual oriundo da Ata de Registro de Preços, nos moldes estabelecidos pelo artigo 96 da Lei 14.133.

4.6.2 - Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.6.3 - A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.6.4 - No caso de prorrogação do prazo de vigência e/ou reajuste do valor do contrato, a CONTRATADA deverá atualizar os documentos relativos à garantia, nos mesmos moldes do estabelecido neste termo e no Contrato;

4.6.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia;

4.6.6 - A garantia prestada será restituída ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.7 - Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

4.7.1 - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.7.2 - Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais.

4.7.3 - Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

4.7.4 - Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).

4.7.5 - Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

4.7.6 - Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

5 - ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO (art. 18, §1º, IV)

5.1 - A demanda prevista foi resultado do programa de necessidades estabelecido, por meio do mapeamento das vias da cidade, levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de

serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo necessário para as devidas melhorias na malha viária, inclusive com valor final de referência da contratação. Portanto, todos os quantitativos estimativos constam da planilha orçamentária que segue anexada ao processo.

6 - DO LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V)

6.1 - Trata-se de obra, com Projetos Executivos e demais serviços de engenharia necessários para execução do serviço. Não se vislumbra no mercado outra solução que não seja a contratação de empresa especializada em engenharia.

7 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, 1º, VI)

7.1 - O valor estimado da presente contratação é de R\$ 3.445.118,08 (Três Milhões e Quatrocentos e Quarenta e Cinco Mil e Cento e Dezoito Reais e oito Centavos), tendo sido estabelecido com base em tabelas referenciais, no caso a Tabela SEINFRA 028.1 DESONERADA.

7.2 - ESPECIFICAÇÃO DOS VALORES POR ITEM

Itens com Valor Médio da Coleta de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT C/ BDI	VALOR TOTAL C/BDI
45647	25238 - C2102 RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO (M2)	METRO QUADRADO	13.500,16	R\$ 5,93	R\$ 80.055,95
45648	25239 - C3064 DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIEDO E POLIÉDRICO (M2)	METRO QUADRADO	38.437,14	R\$ 11,85	R\$ 455.480,11
45649	25240 - C3041 RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET C/ REMOÇÃO LATERAL (M2)	METRO QUADRADO	3.438,90	R\$16,08	R\$ 55.297,51
45650	25241 - C2929 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDO C/REJUNTAMENTO (M2)	METRO QUADRADO	4.614,06	R\$ 67,11	R\$ 309.649,57
45651	25242 - C2932 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO (M2)	METRO QUADRADO	33.823,08	R\$ 41,29	R\$ 1.396.554,97
45652	25243 - C3036 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO C/BLOKRET REAPROVEITADO (M2)	METRO QUADRADO	3.438,90	R\$ 26,48	R\$ 91.062,07
45653	25244 - C2927 RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO (M)	METRO	3.760,40	R\$ 26,27	R\$ 98.785,71
45654	25245 - C2895 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)	METRO QUADRADO	3.500,00	R\$ 92,13	R\$ 322.455,00
45655	25246 - C2893 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)	METRO QUADRADO	2.000,00	R\$ 83,31	R\$ 166.620,00
45656	25247 - C0365 BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL (M)	METRO	7.000,00	R\$ 37,07	R\$ 259.490,00
45657	25248 - C0836 CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)	METRO CÚBICO	210,00	R\$ 645,46	R\$ 135.546,60
45658	25249 - C3447 LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)	METRO QUADRADO	41.876,04	R\$ 1,77	R\$ 74.120,59
				TOTAL: R\$ 3.445.118,08	

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



8.1 - A solução para suprir a necessidade da demanda descrita no presente estudo é a contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços descritos no item 1.1 deste estudo, que atendam a padronização das especificações técnicas e de desempenho, utilizando a despesa estimada que esteja prevista no orçamento.

Trata-se de contrato de empreitada, no qual a CONTRATADA se obriga a realizar o serviço de engenharia descrito no Projeto Básico e Projeto Executivo e seus anexos, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, mediante remuneração. O gerenciamento dos trabalhos cabe ao próprio empreiteiro, sem vínculo de subordinação com a CONTRATANTE. Ressalta-se que para a realização do serviço de engenharia objeto desta contratação o empreiteiro contribuirá com o seu trabalho e os materiais necessários a execução deste serviço.

Nos instrumentos que compõe esta contratação constaram, a previsão de obrigação de resultado, no qual a CONTRATADA se comprometerá a entregar o serviço de engenharia nos moldes estabelecidos pela CONTRATANTE, devendo fornecer os materiais, equipamentos e demais itens que se fizerem necessários a execução, assim como assumir a responsabilidade pelos riscos até o momento da entrega do serviço.

O contrato será executado mediante a realização dos projetos previstos no projeto executivo anexo ao edital, no qual a CONTRATADA deverá dispor de materiais e mão de obra suficiente a perfeita realização do serviço, devendo a vencedora observar as regras e obrigações contratuais dispostas no Termo de Referência e demais artefatos da contratação.

Cabe ressaltar que, apesar da prestação contínua dos serviços até o adimplemento do contrato, não haverá previsão de dedicação de mão de obra exclusiva, devendo a CONTRATADA decidir e dispor do quantitativo que julgar suficiente a execução do cronograma previsto para a contratação.

8.2 - Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

8.2.1 - O prazo de vigência da contratação é 12 (DOZE) MESES.

8.2.2 - O prazo de execução dos serviços de engenharia será de acordo com a demanda, conforme cronograma físico-financeiro de cada orçamento elaborado.

8.2.3 - O regime da contratação é EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL;

8.2.4 - Da modalidade de licitação "PREGÃO"

Tendo em vista o objeto da contratação, trata-se de serviços de engenharia comuns, sugere-se a realização de Licitação na modalidade PREGÃO. Cabe consignar que o objeto, ora tratado, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Além disso, trata-se de serviço comum, cujo critério de julgamento será o de menor preço.

A escolha da modalidade "Pregão" se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O Pregão caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso I, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de obras e serviços comuns de engenharia. No Pregão a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

8.2.5 - Do critério de julgamento "MENOR PREÇO"

Nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/21, o pregão de obras e serviços comuns de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;

d) maior retorno econômico;

e) maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

A escolha do tipo "Menor Preço" se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.3 - As demais condições de execução do objeto serão pormenorizadas no Termo de Referência.

9 - JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO (art. 18, §1º, VIII)

9.1 - A contratação para a execução do serviço de engenharia deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução das manutenções por uma única empresa considerando a completitude do projeto e a sua média complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização dos serviços de manutenção, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10 - RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX)

10.1 - Com a realização da contratação pretende-se a melhoria da Infraestrutura Viária: O principal objetivo da manutenção de vias públicas é melhorar a qualidade e a segurança das estradas, ruas e calçadas, reparando danos como buracos, fissuras, desníveis e erosões que possam comprometer a circulação de veículos e pedestres. Aumento da Segurança Viária: A realização de manutenções preventivas e corretivas contribui para reduzir o risco de acidentes de trânsito, proporcionando condições mais seguras para motoristas, passageiros, ciclistas e pedestres. Melhoria da Mobilidade Urbana: Ao garantir vias públicas em boas condições de trafegabilidade, a manutenção contribui para uma melhor fluidez do tráfego, reduzindo congestionamentos e tempos de deslocamento, especialmente em áreas urbanas. Promoção da Acessibilidade: A manutenção adequada das vias públicas inclui a garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio da instalação e manutenção de rampas, passarelas, sinalização tátil, entre outros dispositivos. Valorização do Espaço Urbano: Vias públicas bem conservadas e agradáveis contribuem para a valorização do espaço urbano, atraindo investimentos, estimulando o comércio local e melhorando a qualidade de vida dos moradores. Redução de Custos a Longo Prazo: Investir em manutenção preventiva pode resultar em economia de recursos a longo prazo, uma vez que evita danos mais graves que exigiriam reparos mais custosos no futuro. Satisfação da Comunidade: Ao fornecer vias públicas em boas condições, a administração pública atende às demandas da população por infraestrutura de qualidade, contribuindo para a satisfação dos cidadãos e fortalecendo a relação entre governo e sociedade.

11 - DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, X)

11.1 - Definição do programa de necessidades, elencando as ações a serem realizadas pela Administração, sendo elas:

- a. Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e serviços de engenharia a serem realizados;

- b. Elaboração de Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar o serviço, ou o complexo de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo dos serviços de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- c. Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do 6º da Lei 14.133/21);
- d. Elaboração do edital da licitação;
- e. Capacitação de servidores para atuar na gestão e fiscalização do contrato.

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES QUE POSSAM IMPACTAR TÉCNICA E/OU ECONOMICAMENTE NAS SOLUÇÕES APRESENTADAS (art. 18, §1º, XI)

12.1 - Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

13 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS (art. 18, §1º, XII)

13.1 - O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art. 6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da reforma deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra, além de ser necessário que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados no item 4.1 deste ETP.

14 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, XIII)

14.1 - Diante de todas as informações colhidas nesta etapa de planejamento, o presente estudo aponta pela viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como por seu alinhamento às necessidades administrativas apontadas pela área demandante do(a) SEC. DE DESEN. URBANO E INFRAESTRUTURA, visto que, de acordo com as razões expostas neste Estudo Técnico Preliminar, a solução escolhida é a que melhor irá atender as necessidades da Administração, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. Além disso, foram consideradas as necessidades reais da Administração e seguidas as orientações da legislação vigente.

Os documentos que embasaram o presente estudo, se for o caso, são partes integrantes do mesmo e seguem como anexo independentemente de sua transcrição neste ETP.

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS VIAS, SOB DEMANDA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

INTRODUÇÃO

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados à contratação.

Os riscos analisados foram organizados em 03 (três) categorias:

1. RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
2. RISCOS NA ETAPA DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR
3. RISCOS NA GESTÃO CONTRATUAL

Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimento, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RISCO 01						
RISCO: ESPECIFICAÇÃO DEFICIENTE NA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio		Alto
Id	Dano(s)					
1.	Contratação e execução deficiente do objeto.					
2.	Solução não atender aos resultados pretendidos do projeto.					
3.	Danos ao erário.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando justificativa da contratação, unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazo de início.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
2.	Manter controle gerencial acerca da formalização das demandas, com aplicação de checklist de controle interno.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Havendo erro, devolver para complementação das informações.			SETOR REQUISITANTE		

RISCO 02						
----------	--	--	--	--	--	--

RISCO: SELECIONAR EQUIPE INADEQUADA PARA REALIZAR O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio		Alto
Id	Dano(s)					
1.	Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na contratação.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento.			AUTORIDADE COMPETENTE		
2.	Capacitar os servidores escolhidos para realizar as etapas de planejamento da contratação.			CONTROLE INTERNO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Substituir membros da equipe planejamento que não estejam apresentando bom rendimento.			AUTORIDADE COMPETENTE		
2.	Designar membros com mais experiência em contratações.			AUTORIDADE COMPETENTE		

RISCO 03						
RISCO: ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES DEFICIENTES						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Atraso na elaboração da contratação.					
2.	Solução não atender aos objetivos desejados da administração.					
3.	Contratação e execução deficiente.					
4.	Danos ao erário.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos na Lei 14.133/21 e regulamentações no âmbito do município.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO / CONTROLE INTERNO		
2.	Realizar Estudo Técnico Preliminar robusto, com ampla pesquisa de mercado.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
3.	Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consultar sítios da internet, de modo a buscar o maior número possível de fontes.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
4.	Garantir a participação dos integrantes requisitantes no processo de contratação.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Corrigir tempestivamente as deficiências detectadas nos estudos preliminares.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		

RISCO 04						
RISCO: FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente.					
2.	Contratação irregular nos termos da lei.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Propor lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos na Lei 14.133/21 e regulamentações no âmbito do município.			CONTROLE INTERNO		
2.	Adotar modelos padronizados pelo órgão/entidade com aplicação de checklist de controle interno.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		

1.	Revisão do termo de referência e incluir as instruções ausentes.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO
----	--	------------------------

RISCO 05						
RISCO: AUSÊNCIA DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio		Alto
Id	Dano(s)					
1.	Atraso na contratação do objeto.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Adoção de checklist com item de aprovação do TR pela autoridade competente.				EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.				EQUIPE DE PLANEJAMENTO	

RISCO 06						
RISCO: INDISPONIBILIDADE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Impossibilidade de contratar a solução.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Reservar dotação orçamentária adequada.				EQUIPE DE PLANEJAMENTO / SETOR CONTÁBIL	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Realizar planejamento orçamentário para a contratação da solução pretendida.				AUTORIDADE COMPETENTE / EQUIPE DE PLANEJAMENTO	

RISCO 07						
RISCO: NÃO ATENDIMENTO DO PARECER JURÍDICO SEM JUSTIFICATIVA						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Apontamento dos órgãos de controle.					
2.	Responsabilização dos agentes públicos.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Conferência e controle das minutas e/ou Termo de Referência e revisão dos mesmos após parecer jurídico.				EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Realizar correção de maneira tempestiva através da revisão dos atos inicialmente praticados, revalidando o prosseguimento do pleito, em consonância com o princípio da autotutela, ou apresentando as devidas justificativas pelo não atendimento às recomendações exaradas.				EQUIPE DE PLANEJAMENTO / AUTORIDADE COMPETENTE	

RISCO 08						
RISCO: NÃO APROVAÇÃO DOS ARTEFATOS DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO						

Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Atraso no atendimento da demanda.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Manter controle gerencial acerca da formalização das demandas.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
2.	Aplicação de checklist ao processo.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
3.	Acompanhamento e controle do fluxo processual e utilização das Minutas Padronizadas.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Realizar correção de maneira tempestiva através da revisão dos atos inicialmente praticados, revalidando o prosseguimento do pleito, em consonância com o princípio da autotutela, ou apresentando as devidas justificativas pelo não atendimento às recomendações exaradas.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO / AUTORIDADE COMPETENTE		

RISCOS NA ETAPA DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 09						
RISCO: PROCESSO CONDUZIDO SEM SEGUIR NORMAS E PROCEDIMENTOS						
Probabilidade:		X	Baixa		Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)					
1.	Descumprimento da legislação vigente.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Estabelecer rotinas de revisão de todas as normas e procedimentos necessários a contratação.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO		
2.	Manter o controle gerencial acerca da formalização das demandas, com aplicação de checklist de controle interno.			SETOR REQUISITANTE / EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Nova elaboração dos procedimentos iniciais.			SETOR REQUISITANTE / EQUIPE DE PLANEJAMENTO		

RISCO 10						
RISCO: AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL						
Probabilidade:		X	Baixa		Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)					
1.	Anulação dos atos praticados.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Adoção de checklist contemplando o item "publicação/divulgação do edital".			COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.			COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO		

RISCO 11						
RISCO: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL						
Probabilidade:		X	Baixa		Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X Alto

Id	Dano(s)	
1.	Atraso no procedimento licitatório.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO
2.	Especificar o material/serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	SETOR REQUISITANTE / EQUIPE DE PLANEJAMENTO
3.	Observar atentamente as regulamentações na condução do processo licitatório.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.	AUTORIDADE COMPETENTE / EQUIPE DE PLANEJAMENTO

RISCO 12					
RISCO: PROPOSTA DE PREÇO COM VALOR MUITO INFERIOR AO DO MERCADO (PROPOSTA INEXEQUÍVEL)					
Probabilidade:	X	Baixa		Média	Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)				
1.	Seleção fracassada.				
Id	Ação Preventiva	Responsável			
1.	Acompanhamento das apresentações de propostas.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO			
2.	Verificar a planilha de custos da empresa e analisar o risco de falha na execução do contrato por oferecimento de preços inexequíveis.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO			
3.	Realizar análise crítica dos preços propostos e ampla pesquisa de mercado.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO			
Id	Ação de Contingência	Responsável			
1.	Desclassificar a empresa caso haja previsão no Termo de Referência.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO			

RISCO 13					
RISCO: SELEÇÃO FRACASSADA					
Probabilidade:		Baixa	X	Média	Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)				
1.	Impossibilidade de contratação do objeto pretendido.				
2.	Atraso na realização da obra.				
3.	Retrabalho em função da necessidade de reavaliação dos critérios de contratação.				
Id	Ação Preventiva	Responsável			
1.	Divulgar amplamente o procedimento licitatório.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO			
Id	Ação de Contingência	Responsável			
1.	Republicar o procedimento licitatório.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO			
2.	Ampliar a divulgação da seleção, com convite direto às empresas que apresentaram orçamento na pesquisa de preços.	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO			

RISCO 14					
----------	--	--	--	--	--

RISCO: APRESENTAÇÃO DE RECURSO					
Probabilidade:		Baixa	X	Média	Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio	Alto
Id	Dano(s)				
1.	Atraso na contratação do objeto pretendido.				
Id	Ação Preventiva			Responsável	
1.	Realizar adequada instrução processual.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
2.	Realizar boa condução do processo.			COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
Id	Ação de Contingência			Responsável	
1.	Reabrir o processo, com aproveitamento de todos os atos não comprometidos.			COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	

RISCO 15					
RISCO: PROCESSO RESULTA SEM VENCEDOR HABILITADO					
Probabilidade:		X	Baixa	Média	Alta
Impacto:			Baixo	Médio	X
Id	Dano(s)				
1.	Atraso no procedimento licitatório.				
2.	Atraso na realização da obra.				
Id	Ação Preventiva			Responsável	
1.	Verificar as exigências solicitadas e analisar se estão compatíveis com a realidade do mercado.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
2.	Dar ampla publicidade ao edital.			COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
Id	Ação de Contingência			Responsável	
1.	Revisar exigências do edital e realizar nova licitação.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	

RISCO 16					
RISCO: NÃO ASSINATURA DO CONTRATO					
Probabilidade:		X	Baixa	Média	Alta
Impacto:			Baixo	Médio	X
Id	Dano(s)				
1.	Atraso no fornecimento do objeto da contratação.				
2.	Atraso no atendimento ao público. Custos para a Administração.				
Id	Ação Preventiva			Responsável	
1.	Verificação se o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos.			COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
Id	Ação de Contingência			Responsável	
1.	Adjudicar nova empresa ou promover nova contratação.			AUTORIDADE COMPETENTE	
2.	Abrir processo de sanção.			AUTORIDADE COMPETENTE	

RISCOS NA GESTÃO CONTRATUAL

RISCO 17					
RISCO: FALTA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO					

Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Descumprimento de formalidade legal.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Adoção de checklist contemplando o item "publicação do contrato".			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.			AUTORIDADE COMPETENTE		

RISCO 18						
RISCO: ATRASO NO INÍCIO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio		Alto
Id	Dano(s)					
1.	Atraso na disponibilização da solução.					
2.	Atraso ou inexecução dos projetos/atividades que dependem da contratação para seu prosseguimento.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Estabelecer no Termo de Referência prazo adequado para a entrega do objeto.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
2.	Estabelecer no Termo de Referência o atraso máximo tolerado antes da rescisão contratual.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
3.	Prever sanções proporcionais ao dano causado pelo atraso.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO		
4.	Manter regularmente comunicação com a empresa desde a assinatura do contrato.			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
5.	Demandar explicações detalhadas e documentadas à empresa sobre alertas de atraso pelo Contratante.			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
6.	Indicar a aplicação de sanções administrativas.			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
7.	Prever no Edital do Processo Licitatório, como condição de habilitação técnica, a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Rescindir o contrato de forma unilateral e convocar a seguinte colocada na fase de lances, nas mesmas condições da primeira colocada.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO		
2.	Executar novo processo licitatório.			AUTORIDADE COMPETENTE		

RISCO 19						
RISCO: DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR SEM CAPACIDADE TÉCNICA PARA DESEMPENHO DA ATIVIDADE						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Comprometimento dos resultados esperados.					
2.	Falhas na fiscalização do contrato.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato.			AUTORIDADE COMPETENTE		
2.	Promover capacitação dos fiscal/gestor do contrato.			AUTORIDADE COMPETENTE		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Substituir fiscal/gestor não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.			AUTORIDADE COMPETENTE		

RISCO 20						
RISCO: NÃO REALIZAR A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E CONTRATO						
Probabilidade:			Baixa	X	Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)					
1.	Comprometimento dos resultados esperados.					
2.	Falhas na fiscalização do contrato.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Conhecimento prévio do fiscal de contrato em relação a todas as condições estabelecidas no termo de referência e contrato.				FISCAL DO CONTRATO	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.				AUTORIDADE COMPETENTE	

RISCO 21						
RISCO: INSOLVÊNCIA DA CONTRATADA						
Probabilidade:		X	Baixa		Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)					
1.	Paralisação total da obra.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Exigir que a proponente vencedora apresente, anteriormente a contratação, documentos contábeis que garantam seu bem estar administrativo e financeiro.				GEQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Exigir que a cada medição a contratada emita CNDs correspondentes a obra em andamento.				FISCAL DO CONTRATO	

RISCO 22						
RISCO: FALTA DE MATERIAIS E INSUMOS NA REGIÃO DE EXECUÇÃO DA OBRA						
Probabilidade:		X	Baixa		Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)					
1.	Atraso no cronograma da obra.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Monitorar o mercado com o objetivo de se entender a demanda por materiais de construção civil.				REPRESENTANTE DA CONTRATADA	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Avaliar a possibilidade de se adquirir com antecedência materiais e insumos mais sensíveis através de uma análise bem comedida do escopo do contrato.				REPRESENTANTE DA CONTRATADA	

RISCO 23						
RISCO: FALTA DE MÃO DE OBRA NA REGIÃO DE EXECUÇÃO DA OBRA						
Probabilidade:		X	Baixa		Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X Alto
Id	Dano(s)					
1.	Atraso no cronograma da obra.					

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Monitorar o mercado com o objetivo de se entender a demanda por mão de obra no setor da construção civil.	REPRESENTANTE DA CONTRATADA
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Antecipar a contratação de mão de obra especializada, com salários compatíveis com o mercado.	REPRESENTANTE DA CONTRATADA

RISCO 24						
RISCO: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E COM FGTS						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.					
Id	Ação Preventiva	Responsável				
1.	Realizar verificação mensal de comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e sociais.	GESTOR/FISCAL DO CONTRATO				
Id	Ação de Contingência	Responsável				
1.	Reter créditos, em valores correspondentes à inadimplência e efetivar pagamento diretamente ao beneficiário e, demonstrada a incapacidade, assunção do contrato.	GESTOR/FISCAL DO CONTRATO				

RISCO 25						
RISCO: DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO, PERCENTUAIS SUPERIORES AOS FIXADOS NA NORMA, JOGO DE PLANILHA						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Prejuízo ao erário.					
2.	Paralisação dos serviços.					
Id	Ação Preventiva	Responsável				
1.	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões.	GESTOR/FISCAL DO CONTRATO				
Id	Ação de Contingência	Responsável				
1.	Realizar os ajustes necessários e adotar medidas de ressarcimento.	GESTOR/FISCAL DO CONTRATO / AUTORIDADE COMPETENTE				

RISCO 26						
RISCO: DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO, USO DE ÍNDICES DISTINTOS DOS FIXADOS NO CONTRATO						
Probabilidade:		X	Baixa		Média	Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X
Id	Dano(s)					
1.	Prejuízo ao erário.					
2.	Paralisação dos serviços.					
Id	Ação Preventiva	Responsável				
1.	Indicar, na minuta de contrato, critérios distintos para ajuste dos preços (índices).	EQUIPE DE PLANEJAMENTO				
2.	Analisar a minuta de contrato.	ASSESSORIA JURÍDICA				
3.	Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.	GESTOR DO CONTRATO				
Id	Ação de Contingência	Responsável				

1.	Ajustar os preços conforme o contrato e apurar valores pagos a maior, a fim de que sejam efetuadas retenções.	GESTOR DO CONTRATO
2.	Negociar preços mais vantajosos.	GESTOR DO CONTRATO

RISCO 27						
RISCO: NÃO RETENÇÃO DOS VALORES DOS IMPOSTOS E ENCARGOS PATRONAIS						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Responsabilização subsidiária e substituição tributária.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.				TESOURARIA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.				TESOURARIA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	

RISCO 28						
RISCO: RITO PROCESSUAL INADEQUADO OU QUE NÃO OFERECE GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo sancionador.				AUTORIDADE COMPETENTE	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.				GESTOR/FISCAL DO CONTRATO	

RISCO 29						
RISCO: EXECUÇÃO DA OBRAS REALIZADA DE FORMA INSATISFATÓRIA/DEFICIENTE						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Interferência na qualidade dos serviços prestados.					
2.	Descumprimento das cláusulas contratuais.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue.				GESTOR/FISCAL DO CONTRATO	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas.				GESTOR/FISCAL DO CONTRATO	
2.	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.				GESTOR/FISCAL DO CONTRATO	
3.	Aplicação de penalidades.				AUTORIDADE COMPETENTE	

RISCO 30						
RISCO: ABANDONO DA OBRA PELA CONTRATADA						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id	Dano(s)					
1.	Paralisação da obra.					
2.	Atraso no cronograma de execução da obra.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Exigir que a proponente vencedora apresente, anteriormente a contratação, documentos contábeis que garantam seu bem estar administrativo e financeiro.			EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
2.	Monitorar a execução dos serviços emitindo notificações caso a contratada dê sinais de abandono da obra.			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra ou promover nova contratação.			AUTORIDADE COMPETENTE		
2.	Proceder com a rescisão contratual e instaurar procedimento administrativo para aplicação de sanção à contratada.			AUTORIDADE COMPETENTE		

RISCO 31						
RISCO: NÃO OBSERVAR SE REQUISITOS DO CONTRATO FOI PLENAMENTE ATENDIDO						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio		Alto
Id	Dano(s)					
1.	Prejuízo ao erário.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Verificar a existência de ressarcimentos.			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Notificar a contratada para regularizar as pendências.			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
2.	Reten valores até o limite do ressarcimento.			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		
3.	Comunicar a seguradora dos inadimplementos (se houver seguro).			GESTOR/FISCAL DO CONTRATO		





GOVERNO MUNICIPAL DE
QUIXERAMOBIM

VOLUME I - RELATÓRIO TÉCNICO DO PROJETO EXECUTIVO

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM



Handwritten signature

Quixeramobim, 21 de Maio de 2024



SUMÁRIO

I.	APRESENTAÇÃO	3
II.	LOCALIZAÇÃO	5
III.	CONDIÇÕES GERAIS	6
IV.	CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA FINALIZAÇÃO DA OBRA	6
	<i>Execução dos Serviços</i>	6
	<i>Normas</i>	7
	<i>Materiais</i>	7
	<i>Mão de Obra</i>	7
	<i>Assistência Técnica e Administrativa</i>	7
	<i>Despesas Indiretas e Encargos Sociais</i>	7
	<i>Condições de Trabalho e Segurança da Obra</i>	8
V.	PREMISSAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO	9
	<i>Fonte de Preços</i>	9
	<i>Estrutura dos Memoriais de Cálculos e Quantitativos</i>	9
	<i>Composição do BDI</i>	9
	<i>Encargos Sociais</i>	9
VI.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	10
VII.	MEMORIAL DE CÁLCULO E QUANTITATIVOS	14
VIII.	RESUMO / ORÇAMENTO / CRONOGRAMA-FÍSICO E FINANCEIRO	15
IX.	COMPOSIÇÕES DE PREÇOS	16
X.	BDI E ENCARGOS SOCIAIS	17



I. APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta a manutenção no sistema viário na sede no município de QUIXERAMOBIM-CE, visando benefícios ao acesso na infraestrutura urbana voltadas à melhoria na mobilidade urbana e acessibilidade, qualidade socioambiental e geração de emprego e renda.

Descrição Sumária do Conteúdo do Projeto

Este trabalho se propõe a descrever adequadamente o **Projeto de Engenharia para manutenção de vias públicas na sede do município de QUIXERAMOBIM-CE**, fornecendo informações importantes para execução da obra. O relatório tem como finalidades.

- Apresentar soluções econômicas e viáveis para o problema ao nível de projeto executivo;
- Fornecer estimativas das quantidades dos serviços e custos das obras definidas para o Projeto da referida área;
- Fornecer peças gráficas, memorial de cálculo e especificações técnicas.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação brasileira de normas Técnicas.

Este projeto é composto por **2 (dois) volumes** contendo:

Volume I (Relatório do Projeto):

- ▶ **Apresentação:** Apresenta a estrutura do Relatório;
- ▶ **Localização:** Apresenta Localização do Município e/ou das obras projetadas;
- ▶ **Memorial Descritivo:** Descreve os Projetos Elaborados e as Condições Gerais para Execução da Obra;
- ▶ **Premissas para Elaboração do Orçamento:** Define a Fonte de Preços Básicos, o BDI utilizado a estrutura dos Orçamentos e quantitativos;
- ▶ **Especificações Técnicas:** Apresenta as especificações técnicas de materiais e serviços;
- ▶ **Memória de Cálculo e Quantitativos:** Mostra a memória de cálculo dos itens do orçamento;
- ▶ **Orçamentos:** Apresenta o Orçamento da obra;
- ▶ **Cronograma Físico-Financeiro:** Mostra o cronograma e estabelece valores para desembolso mensal;
- ▶ **Composições de Preço:** Apresenta as composições analítica de Preço dos Serviços;
- ▶ **Anexos:** ART's



Volume II (Peças Gráficas)

▶ Peças Gráficas

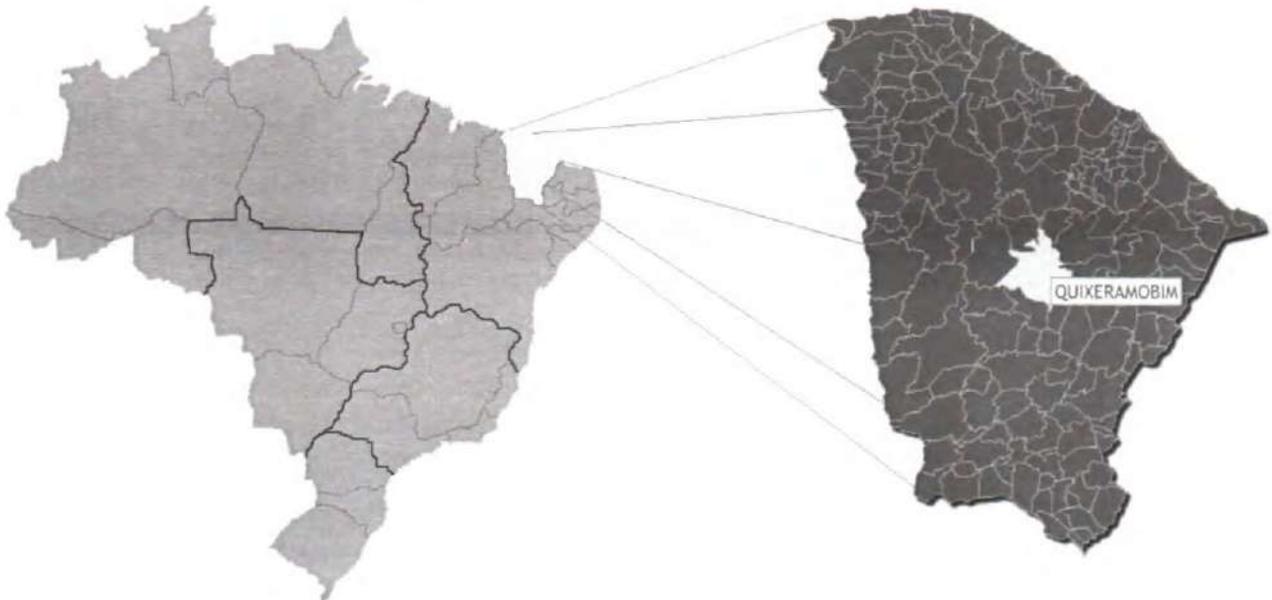


II. LOCALIZAÇÃO

Localização do município de Quixeramobim

O projeto em estudo fica localizado na área urbana do **Município de Quixeramobim**, dentro do estado do Ceará, localizado no Sertão Central do estado:

Figura 1 – Localização do Município de Quixeramobim no Estado.



Dados estatísticos do Município de Quixeramobim.

ITEM	QUANTITATIVO
População:	78.658 hab (2017)
	71.887 hab (2010)
Área (em km ²)	3.275,60 km ²
Densidade Demográfica (hab/km ²)	21,59 hab/km ² (2010)
Distância para Capital do Estado	183,0 km
Índice de desenvolvimento Humano – IDH	0,642 – médio (2010)
Municípios Limitrofes	Quixadá, Choró, Madalena, Senador Pompeu, Milhã, Banabuiú, e Pedra Branca



III. CONDIÇÕES GERAIS

O Projeto de Engenharia para manutenção de vias públicas na sede do município de QUIXERAMOBIM-CE tem como objetivo a melhoria nas condições viárias nas ruas do município, esse projeto foi elaborado conforme as orientações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura do Município e estimativa gerada pela malha viária existente na sede do município, entretanto antes da execução dos trechos deverá ser informado através de documentos o trecho a ser recuperado, a localização do mesmo, constando as localizações e relatório fotográfico.

A empresa após o recebimento do serviço a ser executado deve apresentar o relatório fotográfico antes e após a execução final e planta contendo a localização, extensão, áreas e locação.

IV. CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA FINALIZAÇÃO DA OBRA

Execução dos Serviços

O contratado deverá dar início aos serviços e obras dentro do prazo pré-estabelecido no contrato conforme a data da Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura Municipal.

Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com estas Especificações, os desenhos e demais elementos neles referidos.

Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela Fiscalização, ficando por seu contra exclusivo as despesas decorrentes dessas providências.

A CONTRATADA será responsável pelos danos causados a Prefeitura e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e omissão.

Será mantido pela CONTRATADA, perfeito e ininterrupto serviço de vigilância nos recintos de trabalho, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de negligência durante a execução das obras, até a entrega definitiva.

A utilização de equipamentos, aparelhos e ferramentas deverá ser apropriada a cada serviço, a critério da Fiscalização e Supervisão. A CONTRATADA tomará todas as precauções e cuidados no sentido de garantir inteiramente a estabilidade de prédios vizinhos,

canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentações das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda a segurança de operários e transeuntes durante a execução de todas as etapas da obra.

[Handwritten signature]



Normas

São parte integrante deste caderno de encargos, independentemente de transcrição, todas as normas (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as Normas do DNIT e DER/CE, que tenham relação com os serviços objeto do contrato.

Materiais

Todo material a ser empregado na obra será de primeira qualidade e suas especificações deverão ser respeitadas. Quaisquer modificações deverão ser autorizadas pela fiscalização.

Caso julgue necessário, a Fiscalização e Supervisão poderão solicitar a apresentação de certificados de ensaios relativos a materiais a serem utilizados e o fornecimento de amostras dos mesmos.

Os materiais adquiridos deverão ser estocados de forma a assegurar a conservação de suas características e qualidades para emprego nas obras, bem como a facilitar sua inspeção. Quando se fizer necessário, os materiais serão estocados sobre plataformas de superfícies limpas e adequadas para tal fim, ou ainda em depósitos resguardados das intempéries.

De um modo geral, serão válidas todas as instruções, especificações e normas oficiais no que se refere à recepção, transporte, manipulação, emprego e estocagem dos materiais a serem utilizados nas diferentes obras. Todos os materiais, salvo disposto em contrário nas Especificações Técnicas, serão fornecidos pela CONTRATADA.

Mão de Obra

A CONTRATADA manterá na obra engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidade suficiente para a execução dos trabalhos.

Todo pessoal da CONTRATADA deverá possuir habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhes forem atribuídos.

Qualquer empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratada que, na opinião da Fiscalização, não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos, deverá, mediante solicitação por escrito da Fiscalização, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

Assistência Técnica e Administrativa

Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, o Contratado se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária ao andamento conveniente dos trabalhos.

Despesas Indiretas e Encargos Sociais

Ficará a cargo da contratada, para execução dos serviços toda a despesa referente à mão-de-obra, material, transporte, leis sociais, licenças, enfim multas e taxas de qualquer natureza que incidam sobre a obra.



A obra deverá ser registrada obrigatoriamente no CREA-CE em até cinco (05) dias úteis a partir da expedição da ordem de serviço pela Prefeitura Municipal devendo serem apresentadas a Prefeitura cópias da ART, devidamente protocolada no CREA-CE e Comprovante de Pagamento da mesma.

Condições de Trabalho e Segurança da Obra

Caberá ao construtor o cumprimento das disposições no tocante ao emprego de equipamentos de "segurança" dos operários e sistemas de proteção das máquinas instaladas no canteiro de obras. Deverão ser utilizados capacetes, cintos de segurança luvas, máscaras, etc., quando necessários, como elementos de proteção dos operários. As máquinas deverão conter dispositivos de proteção tais como: chaves apropriadas, disjuntores, fusíveis, etc.

Deverá ainda, ser atentado para tudo o que reza as normas de regulamentação "NR-18" da Legislação, em vigor, condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil.

Em caso de acidentes no canteiro de trabalho, a CONTRATADA deverá:

- a) Prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- b) Paralisar imediatamente as obras nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente; e
- c) Solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO no lugar da ocorrência, relatando o fato.

A CONTRATADA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e, ainda, pela proteção destes e das instalações da obra.

A CONTRATADA deverá manter livre os acessos aos equipamentos contra incêndios e os registros de água situados no canteiro, a fim de poder combater eficientemente o fogo na eventualidade de incêndio, ficando expressamente proibida a queima de qualquer espécie de madeira ou de outro material inflamável no local da obra.

No canteiro de trabalho, a CONTRATADA deverá manter diariamente, durante as 24 horas, um sistema eficiente de vigilância efetuado por número apropriado de homens idôneos, devidamente habilitados e uniformizados, munidos de apitos, e eventualmente de armas, com respectivo "porte" concedido pelas autoridades policiais.



V. PREMISSAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Fonte de Preços

Adotamos os preços da Tabela da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará n.º 28 com Desoneração.

Estrutura dos Memoriais de Cálculos e Quantitativos

Foi elaborada uma planilha de cálculo somando-se todos os quantitativos para os Orçamentos das Ruas. Nele estão os estaqueamentos medindo extensões e áreas mostrando de forma explícita todos os cálculos elaborados.

Composição do BDI

Conforme exposto anteriormente nos orçamentos e na composição de BDI exposta de acordo com Acórdão 2622/2013 – TCU, adotamos um BDI (anexo) de acordo com Composição que segue. (Materiais e serviços).

Encargos Sociais

Nos preços pesquisados na Tabela de Preços emitida pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará a Composição de Encargos sociais apresenta-se em anexo:



VI. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. C2102 RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO (M2)

PREVIAMENTE AO INÍCIO DA OBRA, O TERRENO DEVERÁ SER PREPARADO PARA A CONSTRUÇÃO. NESTA ETAPA OCORRERÁ A RASPAGEM DO MESMO. SERÃO RETIRADOS AS VEGETAÇÕES RASTEIRAS, TRONCOS, ÁRVORES, ETC, REMOVENDO OS DETRITOS E OBSTÁCULOS EXISTENTES ENCONTRADOS NO LOCAL, PARA QUE NÃO AFETE A SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DA PRESENTE OBRA. NÃO SERÁ PERMITIDA A QUEIMA DOS DETRITOS/MATERIAIS A SEREM REMOVIDOS, NO LOCAL. CASO NECESSÁRIO, A OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA A REMOÇÃO DE ÁRVORE, TRANSPLANTE OU PLANTIO DE MUDAS, A MESMA FICARÁ SOB A RESPONSABILIDADE DA EMPREITEIRA, JUNTO AOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES. A REMOÇÃO DE ENTULHO (BOTA-FORA) DA PRESENTE OBRA FICARÁ POR CONTA DA EMPREITEIRA, QUE PODERÁ A SEU CRITÉRIO, UTILIZAR CAÇAMBAS APROPRIADAS, OU CAMINHÕES CAÇAMBAS E CUIDANDO DA LIMPEZA DAS VIAS PÚBLICAS, PROTEGENDO INCLUSIVE A CARGA DOS CAMINHÕES COM LONA, SE NECESSÁRIO.

1.2. C3064 DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO E POLIÉDRICO (M2)

1.3. C3041 RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET C/ REMOÇÃO LATERAL (M2)

RETIRAR PAVIMENTAÇÃO DANIFICADA COM RECOMPOSIÇÃO EM TODO O TRECHO QUE JÁ EXISTE, COM EMPILHAMENTO PARA REAPROVEITAMENTO, UTILIZANDO OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

2. PAVIMENTAÇÃO

2.1. C2929 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/REJUNTAMENTO (M2)

2.2. C2932 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO (M2)

2.3. C3036 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO C/BLOKRET REAPROVEITADO (M2)

A RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO CONSISTE NO REASSENTAMENTO DE PEDRAS E/OU BLOKRET QUE FORAM REMOVIDAS NAS DEMOLIÇÕES COM UM REAPROVEITAMENTO SOBRE COLCHÃO DE AREIA EXISTENTE, MAS COM A ADIÇÃO DE AREIA, CONFORME CONSTA DA COMPOSIÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

EM TODA RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA OU PARALELA, OU SEJA, ELA QUAL FOR, SEMPRE VAI EXISTIR UM ACRÉSCIMO DE CERCA DE 20% DE PEDRA NOVA, PELO FATO DE NO REASSENTAMENTO AS DISTANCIAS ENTRE AS PEDRAS. NUNCA FICAREM AS MESMAS E NA MAIORIA OS CASOS JÁ SEREM BURACOS, SEM A PRESENÇA DE PAVIMENTAÇÃO, HAVENDO A NECESSIDADE DE FAZER UMA COMPLEMENTAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO NOVA. ESSA COMPLEMENTAÇÃO CONSISTE O ASSENTAMENTO DE PEDRAS NOVAS SOBRE COLCHÃO DE AREIA QUE DEVERA POSSUIR UMA CAMADA DE ESPESSURA DE 15 CM.

APOS A EXECUÇÃO DO CALÇAMENTO SERÁ EXECUTADA A COMPACTAÇÃO, COMEÇANDO-SE PELO



PONTO DE MENOR COTA PARA O DE MAIOR COTA NA SEÇÃO TRANSVERSAL. O NUMERO ASSIM EXECUTADAS, É DE TRÊS VEZES NO MÍNIMO.

2.4. C2927 RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO (M)

OS TRECHOS DE MEIOS-FIOS À SEREM RECUPERADOS SERÃO PREVIAMENTE DETERMINADOS PELA FISCALIZAÇÃO, E A RECUPERAÇÃO DO MEIO-FIO COMPREENDERÁ A RETIRADA DO MATERIAL EXISTENTE, ESCAVAÇÃO DE SOLO, MONTAGEM DAS FORMAS E CONCRETAGEM IN LOCO.

O CONCRETO DEVERÁ SER MISTURADO EM BETONEIRA, COM FCK DE NO MÍNIMO 15 MPA, E AS FORMAS DEVERÃO SER DE MADEIRA. A LARGURA MÍNIMA DEVERÁ SER DE 10 CM, E A ALTURA CONFORME ALINHAMENTO DO RESTANTE DO MEIO-FIO EXISTENTE NO LOCAL. TODOS OS TRECHOS DE MEIO-FIO A SEREM RECUPERADOS DEVEM ESTAR LIMPOS E ISENTOS DE VEGETAÇÃO. APÓS A CONCLUSÃO DOS TRECHOS DE CADA TESTADA DE QUADRA A MESMA DEVERÁ SER LIMPA E O MATERIAL CARREGADO PELA EMPRESA CONTRATADA EM EQUIPAMENTO DISPONIBILIZADO PELO MUNICÍPIO O QUAL DARÁ O DESTINO FINAL ADEQUADO AOS MESMOS

2.5. C2895 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

A PEDRA TOSCA DEVERÁ SER ASSENTADA SOBRE COLCHÃO DE AREIA GROSSA, DEVENDO TER ESPESSURA MÉDIA DE 0,10M. ESPECIAL ATENÇÃO DEVERÁ SER DADA À DISPOSIÇÃO DO COLCHÃO, DE FORMA A GARANTIR O ABALOAMENTO, TAMBÉM DA PAVIMENTAÇÃO DE 3%. NECESSÁRIO SE FAZ GARANTIR O ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PARA AS SARJETAS, BEM COMO OBEDECER ÀS MEDIDAS INDICADAS EM PROJETO BÁSICO, POSTERIORMENTE EXECUTAR REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NA PROPORÇÃO 1:3 EM TODA A SUA EXTENÇÃO.

2.6. C2893 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

O PARALELO DEVERÁ TER FORMAS REGULARES E TAMANHOS SIMILARES SENDO ASSENTADO SOBRE COLCHÃO DE AREIA GROSSA, DEVENDO TER ESPESSURA MÉDIA DE 0,10M. ESPECIAL ATENÇÃO DEVERÁ SER DADA À DISPOSIÇÃO DO COLCHÃO, DE FORMA A GARANTIR O ABALOAMENTO, TAMBÉM DA PAVIMENTAÇÃO DE 3%. NECESSÁRIO SE FAZ GARANTIR O ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PARA AS SARJETAS, BEM COMO OBEDECER ÀS MEDIDAS INDICADAS EM PROJETO BÁSICO, POSTERIORMENTE EXECUTAR REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NA PROPORÇÃO 1:3 EM TODA A SUA EXTENÇÃO.

3. DRENAGEM

3.1. C0365 BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL (M)

ESTE PROCESSO ALTERNATIVO REFERE-SE AO EMPREGO DE MEIO-FIO MOLDADO NO LOCAL EM CONCRETO, ENVOLVENDO AS SEGUINTE ETAPAS:

A) CONFECÇÃO DO MEIO-FIO, A QUAL SERA FEITA NO LOCAL DA OBRA, QUANDO SEJAM TOMADAS AS PRECAUÇÕES CONDIZENTES COM A BOA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. PODERÃO SER UTILIZADAS FORMAS METÁLICAS OU DE MADEIRA REVESTIDA, QUE CONDUZAM A ACABAMENTO ADEQUADO,



DEVENDO O CONCRETO SER ADENSADO POR VIBRAÇÃO. AS PEÇAS DEVEM TER JUNTAS LIMITANDO O TAMANHO MÁXIMO EM 1,00M DE COMPRIMENTO, DEVENDO ESTA DIMENSÃO SER REDUZIDA NOS TRECHOS EM CURVA;

B) ESCAVAÇÃO DE PORÇÃO ANEXA AO BORDO DO PAVIMENTO, OBEDECENDO AOS ALINHAMENTOS, COTAS E DIMENSÕES INDICADAS NO PROJETO;

C) EXECUÇÃO DE LASTRO DE BRITA, PARA PERMITIR ADEQUADO APOIO AO MEIO-FIO;

D) INSTALAÇÃO E ASSENTAMENTO DO MEIO-FIO MOLDADO IN-LOCO, DE FORMA COMPATÍVEL COM O PROJETO-TIPO CONSIDERADO;

E) REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA CIMENTO:AREIA, NO TRAÇO 1:4;

F) APÓS A CONCLUSÃO DO ASSENTAMENTO DO MEIO FIO REALIZAR A CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOS PARA FINALIZAR ACABAMENTO.

4.2. C0836 CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)

A SARJETA EM CONCRETO, CONFECCIONADA SOBRE CAMADA DE AREIA DE MODO CONVENIENTE A FIM DE POSSIBILITAR O ENTROSAMENTO NECESSÁRIO E OBEDECER ÀS CONDIÇÕES DE ALTURA, ALINHAMENTO E PERFIL TRANSVERSAL, EXIGIDOS EM PROJETO.

CONSIDEROU-SE NESTA ESPECIFICAÇÃO COMO CONFECÇÃO DA SARJETA EM CONCRETO OS SERVIÇOS ABAIXO RELACIONADOS:

- a) CONCRETO SIMPLES FCK 15MPA.
- b) ESCAVAÇÃO EM MATERIAL DE 1ª CAT.;
- c) CAIAÇÃO

SARJETA É UM DISPOSITIVO QUE SE APLICA LATERALMENTE AO PAVIMENTO EM ATERROS, CANTEIROS CENTRAIS E ELEMENTOS DE INTERSEÇÕES, COM O DUPLO OBJETIVO DE DIRECIONAR FISICAMENTE O TRÁFEGO ATUANTE E CONDUZIR AS ÁGUAS PRECIPITADAS SOBRE A PISTA E PASSEIOS PARA AS BOCAS DE LOBO, CAIXAS COLETORAS OU DESCIDAS D'ÁGUA EM ATERROS.

MATERIAIS

TODOS OS MATERIAIS UTILIZADOS DEVEM ATENDER INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES CORRESPONDENTES ADOTADAS PELA PREFEITURA.

O CONCRETO UTILIZADO DEVE SER DOSADO EXPERIMENTALMENTE PARA UMA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, AOS 28 DIAS, DE 15 MPA. O CONCRETO UTILIZADO DEVE SER PREPARADO DE ACORDO COM O PRESCRITO NAS NORMAS NBR 6118 E NBR 7187 DA ABNT.

EQUIPAMENTOS

O EQUIPAMENTO DEVE SER DO TIPO, TAMANHO E QUANTIDADE QUE VENHA A SER NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DO MEIO-FIO DE CONCRETO, COMPREENDENDO BASICAMENTE:

- BETONEIRA;
- CAMINHÃO PIPA;
- VIBRADOR MECÂNICO;
- CARRINHO DE CONCRETAGEM;
- FERRAMENTAS MANUAIS PRÓPRIAS DOS SERVIÇOS DE CARPINTARIA E ACABAMENTO.



A EXECUTANTE DEVE COLOCAR NA OBRA TODO O EQUIPAMENTO NECESSÁRIO À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM TERMOS DE QUALIDADE E ATENDIMENTO AO PRAZO CONTRATUAL. A RELAÇÃO DO EQUIPAMENTO A SER ALOCADO DEVE SER AJUSTADA ÀS CONDIÇÕES PARTICULARES VIGENTES, E SUBMETIDA PREVIAMENTE À APRECIÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, QUE JULGARÁ A SUA SUFICIÊNCIA.

4. ARREMATAS FINAIS

4.1. C3447 LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)

O TRECHO SERÁ ENTREGUE EM PERFEITO ESTADO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. SERÁ REMOVIDO TODO ENTULHO DO TERRENO, SENDO LIMPOS E VARRIDOS OS EXCESSOS.



VII. MEMORIAL DE CÁLCULO E QUANTITATIVOS

[Handwritten signature]

MEMÓRIAS DE CÁLCULO			
	OBRA:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA: 21/05/2024 BDI: 28,35%
	DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FONTE VERSÃO HORA MES
	LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE	SEINFRA 028.1 COM DESONERAÇÃO 84,44% 47,48%
	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM	

1.1. C2102 RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO (M2)

			QTD
Pavimentação em paralelepípedo segundo memorial de calculo	76901,00*0,02	1.538,0200000 0	1.538,02
Pavimentação em pedra tosca segundo memorial de calculo	563718,00*0,02	11.274,3600000 00	11.274,36
Pavimentação em blocos intertravados segundo memorial de calculo	34389,00*0,02	687,78000000	687,78
			13.500,16



1.2. C3064 DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO E POLIÉDRICO (M2)

			QTD
Pavimentação em paralelepípedo segundo memorial de calculo	76901,00*0,06	4.614,0600000 0	4.614,06
Pavimentação em pedra tosca segundo memorial de calculo	563718,00*0,06	33.823,0800000 00	33.823,08
			38.437,14

1.3. C3041 RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET C/ REMOÇÃO LATERAL (M2)

			QTD
Pavimentação em blocos intertravados segundo memorial de calculo	34389,00*0,10	3.438,9000000 0	3.438,90
			3.438,90

2.1. C2929 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO C/REJUNTAMENTO (M2)

			QTD
Pavimentação em paralelepípedo segundo memorial de calculo	76901,00*0,06	4.614,0600000 0	4.614,06
			4.614,06

2.2. C2932 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO (M2)

			QTD
Pavimentação em pedra tosca segundo memorial de calculo	563718,00*0,06	33.823,0800000 00	33.823,08
			33.823,08

2.3. C3036 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO C/BLOKRET REAPROVEITADO (M2)

			QTD
Pavimentação em blocos intertravados segundo memorial de calculo	34389,00*0,10	3.438,9000000 0	3.438,90
			3.438,90

2.4. C2927 RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO (M)



MEMÓRIAS DE CÁLCULO

OBRA:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA : 21/05/2024	BDI : 28,35%		
DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FONTE	VERSÃO	HORA	MES
LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM				



			QTD
Pavimentação em blocos intertravados segundo memorial de calculo	3501,00*0,02*2	140,04000000	140,04
Pavimentação em paralelepípedo segundo memorial de calculo	10328,00*0,02*2	413,12000000	413,12
Pavimentação em pedra tosca segundo memorial de calculo	80181,00*0,02*2	3.207,24000000 0	3.207,24
			3.760,40

2.5. C2895 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

			QTD
	3500	3.500,00000000 0	3.500,00
			3.500,00

2.6. C2893 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

			QTD
	2000	2.000,00000000 0	2.000,00
			2.000,00

3.1. C0365 BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL (M)

			QTD
	3500*2	7.000,00000000 0	7.000,00
			7.000,00

3.2. C0836 CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)

			QTD
	3500*0,10*0,30*2	210,00000000	210,00
			210,00

3.1. C3447 LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)

			QTD
Pavimentação em paralelepípedo segundo memorial de calculo	76901,00*0,06	4.614,06000000 0	4.614,06
Pavimentação em pedra tosca segundo memorial de calculo	563718,00*0,06	33.823,08000000 00	33.823,08
Pavimentação em blocos intertravados segundo memorial de calculo	34389,00*0,10	3.438,90000000 0	3.438,90
			41.876,04



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Bairro Luis Almeida										
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	74,00 + 18,00	=	1498,00	7,00	7,00	=	10486,00	M²	Rua Jurandir Ferreira + Av. que Liga Bairro Luis Almeida ao Bairro Sabonete	
			Total =	1498,00	M	Total =		10486,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	23,00 + 13,00	=	473,00	7,00	7,00	=	3311,00	M²	Rua Pedro Santiago	
			Total =	473,00	M	Total =		3311,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	32,00 + 3,00	=	643,00	7,00	7,00	=	4501,00	M²	Rua Wellington Lima	
			Total =	643,00	M	Total =		4501,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	36,00 + 16,00	=	736,00	7,00	7,00	=	5152,00	M²	Rua Zaine Belem	
			Total =	736,00	M	Total =		5152,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	27,00 + 15,00	=	555,00	7,00	7,00	=	3885,00	M²	Rua Padre Jaime Felício	
			Total =	555,00	M	Total =		3885,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	27,00 + 14,00	=	554,00	7,00	7,00	=	3878,00	M²	Rua Dona Rita de Cassia Coutinho	
			Total =	554,00	M	Total =		3878,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	34,00 + 13,00	=	693,00	7,00	7,00	=	4851,00	M²	Rua Francisco Ulisses Bezerra	
			Total =	693,00	M	Total =		4851,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	14,00 + 11,00	=	291,00	7,00	7,00	=	2037,00	M²	Rua Dona Antonia Pinto	
			Total =	291,00	M	Total =		2037,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	14,00 + 11,00	=	291,00	7,00	7,00	=	2037,00	M²	Rua Josefa Maria	
			Total =	291,00	M	Total =		2037,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	10,00 + 5,00	=	205,00	7,00	7,00	=	1435,00	M²	Rua Jose Melo Costa	
			Total =	205,00	M	Total =		1435,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	8,00 + 2,00	=	162,00	7,00	7,00	=	1134,00	M²	Rua Mario Matos	
			Total =	162,00	M	Total =		1134,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	10,00 + 12,00	=	212,00	7,00	7,00	=	1484,00	M²	Rua Humberto Bezerra de Sousa	
			Total =	212,00	M	Total =		1484,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	54,00 + 0,00	=	1080,00	7,00	7,00	=	7560,00	M²	Rua Adolfo Nogueira	
			Total =	1080,00	M	Total =		7560,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	53,00 + 14,00	=	1074,00	7,00	7,00	=	7518,00	M²	Rua Francisco Diassis Crisostomo	
			Total =	1074,00	M	Total =		7518,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	53,00 + 14,00	=	1074,00	7,00	7,00	=	7518,00	M²	Rua Liberato de Freitas	
			Total =	1074,00	M	Total =		7518,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	53,00 + 12,00	=	1072,00	7,00	7,00	=	7504,00	M²	Rua Dona Maria J. Coutinho	
			Total =	1072,00	M	Total =		7504,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	60,00 + 17,00	=	1217,00	7,00	7,00	=	8519,00	M²	Rua Ademar Nogueira	
			Total =	1217,00	M	Total =		8519,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	62,00 + 5,00	=	1245,00	7,00	7,00	=	8715,00	M²	Rua Humberto Martins	
			Total =	1245,00	M	Total =		8715,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00 + 0,00	55,00 + 19,00	=	1119,00	7,00	7,00	=	7833,00	M²	Rua Luiz Prata Girão	
			Total =	1119,00	M	Total =		7833,00	M2	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

0,00	+	0,00	7,00	+	0,00	=	140,00	7,00	7,00	980,00	M²	Rua Maria Pimenta Lima	
			Total			=	140,00	M		Total	=	980,00	M2

Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações				
0,00	+	0,00	20,00	+	19,00	=	419,00	Rua Fenelon Augusto Câmara				
			Total			=	419,00	M				
								Total	=	2933,00	M²	
								Total	=	2933,00	M2	
0,00	+	0,00	22,00	+	11,00	=	451,00	Rua Francisco das Chagas Rodrigues				
			Total			=	451,00	M				
								Total	=	3157,00	M²	
								Total	=	3157,00	M2	
0,00	+	0,00	20,00	+	10,00	=	410,00	Rua Luciano Coutinho				
			Total			=	410,00	M				
								Total	=	2870,00	M²	
								Total	=	2870,00	M2	
0,00	+	0,00	21,00	+	0,00	=	420,00	Rua A. Ulisses Bezerra				
			Total			=	420,00	M				
								Total	=	2940,00	M²	
								Total	=	2940,00	M2	
								Total	=	16034,00	M	
								Total	=	112238,00	M2	

Bairro Vila São Paulo

Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações				
0,00	+	0,00	6,00	+	0,00	=	120,00	Rua SDO 01				
			Total			=	120,00	M				
								Total	=	840,00	M²	
								Total	=	840,00	M2	
0,00	+	0,00	4,00	+	2,00	=	82,00	Rua SDO 02				
			Total			=	82,00	M				
								Total	=	574,00	M²	
								Total	=	574,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	1,00	=	41,00	Rua SDO 03				
			Total			=	41,00	M				
								Total	=	287,00	M²	
								Total	=	287,00	M2	
0,00	+	0,00	1,00	+	17,00	=	37,00	Rua Manoel Rodrigues				
			Total			=	37,00	M				
								Total	=	259,00	M²	
								Total	=	259,00	M2	
0,00	+	0,00	1,00	+	17,00	=	37,00	Rua Gutemberg Mesquita				
			Total			=	37,00	M				
								Total	=	259,00	M²	
								Total	=	259,00	M2	
0,00	+	0,00	52,00	+	11,00	=	1051,00	Rua Cleodon Siqueira				
			Total			=	1051,00	M				
								Total	=	7357,00	M²	
								Total	=	7357,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	12,00	=	52,00	Rua Joaquim do Carmo				
			Total			=	52,00	M				
								Total	=	364,00	M²	
								Total	=	364,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	8,00	=	48,00	Rua Raimunda Holanda Dias				
			Total			=	48,00	M				
								Total	=	336,00	M²	
								Total	=	336,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	4,00	=	44,00	Rua Dona Iza Costa				
			Total			=	44,00	M				
								Total	=	308,00	M²	
								Total	=	308,00	M2	
0,00	+	0,00	1,00	+	17,00	=	37,00	Rua Cornelio Pimentel				
			Total			=	37,00	M				
								Total	=	259,00	M²	
								Total	=	259,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	1,00	=	41,00	Rua Irma Madalena Mendes				
			Total			=	41,00	M				
								Total	=	287,00	M²	
								Total	=	287,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	1,00	=	41,00	Rua Afonso Machado				
			Total			=	41,00	M				
								Total	=	287,00	M²	
								Total	=	287,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	9,00	=	49,00	Rua Nilton Paiva				
			Total			=	49,00	M				
								Total	=	343,00	M²	
								Total	=	343,00	M2	
0,00	+	0,00	2,00	+	2,00	=	42,00	Rua Joao de Deus Saraiva				
			Total			=	42,00	M				
								Total	=	294,00	M²	
								Total	=	294,00	M2	
0,00	+	0,00	9,00	+	18,00	=	198,00	Rua SDO 04				
			Total			=	198,00	M				
								Total	=	1386,00	M²	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Total = 198,00 M Total = 1386,00 M2

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	3,00 + 14,00	= 74,00	7,00	7,00	518,00 M ²	Rua Nicolau Acario
		Total = 74,00 M			Total = 518,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 14,00	= 134,00	7,00	7,00	938,00 M ²	Rua Benzinho Barata
		Total = 134,00 M			Total = 938,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 14,00	= 154,00	7,00	7,00	1078,00 M ²	Rua Cosoline de Castro
		Total = 154,00 M			Total = 1078,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 17,00	= 177,00	7,00	7,00	1239,00 M ²	Rua Harding Paulo Junior
		Total = 177,00 M			Total = 1239,00 M2	
0,00 + 0,00	17,00 + 17,00	= 357,00	7,00	7,00	2499,00 M ²	Rua Padre Antenor Nunes
		Total = 357,00 M			Total = 2499,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 1,00	= 181,00	7,00	7,00	1267,00 M ²	Rua Joao Tertuliano
		Total = 181,00 M			Total = 1267,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 5,00	= 65,00	7,00	7,00	455,00 M ²	Rua Henrique Elpidio
		Total = 65,00 M			Total = 455,00 M2	
		Total = 3062,00 M			Total = 21434,00 M2	
Bairro Cohab						
0,00 + 0,00	5,00 + 12,00	= 112,00	7,00	7,00	784,00 M ²	Rua A
		Total = 112,00 M			Total = 784,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 8,00	= 108,00	7,00	7,00	756,00 M ²	Rua B
		Total = 108,00 M			Total = 756,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 4,00	= 104,00	7,00	7,00	728,00 M ²	Rua SDO 01
		Total = 104,00 M			Total = 728,00 M2	
0,00 + 0,00	28,00 + 15,00	= 575,00	7,00	7,00	4025,00 M ²	Rua Pedro Barbosa da Silva
		Total = 575,00 M			Total = 4025,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 16,00	= 156,00	7,00	7,00	1092,00 M ²	Rua SDO 01 Alto da Betania
		Total = 156,00 M			Total = 1092,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 15,00	= 135,00	7,00	7,00	945,00 M ²	Rua SDO 02 Alto da Betania
		Total = 135,00 M			Total = 945,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 16,00	= 256,00	7,00	7,00	1792,00 M ²	Rua Antonio Barroso Cavalcante
		Total = 256,00 M			Total = 1792,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 7,00	= 107,00	7,00	7,00	749,00 M ²	Rua E
		Total = 107,00 M			Total = 749,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 7,00	= 107,00	7,00	7,00	749,00 M ²	Rua F
		Total = 107,00 M			Total = 749,00 M2	
0,00 + 0,00	10,00 + 12,00	= 212,00	7,00	7,00	1484,00 M ²	Rua da Fibrasil
		Total = 212,00 M			Total = 1484,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 10,00	= 170,00	7,00	7,00	1190,00 M ²	Rua Edite Pimenta Amancio
		Total = 170,00 M			Total = 1190,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 14,00	= 154,00	7,00	7,00	1078,00 M ²	Rua G
		Total = 154,00 M			Total = 1078,00 M2	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	6,00 + 6,00	=	126,00	7,00	7,00	=	882,00 M ²	Rua Alzira Saraiva de Almeida Tavares
	Total	=	126,00 M			=	882,00 M ²	
Bairro Antonio Cisnando								
0,00 + 0,00	25,00 + 18,00	=	518,00	7,00	7,00	=	3626,00 M ²	Rua Raimundo Batista Pimentel
	Total	=	518,00 M			=	3626,00 M ²	
	Total	=	2840,00 M			=	19880,00 M ²	
0,00 + 0,00	12,00 + 10,00	=	250,00	7,00	7,00	=	1750,00 M ²	Rua João Jorge
	Total	=	250,00 M			=	1750,00 M ²	
0,00 + 0,00	14,00 + 12,00	=	292,00	7,00	7,00	=	2044,00 M ²	Rua Antonio Martins
	Total	=	292,00 M			=	2044,00 M ²	
0,00 + 0,00	42,00 + 0,00	=	840,00	7,00	7,00	=	5880,00 M ²	Rua Wellington Martins
	Total	=	840,00 M			=	5880,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 5,00	=	85,00	7,00	7,00	=	595,00 M ²	Rua Samuel Lopes
	Total	=	85,00 M			=	595,00 M ²	
0,00 + 0,00	1,00 + 7,00	=	27,00	7,00	7,00	=	189,00 M ²	Rua SDO 01
	Total	=	27,00 M			=	189,00 M ²	
0,00 + 0,00	8,00 + 6,00	=	166,00	7,00	7,00	=	1162,00 M ²	Rua 14 de Agosto
	Total	=	166,00 M			=	1162,00 M ²	
	Total	=	1660,00 M			=	11620,00 M ²	
Bairro Duque de Caixias								
0,00 + 0,00	3,00 + 13,00	=	73,00	7,00	7,00	=	511,00 M ²	Rua João Saldanha
	Total	=	73,00 M			=	511,00 M ²	
0,00 + 0,00	37,00 + 6,00	=	746,00	7,00	7,00	=	5222,00 M ²	Rua Miguel Felipe
	Total	=	746,00 M			=	5222,00 M ²	
0,00 + 0,00	3,00 + 17,00	=	77,00	7,00	7,00	=	539,00 M ²	Rua Benjamin Frutoso
	Total	=	77,00 M			=	539,00 M ²	
0,00 + 0,00	3,00 + 15,00	=	75,00	7,00	7,00	=	525,00 M ²	Rua Cel. Abelardo Rodrigues
	Total	=	75,00 M			=	525,00 M ²	
0,00 + 0,00	6,00 + 15,00	=	135,00	7,00	7,00	=	945,00 M ²	Rua Prof. José Remigio
0,00 + 0,00	16,00 + 13,00	=	333,00	7,00	7,00	=	2331,00 M ²	Rua Prof. José Remigio
	Total	=	468,00 M			=	3276,00 M ²	
0,00 + 0,00	7,00 + 11,00	=	151,00	7,00	7,00	=	1057,00 M ²	Rua Edméia Menezes
	Total	=	151,00 M			=	1057,00 M ²	
0,00 + 0,00	12,00 + 6,00	=	246,00	7,00	7,00	=	1722,00 M ²	Rua Raimundo Rodrigues
	Total	=	246,00 M			=	1722,00 M ²	
0,00 + 0,00	14,00 + 7,00	=	287,00	7,00	7,00	=	2009,00 M ²	Rua Juscelino Kubistcheck
	Total	=	287,00 M			=	2009,00 M ²	
0,00 + 0,00	14,00 + 4,00	=	284,00	7,00	7,00	=	1988,00 M ²	Rua Fco Geovani de Sousa
	Total	=	284,00 M			=	1988,00 M ²	
0,00 + 0,00	7,00 + 0,00	=	140,00	7,00	7,00	=	980,00 M ²	Rua José Bonifácio
	Total	=	140,00 M			=	980,00 M ²	





MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	4,00 + 11,00	=	91,00	7,00	7,00	=	637,00 M ²	Rua Alm. Alencarino Graça
	Total	=	91,00	M			637,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 19,00	=	99,00	7,00	7,00	=	693,00 M ²	Rua Dr. Saraiva Leão
	Total	=	99,00	M			693,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 19,00	=	99,00	7,00	7,00	=	693,00 M ²	Rua Cap. Josué Mendes
	Total	=	99,00	M			693,00 M ²	
0,00 + 0,00	8,00 + 7,00	=	167,00	7,00	7,00	=	1169,00 M ²	Rua SDO 01
	Total	=	167,00	M			1169,00 M ²	
0,00 + 0,00	1,00 + 12,00	=	32,00	7,00	7,00	=	224,00 M ²	Rua SDO 02
	Total	=	32,00	M			224,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 9,00	=	89,00	7,00	7,00	=	623,00 M ²	Trav. Jose Simão
	Total	=	89,00	M			623,00 M ²	
0,00 + 0,00	11,00 + 15,00	=	235,00	7,00	7,00	=	1645,00 M ²	Rua Jose Simão
	Total	=	235,00	M			1645,00 M ²	
0,00 + 0,00	3,00 + 6,00	=	66,00	7,00	7,00	=	462,00 M ²	Rua Antonio Saldanha
	Total	=	66,00	M			462,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 7,00	=	87,00	7,00	7,00	=	609,00 M ²	Rua Capitão Gomes Coutinho
	Total	=	87,00	M			609,00 M ²	
0,00 + 0,00	5,00 + 5,00	=	105,00	7,00	7,00	=	735,00 M ²	Rua Francisco Maciel da Costa
	Total	=	105,00	M			735,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 11,00	=	91,00	7,00	7,00	=	637,00 M ²	Rua Alberto Francisco Almeida
	Total	=	91,00	M			637,00 M ²	
	Total	=	3708,00	M			25956,00 M ²	
Bairro Centro								
0,00 + 0,00	3,00 + 3,00	=	63,00	7,00	7,00	=	441,00 M ²	Rua Ant. Mendes
	Total	=	63,00	M			441,00 M ²	
0,00 + 0,00	7,00 + 8,00	=	148,00	7,00	7,00	=	1036,00 M ²	Rua SDO 01
	Total	=	148,00	M			1036,00 M ²	
0,00 + 0,00	27,00 + 17,00	=	557,00	7,00	7,00	=	3899,00 M ²	Rua Francisco Afonso da Costa
	Total	=	557,00	M			3899,00 M ²	
0,00 + 0,00	12,00 + 18,00	=	258,00	7,00	7,00	=	1806,00 M ²	Rua Antonio Delarmano Maciel
	Total	=	258,00	M			1806,00 M ²	
0,00 + 0,00	19,00 + 6,00	=	386,00	7,00	7,00	=	2702,00 M ²	Av. Damião Carneiro
	Total	=	386,00	M			2702,00 M ²	
0,00 + 0,00	26,00 + 16,00	=	536,00	7,00	7,00	=	3752,00 M ²	Rua Jose Ferreira da Costa
	Total	=	536,00	M			3752,00 M ²	
0,00 + 0,00	6,00 + 19,00	=	139,00	7,00	7,00	=	973,00 M ²	Rua Norte Sul 02
	Total	=	139,00	M			973,00 M ²	
0,00 + 0,00	6,00 + 11,00	=	131,00	7,00	7,00	=	917,00 M ²	Rua Ana Kercia Costa Vasques
	Total	=	131,00	M			917,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

0,00 + 0,00 18,00 + 12,00 = 372,00 7,00 7,00 2604,00 M²
 Total = 372,00 M Total = 2604,00 M2

Rua Lidia Franco

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	10,00 + 12,00	= 212,00	7,00	7,00	1484,00 M²	Rua SDO 02
	Total	= 212,00 M		Total	= 1484,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 3,00	= 143,00	7,00	7,00	1001,00 M²	Rua Maria do Socorro Nogimo
	Total	= 143,00 M		Total	= 1001,00 M2	
0,00 + 0,00	30,00 + 7,00	= 607,00	7,00	7,00	4249,00 M²	Rua Dr. Miguel Pinto
	Total	= 607,00 M		Total	= 4249,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 17,00	= 137,00	7,00	7,00	959,00 M²	Rua Tabelião Lafaiete
	Total	= 137,00 M		Total	= 959,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 8,00	= 108,00	7,00	7,00	756,00 M²	Rua Julião Barroso
	Total	= 108,00 M		Total	= 756,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 1,00	= 61,00	7,00	7,00	427,00 M²	Rua SDO 03
	Total	= 61,00 M		Total	= 427,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 6,00	= 66,00	7,00	7,00	462,00 M²	Rua Dona Violeta Camara
	Total	= 66,00 M		Total	= 462,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 4,00	= 64,00	7,00	7,00	448,00 M²	Rua Edmundo Batista
	Total	= 64,00 M		Total	= 448,00 M2	
0,00 + 0,00	14,00 + 0,00	= 280,00	7,00	7,00	1960,00 M²	Rua José Mauro Ribeiro
	Total	= 280,00 M		Total	= 1960,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 7,00	= 127,00	7,00	7,00	889,00 M²	Rua Cap. Raimundo
	Total	= 127,00 M		Total	= 889,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 7,00	= 107,00	7,00	7,00	749,00 M²	Rua 15 de Novembro
	Total	= 107,00 M		Total	= 749,00 M2	
0,00 + 0,00	10,00 + 7,00	= 207,00	7,00	7,00	1449,00 M²	Rua Dr. Anisio Mendes
	Total	= 207,00 M		Total	= 1449,00 M2	
0,00 + 0,00	1,00 + 19,00	= 39,00	7,00	7,00	273,00 M²	Rua Lidia de Oliveira
	Total	= 39,00 M		Total	= 273,00 M2	
0,00 + 0,00	23,00 + 15,00	= 475,00	7,00	7,00	3325,00 M²	Rua Jose Campos Torquato
	Total	= 475,00 M		Total	= 3325,00 M2	
0,00 + 0,00	13,00 + 2,00	= 262,00	7,00	7,00	1834,00 M²	Rua Francisco Rodrigues da Paiva
	Total	= 262,00 M		Total	= 1834,00 M2	
0,00 + 0,00	15,00 + 11,00	= 311,00	7,00	7,00	2177,00 M²	Rua Miguel Camara
	Total	= 311,00 M		Total	= 2177,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 3,00	= 183,00	7,00	7,00	1281,00 M²	Rua Antonio Pinheiro
	Total	= 183,00 M		Total	= 1281,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 7,00	= 67,00	10,00	10,00	670,00 M²	Rua Dona Romana
	Total	= 67,00 M		Total	= 670,00 M2	
	Total	= 6046,00 M		Total	= 42523,00 M2	
Bairro Maravilha						
0,00 + 0,00	24,00 + 8,00	= 488,00	7,00	7,00	3416,00 M²	Rua Raimundo Andrade



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Total = 488,00 M Total = 3416,00 M2

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	6,00 + 12,00	= 132,00	7,00	7,00	924,00 M ²	Rua José Magalhães
		Total = 132,00 M			Total = 924,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 19,00	= 99,00	7,00	7,00	693,00 M ²	Rua Antonio Silva Barros
		Total = 99,00 M			Total = 693,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 2,00	= 142,00	7,00	7,00	994,00 M ²	Rua Antonio Nascimento
		Total = 142,00 M			Total = 994,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 3,00	= 63,00	7,00	7,00	441,00 M ²	Travessa Antonio Nascimento
		Total = 63,00 M			Total = 441,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 11,00	= 191,00	7,00	7,00	1337,00 M ²	Rua Joao Martins
		Total = 191,00 M			Total = 1337,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 14,00	= 194,00	7,00	7,00	1358,00 M ²	Rua Dr. Gastão Falcão
		Total = 194,00 M			Total = 1358,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 6,00	= 246,00	7,00	7,00	1722,00 M ²	Rua Ramiro Barbosa
		Total = 246,00 M			Total = 1722,00 M2	
0,00 + 0,00	10,00 + 14,00	= 214,00	7,00	7,00	1498,00 M ²	Rua Antonio Nunes
		Total = 214,00 M			Total = 1498,00 M2	
0,00 + 0,00	14,00 + 7,00	= 287,00	7,00	7,00	2009,00 M ²	Rua Alto da Boa Vista
		Total = 287,00 M			Total = 2009,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 6,00	= 146,00	7,00	7,00	1022,00 M ²	Vila Isabel
		Total = 146,00 M			Total = 1022,00 M2	
0,00 + 0,00	10,00 + 0,00	= 200,00	7,00	7,00	1400,00 M ²	Rua Acrisio Mendes Pereira
		Total = 200,00 M			Total = 1400,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 16,00	= 196,00	7,00	7,00	1372,00 M ²	Rua A
		Total = 196,00 M			Total = 1372,00 M2	
0,00 + 0,00	25,00 + 15,00	= 515,00	7,00	7,00	3605,00 M ²	Rua Elsa Elpidio
		Total = 515,00 M			Total = 3605,00 M2	
0,00 + 0,00	50,00 + 17,00	= 1017,00	7,00	7,00	7119,00 M ²	Rua Antonio Zuza
		Total = 1017,00 M			Total = 7119,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 1,00	= 121,00	7,00	7,00	847,00 M ²	Rua Artur Bino
		Total = 121,00 M			Total = 847,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 11,00	= 131,00	7,00	7,00	917,00 M ²	Estrada do Sossego
		Total = 131,00 M			Total = 917,00 M2	
0,00 + 0,00	19,00 + 7,00	= 387,00	7,00	7,00	2709,00 M ²	Rua Jose Antonio Almeida
		Total = 387,00 M			Total = 2709,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 13,00	= 173,00	7,00	7,00	1211,00 M ²	Rua José Candido de Souza
		Total = 173,00 M			Total = 1211,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 4,00	= 124,00	7,00	7,00	868,00 M ²	Rua Osorio Patricio
		Total = 124,00 M			Total = 868,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 2,00	= 62,00	7,00	7,00	434,00 M ²	Rua Vila Neuza I



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

0,00 + 0,00 3,00 + 0,00 = 60,00 7,00 7,00 420,00 M²
 Total = 122,00 M Total = 854,00 M²

Rua Vila Neza II

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	7,00 + 11,00	= 151,00	7,00	7,00	1057,00 M²	Rua Sebastião Fausto
		Total = 151,00 M			Total = 1057,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	3,00 + 1,00	= 61,00	7,00	7,00	427,00 M²	Rua SDO 01
		Total = 61,00 M			Total = 427,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	3,00 + 11,00	= 71,00	7,00	7,00	497,00 M²	Rua Margarida Santana de Oliveira
		Total = 71,00 M			Total = 497,00 M²	

Total = 5471,00 M Total = 38297,00 M²

Bairro Jaime Lopes

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	7,00 + 4,00	= 144,00	7,00	7,00	1008,00 M²	Rua Francisquinho Carneiro
		Total = 144,00 M			Total = 1008,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	30,00 + 5,00	= 605,00	7,00	7,00	4235,00 M²	Rua Francisquinho Carneiro
		Total = 605,00 M			Total = 4235,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	4,00 + 16,00	= 96,00	7,00	7,00	672,00 M²	Rua Alvaro Pimentel
		Total = 96,00 M			Total = 672,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	3,00 + 9,00	= 69,00	7,00	7,00	483,00 M²	Rua Antero Gaspar
		Total = 69,00 M			Total = 483,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	2,00 + 2,00	= 42,00	7,00	7,00	294,00 M²	Rua Dona Maria de Sousa
		Total = 42,00 M			Total = 294,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	9,00 + 5,00	= 185,00	7,00	7,00	1295,00 M²	Rua Prof. Artur de Oliveira
		Total = 185,00 M			Total = 1295,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	9,00 + 14,00	= 194,00	7,00	7,00	1358,00 M²	Rua SDO 01
0,00 + 0,00	8,00 + 15,00	= 175,00	7,00	7,00	1225,00 M²	Rua SDO 01
		Total = 369,00 M			Total = 2583,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	5,00 + 12,00	= 112,00	7,00	7,00	784,00 M²	Rua João Barros
		Total = 112,00 M			Total = 784,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	9,00 + 4,00	= 184,00	7,00	7,00	1288,00 M²	Rua Expedito Patricio
		Total = 184,00 M			Total = 1288,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	6,00 + 4,00	= 124,00	7,00	7,00	868,00 M²	Avenida Luiz Paulino de Moraes
0,00 + 0,00	4,00 + 10,00	= 90,00	7,00	7,00	630,00 M²	Avenida Luiz Paulino de Moraes
		Total = 214,00 M			Total = 1498,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	14,00 + 0,00	= 280,00	7,00	7,00	1960,00 M²	Rua Augusto Ribeiro
		Total = 280,00 M			Total = 1960,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	9,00 + 3,00	= 183,00	7,00	7,00	1281,00 M²	Rua Afonso Ismael Santana
		Total = 183,00 M			Total = 1281,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	44,00 + 13,00	= 893,00	7,00	7,00	6251,00 M²	Rua Francisco Ismael
		Total = 893,00 M			Total = 6251,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	21,00 + 16,00	= 436,00	7,00	7,00	3052,00 M²	Rua Antonio Tomas da Silva
		Total = 436,00 M			Total = 3052,00 M²	

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	18,00 + 3,00	= 363,00	7,00	7,00	2541,00 M²	Travessa Francisco Ismael
		Total = 363,00 M			Total = 2541,00 M²	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	7,00 + 18,00	= 158,00	7,00	7,00	1106,00 M²	Rua Jose Jacinto de Oliveira Filho
	Total	= 158,00 M		Total	= 1106,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 12,00	= 192,00	7,00	7,00	1344,00 M²	Rua Maria Perpetua da Silva Rocha
	Total	= 192,00 M		Total	= 1344,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 15,00	= 95,00	7,00	7,00	665,00 M²	Rua SDO 02
	Total	= 95,00 M		Total	= 665,00 M2	
	Total	= 4620,00 M		Total	= 32340,00 M2	
Bairro José Aurelio Camara						
0,00 + 0,00	5,00 + 9,00	= 109,00	7,00	7,00	763,00 M²	Rua Ten. Joao Machado
	Total	= 109,00 M		Total	= 763,00 M2	
0,00 + 0,00	10,00 + 6,00	= 206,00	7,00	7,00	1442,00 M²	Rua José Farias
	Total	= 206,00 M		Total	= 1442,00 M2	
0,00 + 0,00	2,00 + 4,00	= 44,00	7,00	7,00	308,00 M²	Trav. Doth
	Total	= 44,00 M		Total	= 308,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 15,00	= 115,00	7,00	7,00	805,00 M²	Rua D. Fca. Santiago
	Total	= 115,00 M		Total	= 805,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 16,00	= 256,00	7,00	7,00	1792,00 M²	Rua Presidente Vargas
	Total	= 256,00 M		Total	= 1792,00 M2	
0,00 + 0,00	11,00 + 14,00	= 234,00	7,00	7,00	1638,00 M²	Rua Princesa Isabel
	Total	= 234,00 M		Total	= 1638,00 M2	
0,00 + 0,00	13,00 + 2,00	= 262,00	7,00	7,00	1834,00 M²	Rua Dr. José Dias
	Total	= 262,00 M		Total	= 1834,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 6,00	= 166,00	7,00	7,00	1162,00 M²	Rua Acrisio Mendes de Oliveira
	Total	= 166,00 M		Total	= 1162,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 17,00	= 197,00	7,00	7,00	1379,00 M²	Rua Fausto Costa
	Total	= 197,00 M		Total	= 1379,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 18,00	= 198,00	7,00	7,00	1386,00 M²	Rua Ana Almeida Machado
	Total	= 198,00 M		Total	= 1386,00 M2	
0,00 + 0,00	16,00 + 13,00	= 333,00	7,00	7,00	2331,00 M²	Rua Benjamin Barroso
	Total	= 333,00 M		Total	= 2331,00 M2	
0,00 + 0,00	21,00 + 10,00	= 430,00	7,00	7,00	3010,00 M²	Rua Dep. Euclides Wilcar
	Total	= 430,00 M		Total	= 3010,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 19,00	= 259,00	7,00	7,00	1813,00 M²	Rua Amelio Albuquerque
	Total	= 259,00 M		Total	= 1813,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 7,00	= 67,00	7,00	7,00	469,00 M²	Rua Benjamin Barroso
	Total	= 67,00 M		Total	= 469,00 M2	
0,00 + 0,00	11,00 + 9,00	= 229,00	7,00	7,00	1603,00 M²	Rua Antonio Bezerra
	Total	= 229,00 M		Total	= 1603,00 M2	
0,00 + 0,00	2,00 + 3,00	= 43,00	7,00	7,00	301,00 M²	Rua Sargento Arnold
	Total	= 43,00 M		Total	= 301,00 M2	
Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

0,00 + 0,00 28,00 + 7,00 = 567,00 7,00 7,00 3969,00 M²
 Total = 567,00 M Total = 3969,00 M²

Rua Senador Paulo Sarasate

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	21,00 + 19,00	= 439,00	7,00	7,00	3073,00 M ²	Rua José Marques Filho
		Total = 439,00 M			Total = 3073,00 M ²	
0,00 + 0,00	10,00 + 15,00	= 215,00	7,00	7,00	1505,00 M ²	Rua José Marques Filho
		Total = 215,00 M			Total = 1505,00 M ²	
0,00 + 0,00	5,00 + 0,00	= 100,00	7,00	7,00	700,00 M ²	Rua Candido Timotio
		Total = 100,00 M			Total = 700,00 M ²	
0,00 + 0,00	8,00 + 3,00	= 163,00	7,00	7,00	1141,00 M ²	Rua Padre Germiniano Bezerra
		Total = 163,00 M			Total = 1141,00 M ²	
0,00 + 0,00	8,00 + 11,00	= 171,00	7,00	7,00	1197,00 M ²	Rua Alvisto Skeff
		Total = 171,00 M			Total = 1197,00 M ²	
0,00 + 0,00	1,00 + 15,00	= 35,00	7,00	7,00	245,00 M ²	Rua Fco Ferreira Lima
		Total = 35,00 M			Total = 245,00 M ²	
0,00 + 0,00	1,00 + 15,00	= 35,00	7,00	7,00	245,00 M ²	Rua Cicero Carneiro
		Total = 35,00 M			Total = 245,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 0,00	= 80,00	7,00	7,00	560,00 M ²	Rua SDO 01
		Total = 80,00 M			Total = 560,00 M ²	
0,00 + 0,00	4,00 + 14,00	= 94,00	7,00	7,00	658,00 M ²	Tv. Alvisto Skeff
		Total = 94,00 M			Total = 658,00 M ²	
		Total = 5047,00 M			Total = 35329,00 M ²	
Bairro Monteiro de Moraes						
0,00 + 0,00	16,00 + 15,00	= 335,00	7,00	7,00	2345,00 M ²	Rua Antonio Saraiva
		Total = 335,00 M			Total = 2345,00 M ²	
0,00 + 0,00	5,00 + 0,00	= 100,00	7,00	7,00	700,00 M ²	Rua Lulu Martins
		Total = 100,00 M			Total = 700,00 M ²	
0,00 + 0,00	3,00 + 3,00	= 63,00	7,00	7,00	441,00 M ²	Rua José Marques de Lima
		Total = 63,00 M			Total = 441,00 M ²	
0,00 + 0,00	3,00 + 11,00	= 71,00	7,00	7,00	497,00 M ²	Rua Antonio Benicio
		Total = 71,00 M			Total = 497,00 M ²	
0,00 + 0,00	6,00 + 15,00	= 135,00	7,00	7,00	945,00 M ²	Rua José Fernandes
		Total = 135,00 M			Total = 945,00 M ²	
0,00 + 0,00	2,00 + 12,00	= 52,00	7,00	7,00	364,00 M ²	Rua José Felício
		Total = 52,00 M			Total = 364,00 M ²	
0,00 + 0,00	7,00 + 0,00	= 140,00	7,00	7,00	980,00 M ²	Rua Sebastiao Cavalcante
		Total = 140,00 M			Total = 980,00 M ²	
0,00 + 0,00	5,00 + 1,00	= 101,00	7,00	7,00	707,00 M ²	Rua Osorio Alm.
		Total = 101,00 M			Total = 707,00 M ²	
0,00 + 0,00	3,00 + 4,00	= 64,00	7,00	7,00	448,00 M ²	Rua Pe. Cicero
		Total = 64,00 M			Total = 448,00 M ²	
0,00 + 0,00	3,00 + 6,00	= 66,00	7,00	7,00	462,00 M ²	Rua Pe. Mororo



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Total = 66,00 M Total = 462,00 M2

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	2,00 + 15,00	= 55,00	7,00	7,00	385,00 M ²	Rua Vicente de Castro
		Total = 55,00 M			Total = 385,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 7,00	= 147,00	7,00	7,00	1029,00 M ²	Rua Ismael B. de Menezes
		Total = 147,00 M			Total = 1029,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 13,00	= 153,00	7,00	7,00	1071,00 M ²	Rua Cel. Ismael Bezerra de Menezes
		Total = 153,00 M			Total = 1071,00 M2	
0,00 + 0,00	18,00 + 6,00	= 366,00	7,00	7,00	2562,00 M ²	Tv. Dom Helo Campos
		Total = 366,00 M			Total = 2562,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 9,00	= 189,00	7,00	7,00	1323,00 M ²	Rua SDO 01
		Total = 189,00 M			Total = 1323,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 6,00	= 126,00	7,00	7,00	882,00 M ²	Rua Ant. Henrique
		Total = 126,00 M			Total = 882,00 M2	
0,00 + 0,00	1,00 + 19,00	= 39,00	7,00	7,00	273,00 M ²	Tv. Ant. Henrique
		Total = 39,00 M			Total = 273,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 14,00	= 194,00	7,00	7,00	1358,00 M ²	Rua Ant. Furtado
		Total = 194,00 M			Total = 1358,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 8,00	= 148,00	7,00	7,00	1036,00 M ²	Rua Cel. Afro Leal
		Total = 148,00 M			Total = 1036,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 12,00	= 172,00	7,00	7,00	1204,00 M ²	Rua D. Heloisa Camara
		Total = 172,00 M			Total = 1204,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 15,00	= 155,00	7,00	7,00	1085,00 M ²	Rua Vicente de Castro
		Total = 155,00 M			Total = 1085,00 M2	
		Total = 2871,00 M			Total = 20097,00 M2	
Bairro Salviano Carlos						
0,00 + 0,00	3,00 + 17,00	= 77,00	7,00	7,00	539,00 M ²	Rua Isais de Oliveira Lima
		Total = 77,00 M			Total = 539,00 M2	
0,00 + 0,00	23,00 + 13,00	= 473,00	7,00	7,00	3311,00 M ²	Rua Antonio Bezerra
		Total = 473,00 M			Total = 3311,00 M2	
0,00 + 0,00	15,00 + 2,00	= 302,00	7,00	7,00	2114,00 M ²	Rua Foo Delmiro de Oliveira
		Total = 302,00 M			Total = 2114,00 M2	
0,00 + 0,00	22,00 + 12,00	= 452,00	7,00	7,00	3164,00 M ²	Rua 25 de Março
		Total = 452,00 M			Total = 3164,00 M2	
0,00 + 0,00	20,00 + 5,00	= 405,00	7,00	7,00	2835,00 M ²	Rua Joao do Lucio Carmo
		Total = 405,00 M			Total = 2835,00 M2	
0,00 + 0,00	22,00 + 11,00	= 451,00	7,00	7,00	3157,00 M ²	Rua Adelia Albuquerque
		Total = 451,00 M			Total = 3157,00 M2	
0,00 + 0,00	16,00 + 3,00	= 323,00	7,00	7,00	2261,00 M ²	Trav. Joao Lucio do Carmo
		Total = 323,00 M			Total = 2261,00 M2	
0,00 + 0,00	21,00 + 1,00	= 421,00	7,00	7,00	2947,00 M ²	Rua Antonio Viana
		Total = 421,00 M			Total = 2947,00 M2	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	15,00 + 17,00	=	317,00	7,00	7,00	=	2219,00 M ²	Rua J
	Total	=	317,00 M		Total	=	2219,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	6,00 + 4,00	=	124,00	7,00	7,00	=	868,00 M ²	Rua C
	Total	=	124,00 M		Total	=	868,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	6,00 + 2,00	=	122,00	7,00	7,00	=	854,00 M ²	Rua Zilda Nogueira
	Total	=	122,00 M		Total	=	854,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	6,00 + 5,00	=	125,00	7,00	7,00	=	875,00 M ²	Rua D
	Total	=	125,00 M		Total	=	875,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	2,00 + 4,00	=	44,00	7,00	7,00	=	308,00 M ²	Travessa D
	Total	=	44,00 M		Total	=	308,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	12,00 + 4,00	=	244,00	7,00	7,00	=	1708,00 M ²	Rua E
	Total	=	244,00 M		Total	=	1708,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	10,00 + 7,00	=	207,00	10,00	10,00	=	2070,00 M ²	Rua F
	Total	=	207,00 M		Total	=	2070,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	8,00 + 17,00	=	177,00	7,00	7,00	=	1239,00 M ²	Rua G
0,00 + 0,00	3,00 + 12,00	=	72,00	7,00	7,00	=	504,00 M ²	Rua G
	Total	=	249,00 M		Total	=	1743,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	5,00 + 8,00	=	108,00	7,00	7,00	=	756,00 M ²	Rua Francisco Lessa Etão
	Total	=	108,00 M		Total	=	756,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	15,00 + 12,00	=	312,00	7,00	7,00	=	2184,00 M ²	Rua Francisco Patricio de Almeida
	Total	=	312,00 M		Total	=	2184,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	7,00 + 8,00	=	148,00	7,00	7,00	=	1036,00 M ²	Rua Antonio Viana
	Total	=	148,00 M		Total	=	1036,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	12,00 + 12,00	=	252,00	7,00	7,00	=	1764,00 M ²	Rua Nossa Senhora das Graças
	Total	=	252,00 M		Total	=	1764,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	3,00 + 19,00	=	79,00	7,00	7,00	=	553,00 M ²	Rua Pedro Coulinho
	Total	=	79,00 M		Total	=	553,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	3,00 + 2,00	=	62,00	7,00	7,00	=	434,00 M ²	Rua Edite dos Santos
	Total	=	62,00 M		Total	=	434,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	16,00 + 12,00	=	332,00	7,00	7,00	=	2324,00 M ²	Rua Raimundo Mateus de Oliveira
	Total	=	332,00 M		Total	=	2324,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	1,00 + 19,00	=	39,00	7,00	7,00	=	273,00 M ²	Rua Joao Ulisses
	Total	=	39,00 M		Total	=	273,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	18,00 + 18,00	=	378,00	7,00	7,00	=	2646,00 M ²	Rua José Apolônio da Silva
	Total	=	378,00 M		Total	=	2646,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	18,00 + 10,00	=	370,00	7,00	7,00	=	2590,00 M ²	Rua Antonio Jair Camelo de Almeida
	Total	=	370,00 M		Total	=	2590,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	18,00 + 10,00	=	370,00	7,00	7,00	=	2590,00 M ²	Rua Alda Patricio de Almeida
	Total	=	370,00 M		Total	=	2590,00 M ²	
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações
0,00 + 0,00	5,00 + 0,00	=	100,00	7,00	7,00	=	700,00 M ²	Rua Francisco Osmar Martins



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Total = 100,00 M Total = 700,00 M2

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	3,00 + 16,00	= 76,00	7,00	7,00	532,00 M ²	Rua Antonio Martins de Almeida
	Total =	76,00 M			532,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 0,00	= 60,00	7,00	7,00	420,00 M ²	Rua Luis Martins de Almeida
	Total =	60,00 M			420,00 M2	
0,00 + 0,00	13,00 + 15,00	= 275,00	7,00	7,00	1925,00 M ²	Rua SDO 01
	Total =	275,00 M			1925,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 13,00	= 113,00	7,00	7,00	791,00 M ²	Rua Antonio Bezerra
	Total =	113,00 M			791,00 M2	
	Total =	7410,00 M			52491,00 M2	
Jardim Norte II						
0,00 + 0,00	16,00 + 5,00	= 325,00	7,00	7,00	2275,00 M ²	Rua A
	Total =	325,00 M			2275,00 M2	
0,00 + 0,00	15,00 + 0,00	= 300,00	7,00	7,00	2100,00 M ²	Rua B
	Total =	300,00 M			2100,00 M2	
0,00 + 0,00	15,00 + 0,00	= 300,00	7,00	7,00	2100,00 M ²	Rua C
	Total =	300,00 M			2100,00 M2	
0,00 + 0,00	15,00 + 0,00	= 300,00	7,00	7,00	2100,00 M ²	Rua D
	Total =	300,00 M			2100,00 M2	
0,00 + 0,00	14,00 + 19,00	= 299,00	7,00	7,00	2093,00 M ²	Rua E
	Total =	299,00 M			2093,00 M2	
0,00 + 0,00	16,00 + 8,00	= 328,00	7,00	7,00	2296,00 M ²	Rua F
	Total =	328,00 M			2296,00 M2	
0,00 + 0,00	11,00 ### 3,00	= 223,00	7,00	7,00	1561,00 M ²	Rua G
	Total =	223,00 M			1561,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 7,00	= 107,00	7,00	7,00	749,00 M ²	Rua H
	Total =	107,00 M			749,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 11,00	= 151,00	7,00	7,00	1057,00 M ²	Rua I
	Total =	151,00 M			1057,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 1,00	= 241,00	7,00	7,00	1687,00 M ²	Rua J
	Total =	241,00 M			1687,00 M2	
	Total =	2574,00 M			18018,00 M2	
Bairro José Airton Machado						
0,00 + 0,00	4,00 + 8,00	= 88,00	7,00	7,00	616,00 M ²	Rua Xavier de Jesus
	Total =	88,00 M			616,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 8,00	= 88,00	7,00	7,00	616,00 M ²	Rua Ana Xavier de Jesus
	Total =	88,00 M			616,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 6,00	= 86,00	7,00	7,00	602,00 M ²	Rua José de André Mota
	Total =	86,00 M			602,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 4,00	= 84,00	7,00	7,00	588,00 M ²	Tv. Teófilo Lessa
0,00 + 0,00	2,00 + 2,00	= 42,00	7,00	7,00	294,00 M ²	Tv. Teófilo Lessa
	Total =	126,00 M			882,00 M2	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	17,00 + 7,00	= 347,00	7,00	7,00	2429,00 M ²	Rua Aluisio Siqueira
	Total	= 347,00 M			Total = 2429,00 M²	
0,00 + 0,00	24,00 + 4,00	= 484,00	7,00	7,00	3388,00 M ²	Rua Dr. Monteiro Filho
0,00 + 0,00	15,00 + 9,00	= 309,00	7,00	7,00	2163,00 M ²	Rua Dr. Monteiro Filho
	Total	= 793,00 M			Total = 5551,00 M²	
0,00 + 0,00	23,00 + 3,00	= 463,00	7,00	7,00	3241,00 M ²	Rua Desem. Americo Militao
0,00 + 0,00	15,00 + 13,00	= 313,00	7,00	7,00	2191,00 M ²	Rua Desem. Americo Militao
	Total	= 776,00 M			Total = 5432,00 M²	
0,00 + 0,00	23,00 + 1,00	= 461,00	7,00	7,00	3227,00 M ²	Rua Joel Nunes
	Total	= 461,00 M			Total = 3227,00 M²	
0,00 + 0,00	23,00 + 1,00	= 461,00	7,00	7,00	3227,00 M ²	Rua Dona Maria Saraiva
	Total	= 461,00 M			Total = 3227,00 M²	
0,00 + 0,00	20,00 + 3,00	= 403,00	7,00	7,00	2821,00 M ²	Rua Francisco Holanda Dias
	Total	= 403,00 M			Total = 2821,00 M²	
0,00 + 0,00	18,00 + 13,00	= 373,00	7,00	7,00	2611,00 M ²	Rua Gregorio Veridiano
	Total	= 373,00 M			Total = 2611,00 M²	
0,00 + 0,00	17,00 + 10,00	= 350,00	7,00	7,00	2450,00 M ²	Rua Ideuzilte Almeida
	Total	= 350,00 M			Total = 2450,00 M²	
0,00 + 0,00	9,00 + 13,00	= 193,00	7,00	7,00	1351,00 M ²	Trav. Ideuzilte Almeida
	Total	= 193,00 M			Total = 1351,00 M²	
0,00 + 0,00	7,00 + 15,00	= 155,00	7,00	7,00	1085,00 M ²	Rua Francisco Genesio Fernandes
	Total	= 155,00 M			Total = 1085,00 M²	
0,00 + 0,00	8,00 + 4,00	= 164,00	10,00	10,00	1640,00 M ²	Rua Maria do Carmo Rocha
	Total	= 164,00 M			Total = 1640,00 M²	
0,00 + 0,00	4,00 + 3,00	= 83,00	7,00	7,00	581,00 M ²	Rua Norte Sul
0,00 + 0,00	5,00 + 0,00	= 100,00	7,00	7,00	700,00 M ²	Rua Norte Sul
	Total	= 183,00 M			Total = 1281,00 M²	
0,00 + 0,00	14,00 + 9,00	= 289,00	7,00	7,00	2023,00 M ²	Rua Joel Nunes
	Total	= 289,00 M			Total = 2023,00 M²	
0,00 + 0,00	23,00 + 12,00	= 472,00	7,00	7,00	3304,00 M ²	Rua Francisco Ferreira da Costa
	Total	= 472,00 M			Total = 3304,00 M²	
0,00 + 0,00	6,00 + 11,00	= 131,00	7,00	7,00	917,00 M ²	Rua Afonso Ricardo da Silva
	Total	= 131,00 M			Total = 917,00 M²	
0,00 + 0,00	12,00 + 12,00	= 252,00	7,00	7,00	1764,00 M ²	Rua Maria Barbosa
	Total	= 252,00 M			Total = 1764,00 M²	
0,00 + 0,00	8,00 + 9,00	= 169,00	7,00	7,00	1183,00 M ²	Rua Maria Barbosa
	Total	= 169,00 M			Total = 1183,00 M²	
0,00 + 0,00	13,00 + 16,00	= 276,00	7,00	7,00	1932,00 M ²	Rua Ednir Pinto Ferreira
	Total	= 276,00 M			Total = 1932,00 M²	
0,00 + 0,00	13,00 + 8,00	= 268,00	7,00	7,00	1876,00 M ²	Rua Honorato Pinto de Araujo
	Total	= 268,00 M			Total = 1876,00 M²	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	13,00 + 3,00	= 263,00	7,00	7,00	= 1841,00 M ²	Rua Margarida Felix de Araujo
	Total	= 263,00 M			Total = 1841,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 16,00	= 256,00	7,00	7,00	= 1792,00 M ²	Rua Raimundo Ferreira da Costa
	Total	= 256,00 M			Total = 1792,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 13,00	= 253,00	7,00	7,00	= 1771,00 M ²	Rua Maria Zilda Lopes Costa
	Total	= 253,00 M			Total = 1771,00 M2	
0,00 + 0,00	11,00 + 16,00	= 236,00	7,00	7,00	= 1652,00 M ²	Rua Lana Paiva
	Total	= 236,00 M			Total = 1652,00 M2	
0,00 + 0,00	2,00 + 0,00	= 40,00	7,00	7,00	= 280,00 M ²	Rua SDO 01
	Total	= 40,00 M			Total = 280,00 M2	
0,00 + 0,00	22,00 + 19,00	= 459,00	7,00	7,00	= 3213,00 M ²	Rua Luisa Correia
	Total	= 459,00 M			Total = 3213,00 M2	
0,00 + 0,00	22,00 + 8,00	= 448,00	7,00	7,00	= 3136,00 M ²	Rua José Nobre de Oliveira
	Total	= 448,00 M			Total = 3136,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 1,00	= 61,00	7,00	7,00	= 427,00 M ²	Rua José Holanda Cavalcante
	Total	= 61,00 M			Total = 427,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 8,00	= 248,00	7,00	7,00	= 1736,00 M ²	Rua José Quintino Severo Filho
	Total	= 248,00 M			Total = 1736,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 0,00	= 80,00	7,00	7,00	= 560,00 M ²	Trav. Aluisio Mota Saraiva
0,00 + 0,00	4,00 + 12,00	= 92,00	7,00	7,00	= 644,00 M ²	Trav. Aluisio Mota Saraiva II
	Total	= 172,00 M			Total = 1204,00 M2	
0,00 + 0,00	17,00 + 1,00	= 341,00	7,00	7,00	= 2387,00 M ²	Rua Aluisio Mota Saraiva
	Total	= 341,00 M			Total = 2387,00 M2	
0,00 + 0,00	2,00 + 5,00	= 45,00	7,00	7,00	= 315,00 M ²	Rua SDO 02
	Total	= 45,00 M			Total = 315,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 12,00	= 132,00	7,00	7,00	= 924,00 M ²	Rua Antonio Prudente
	Total	= 132,00 M			Total = 924,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 17,00	= 97,00	7,00	7,00	= 679,00 M ²	Rua Roberto Carneiro
	Total	= 97,00 M			Total = 679,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 12,00	= 92,00	7,00	7,00	= 644,00 M ²	Rua Antonio Pinheiro
	Total	= 92,00 M			Total = 644,00 M2	
	Total	= 10047,00 M			Total = 70821,00 M2	
Bairro Edmilson Correia de Vasconcelos						
0,00 + 0,00	13,00 + 0,00	= 260,00	7,00	7,00	= 1820,00 M ²	Rua Antonio Salviano Lima
	Total	= 260,00 M			Total = 1820,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 11,00	= 251,00	7,00	7,00	= 1757,00 M ²	Rua Antonio Salviano Lima
	Total	= 251,00 M			Total = 1757,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 13,00	= 253,00	7,00	7,00	= 1771,00 M ²	Rua Luiz Saldanha de Almeida
	Total	= 253,00 M			Total = 1771,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 0,00	= 180,00	7,00	7,00	= 1260,00 M ²	Rua Maria Iraci Rocha
	Total	= 180,00 M			Total = 1260,00 M2	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	8,00 + 11,00	= 171,00	7,00	7,00	1197,00 M ²	Travessa Carlos Alberto Correia Lima
	Total	= 171,00 M			Total = 1197,00 M2	
0,00 + 0,00	24,00 + 2,00	= 482,00	7,00	7,00	3374,00 M ²	Rua Desem. Americo Militao
	Total	= 482,00 M			Total = 3374,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 18,00	= 98,00	7,00	7,00	686,00 M ²	Rua Seikiti Igue
	Total	= 98,00 M			Total = 686,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 6,00	= 146,00	7,00	7,00	1022,00 M ²	Rua Ana Mota Almeida
0,00 + 0,00	2,00 + 10,00	= 50,00	7,00	7,00	350,00 M ²	Rua Ana Mota Almeida
	Total	= 196,00 M			Total = 1372,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 16,00	= 96,00	7,00	7,00	672,00 M ²	Rua José Antenor de Sousa
	Total	= 96,00 M			Total = 672,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 9,00	= 149,00	7,00	7,00	1043,00 M ²	Rua José Simao Filho
0,00 + 0,00	8,00 + 0,00	= 160,00	7,00	7,00	1120,00 M ²	Rua José Simao Filho
	Total	= 309,00 M			Total = 2163,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 12,00	= 112,00	7,00	7,00	784,00 M ²	Rua Antonio Salviano Lima
	Total	= 112,00 M			Total = 784,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 8,00	= 148,00	7,00	7,00	1036,00 M ²	Rua Walter Simao Abu Marrul
	Total	= 148,00 M			Total = 1036,00 M2	
0,00 + 0,00	17,00 + 15,00	= 355,00	7,00	7,00	2485,00 M ²	Rua Simão Marrul
	Total	= 355,00 M			Total = 2485,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 19,00	= 159,00	10,00	10,00	1590,00 M ²	Rua Jorge Simão
	Total	= 159,00 M			Total = 1590,00 M2	
0,00 + 0,00	2,00 + 9,00	= 49,00	7,00	7,00	343,00 M ²	Rua SDO 01
	Total	= 49,00 M			Total = 343,00 M2	
0,00 + 0,00	1,00 + 6,00	= 26,00	7,00	7,00	182,00 M ²	Rua SDO 02
	Total	= 26,00 M			Total = 182,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 2,00	= 142,00	7,00	7,00	994,00 M ²	Rua SDO 03
	Total	= 142,00 M			Total = 994,00 M2	
0,00 + 0,00	15,00 + 11,00	= 311,00	7,00	7,00	2177,00 M ²	Rua SDO 04
	Total	= 311,00 M			Total = 2177,00 M2	
0,00 + 0,00	5,00 + 2,00	= 102,00	7,00	7,00	714,00 M ²	Rua SDO 05
	Total	= 102,00 M			Total = 714,00 M2	
0,00 + 0,00	10,00 + 19,00	= 219,00	7,00	7,00	1533,00 M ²	Rua SDO 06
	Total	= 219,00 M			Total = 1533,00 M2	
0,00 + 0,00	15,00 + 9,00	= 309,00	7,00	7,00	2163,00 M ²	Rua Marina Menescal de Oliveira
	Total	= 309,00 M			Total = 2163,00 M2	
0,00 + 0,00	2,00 + 9,00	= 49,00	7,00	7,00	343,00 M ²	Rua José Luis da Silva
	Total	= 49,00 M			Total = 343,00 M2	
0,00 + 0,00	2,00 + 17,00	= 57,00	7,00	7,00	399,00 M ²	Rua Sarg. Milton Alves Peixoto
	Total	= 57,00 M			Total = 399,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 9,00	= 169,00	7,00	7,00	1183,00 M ²	Rua Jose Weudon de Oliveira



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PEDRA TOSCA

Total = 169,00 M Total = 1183,00 M2

Estaca Início	Estaca Final	= Extensão	Larg 1	Larg 2	= Total	Observações
0,00 + 0,00	16,00 + 19,00	= 339,00	7,00	7,00	2373,00 M ²	Rua Aluisio Mota Saraiva
		Total = 339,00 M			Total = 2373,00 M2	
0,00 + 0,00	11,00 + 0,00	= 220,00	7,00	7,00	1540,00 M ²	Rua Luis Augusto do Nascimento
		Total = 220,00 M			Total = 1540,00 M2	
0,00 + 0,00	12,00 + 0,00	= 240,00	7,00	7,00	1680,00 M ²	Rua José Lins Saldanha
		Total = 240,00 M			Total = 1680,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 16,00	= 196,00	7,00	7,00	1372,00 M ²	Rua Manoel Martins de Almeida
		Total = 196,00 M			Total = 1372,00 M2	
0,00 + 0,00	22,00 + 11,00	= 451,00	7,00	7,00	3157,00 M ²	Rua Luis Lourenço da Silva
		Total = 451,00 M			Total = 3157,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 7,00	= 167,00	7,00	7,00	1169,00 M ²	Rua Paulo Mauricio da Silva
		Total = 167,00 M			Total = 1169,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 0,00	= 160,00	7,00	7,00	1120,00 M ²	Rua Maria Lins Saldanha
		Total = 160,00 M			Total = 1120,00 M2	
0,00 + 0,00	7,00 + 5,00	= 145,00	7,00	7,00	1015,00 M ²	Trav. Luis Lourenço da Silva
		Total = 145,00 M			Total = 1015,00 M2	
0,00 + 0,00	22,00 + 12,00	= 452,00	7,00	7,00	3164,00 M ²	Rua Augusto Cesar da Silva
		Total = 452,00 M			Total = 3164,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 6,00	= 126,00	7,00	7,00	882,00 M ²	Rua Isaura Camelo
		Total = 126,00 M			Total = 882,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 13,00	= 133,00	7,00	7,00	931,00 M ²	Rua Joaquim Saldanha da Silva
		Total = 133,00 M			Total = 931,00 M2	
0,00 + 0,00	8,00 + 19,00	= 179,00	7,00	7,00	1253,00 M ²	Rua Lino Nobre Camara
		Total = 179,00 M			Total = 1253,00 M2	
0,00 + 0,00	4,00 + 19,00	= 99,00	10,00	10,00	990,00 M ²	Rua Bento Rocha Lima
		Total = 99,00 M			Total = 990,00 M2	
0,00 + 0,00	9,00 + 5,00	= 185,00	7,00	7,00	1295,00 M ²	Trav. Bento Rocha Lima
		Total = 185,00 M			Total = 1295,00 M2	
0,00 + 0,00	44,00 + 0,00	= 880,00	7,00	7,00	6160,00 M ²	Av. Tarsiane Viana
		Total = 880,00 M			Total = 6160,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 1,00	= 121,00	10,00	10,00	1210,00 M ²	Rua SDO 07
		Total = 121,00 M			Total = 1210,00 M2	
0,00 + 0,00	3,00 + 10,00	= 70,00	7,00	7,00	490,00 M ²	Rua SDO 08
		Total = 70,00 M			Total = 490,00 M2	
0,00 + 0,00	6,00 + 5,00	= 125,00	7,00	7,00	875,00 M ²	Rua Florencio Azevedo
		Total = 125,00 M			Total = 875,00 M2	
		Total = 8791,00 M			Total = 62674,00 M2	
		Total Geral = 80181,00 M			Total Geral = 563718,00 M2	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA

Bairro Centro										Observações
Estaca Início	+	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	M²	
0,00	+	0,00	+	28,00	+	1,00	=	561,00	M	10,00
				Total				561,00	M	10,00
								Total	=	5610,00 M2
										Rua da Cruz
Estaca Início	+	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	M²	
0,00	+	0,00	+	10,00	+	7,00	=	207,00	M	7,00
				Total				207,00	M	7,00
								Total	=	1449,00 M2
										Rua Gen. Barbosa
Estaca Início	+	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	M²	
0,00	+	0,00	+	7,00	+	4,00	=	144,00	M	10,00
				Total				144,00	M	10,00
								Total	=	1440,00 M2
										Rua Dona Romana
Estaca Início	+	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	M²	
0,00	+	0,00	+	31,00	+	13,00	=	633,00	M	10,00
				Total				633,00	M	10,00
								Total	=	6330,00 M2
										Avenida Doutor Joaquim Fernandes
				Total				1545,00	M	10,00
								Total	=	14829,00 M2
Bairro Vila São Paulo										
Estaca Início	+	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	M²	
0,00	+	0,00	+	97,00	+	16,00	=	1956,00	M	10,00
				Total				1956,00	M	10,00
								Total	=	19560,00 M2
										Rua Antonio Conselheiro
				Total Geral				3501,00	M	10,00
								Total Geral	=	34389,00 M2

Handwritten signature



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PARALELEPIPEDO

Bairro Centro									
Estaca Início	Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações	
0,00 + 0,00	30,00 + 4,00	=	604,00	7,00	7,00	=	4228,00 M²	Rua Bougival Leao	
			Total = 604,00 M				Total = 4228,00 M2		
0,00 + 0,00	12,00 + 4,00	=	244,00	7,00	7,00	=	1708,00 M²	Rua Dias Ferreira	
0,00 + 0,00	8,00 + 16,00	=	176,00	7,00	7,00	=	1232,00 M²	Rua Dias Ferreira	
			Total = 420,00 M				Total = 2940,00 M2		
0,00 + 0,00	2,00 + 3,00	=	43,00	7,00	7,00	=	301,00 M²	Tv. Aureliano Mota	
			Total = 43,00 M				Total = 301,00 M2		
0,00 + 0,00	6,00 + 1,00	=	121,00	7,00	7,00	=	847,00 M²	Rua Conego Aureliano Mota	
			Total = 121,00 M				Total = 847,00 M2		
0,00 + 0,00	5,00 + 0,00	=	100,00	7,00	7,00	=	700,00 M²	Rua Alvaro Fernandes	
			Total = 100,00 M				Total = 700,00 M2		
0,00 + 0,00	24,00 + 5,00	=	485,00	7,00	7,00	=	3395,00 M²	Rua Abilio Silva	
			Total = 485,00 M				Total = 3395,00 M2		
0,00 + 0,00	14,00 + 13,00	=	293,00	7,00	7,00	=	2051,00 M²	Rua Cicero Alencar Araripe	
			Total = 293,00 M				Total = 2051,00 M2		
0,00 + 0,00	49,00 + 0,00	=	980,00	7,00	7,00	=	6860,00 M²	Rua Dom Quintino + 13 de Junho	
			Total = 980,00 M				Total = 6860,00 M2		
0,00 + 0,00	49,00 + 3,00	=	983,00	7,00	7,00	=	6881,00 M²	Rua Rafael Pordeus	
			Total = 983,00 M				Total = 6881,00 M2		
0,00 + 0,00	19,00 + 7,00	=	387,00	7,00	7,00	=	2709,00 M²	Rua Vereador José Franco	
			Total = 387,00 M				Total = 2709,00 M2		
0,00 + 0,00	15,00 + 14,00	=	314,00	7,00	7,00	=	2198,00 M²	Rua José Cipriano	
			Total = 314,00 M				Total = 2198,00 M2		
0,00 + 0,00	28,00 + 3,00	=	563,00	7,00	7,00	=	3941,00 M²	Rua Desembargador Américo Militão	
			Total = 563,00 M				Total = 3941,00 M2		
0,00 + 0,00	16,00 + 0,00	=	320,00	7,00	7,00	=	2240,00 M²	Rua Dr. Monteiro Filho	
			Total = 320,00 M				Total = 2240,00 M2		
			Total = 5613,00 M				Total = 39291,00 M2		
Bairro Sabonete									
0,00 + 0,00	17,00 + 7,00	=	347,00	7,00	7,00	=	2429,00 M²	Rua Francisco de Assis de Almeida	
			Total = 347,00 M				Total = 2429,00 M2		
Bairro Edmilson Correira de Vasconcelos + Luis Almeida									
0,00 + 0,00	51,00 + 3,00	=	1023,00	7,00	7,00	=	7161,00 M²	Av. José Gonçalves Pinheiro	
			Total = 1023,00 M				Total = 7161,00 M2		
0,00 + 0,00	34,00 + 17,00	=	697,00	10,00	10,00	=	6970,00 M²	Av. Humberto Sena	
			Total = 697,00 M				Total = 6970,00 M2		
0,00 + 0,00	73,00 + 14,00	=	1474,00	7,00	7,00	=	10318,00 M²	Rua Carlos Alberto Correia Lima	
			Total = 1474,00 M				Total = 10318,00 M2		
			Total = 3194,00 M				Total = 24449,00 M2		
Bairro Monteiro de Moraes									
0,00 + 0,00	41,00 + 18,00	=	838,00	10,00	10,00	=	8380,00 M²	Via Paisagística	



MEMORIAL DE CALCULO - PAVIMENTAÇÃO PARALELEPIPEDO

Total = 838,00 M Total = 8380,00 M2

Bairro Antonio Cisnando

Estaca Início		Estaca Final	=	Extensão	Larg 1	Larg 2	=	Total	Observações		
0,00	+	0,00									
		4,00	+	19,00	=	99,00		7,00	7,00	693,00 M²	Rua Padre Carvalho
				Total	=	99,00 M		Total	=	693,00 M2	
0,00	+	0,00									
		11,00	+	17,00	=	237,00		7,00	7,00	1659,00 M²	Rua Alfredo Machado
				Total	=	237,00 M		Total	=	1659,00 M2	
				Total	=	336,00 M		Total	=	2352,00 M2	
				Total Geral	=	10328,00 M		Total Geral	=	76901,00 M2	



VIII. RESUMO / ORÇAMENTO

Handwritten signature



RESUMO DO ORÇAMENTO

OBRA:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA : 21/05/2024	BDI : 28,35%		
DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FORTE	VERSÃO	HORA	MES
LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM				

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 590.833,57	17,15%
2	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 2.780.163,92	69,23%
3	DRENAGEM	R\$ 0,00	11,47%
4	ARREMATAS FINAIS	R\$ 74.120,59	2,15%

VALOR BDI TOTAL: R\$ 760.999,70 100,00%

VALOR ORÇAMENTO: R\$ 2.684.118,38

VALOR TOTAL: R\$ 3.445.118,08



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



OBRA: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

DESCRIÇÃO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

LOCAL: QUIXERAMOBIM - CE

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

DATA: 21/05/2024

VERBA: 028.1 COM DESONERAÇÃO

SEINFRA:

BDI: 28,35%

HORA: 84,44%

MES: 47,48%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$			PREÇO TOTAL R\$
						SEM BDI	BDI	COM BDI	
1 SERVIÇOS PRELIMINARES									
1.1	C2102	RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO	SEINFRA	M2	13.500,16	R\$ 4,62	R\$ 1,31	R\$ 5,93	R\$ 80.055,95
1.2	C3064	DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIEDO E POLIÉDRICO	SEINFRA	M2	38.437,14	R\$ 9,23	R\$ 2,62	R\$ 11,85	R\$ 455.480,11
1.3	C3041	RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET C/ REMOÇÃO LATERAL	SEINFRA	M2	3.438,90	R\$ 12,53	R\$ 3,55	R\$ 16,08	R\$ 55.297,51
2 PAVIMENTAÇÃO									
2.1	C2929	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDO C/REJUNTAMENTO	SEINFRA	M2	4.614,06	R\$ 52,29	R\$ 14,82	R\$ 67,11	R\$ 309.649,57
2.2	C2932	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO	SEINFRA	M2	33.823,08	R\$ 32,17	R\$ 9,12	R\$ 41,29	R\$ 1.396.554,97
2.3	C3036	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO C/BLOKRET REAPROVEITADO	SEINFRA	M2	3.438,90	R\$ 20,63	R\$ 5,85	R\$ 26,48	R\$ 91.062,07
2.4	C2927	RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO	SEINFRA	M	3.760,40	R\$ 20,47	R\$ 5,80	R\$ 26,27	R\$ 98.785,71
2.5	C2895	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)	SEINFRA	M2	3.500,00	R\$ 71,78	R\$ 20,35	R\$ 92,13	R\$ 322.455,00
2.6	C2893	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)	SEINFRA	M2	2.000,00	R\$ 64,91	R\$ 18,40	R\$ 83,31	R\$ 166.620,00
3 DRENAGEM									
3.1	C0365	BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL	SEINFRA	M	7.000,00	R\$ 28,88	R\$ 8,19	R\$ 37,07	R\$ 259.490,00
3.2	C0836	CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	SEINFRA	M3	210,00	R\$ 502,89	R\$ 142,57	R\$ 645,46	R\$ 135.546,60
4 ARREMATAS FINAIS									
4.1	C3447	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA	SEINFRA	M2	41.876,04	R\$ 1,38	R\$ 0,39	R\$ 1,77	R\$ 74.120,59
									R\$ 590.833,57
									R\$ 80.055,95
									R\$ 455.480,11
									R\$ 55.297,51
									R\$ 2.385.127,32
									R\$ 309.649,57
									R\$ 1.396.554,97
									R\$ 91.062,07
									R\$ 98.785,71
									R\$ 322.455,00
									R\$ 166.620,00
									R\$ 395.036,60
									R\$ 259.490,00
									R\$ 135.546,60
									R\$ 74.120,59
									R\$ 74.120,59

VALOR BDI TOTAL: R\$ 760.999,70

VALOR ORÇAMENTO: R\$ 2.684.118,38

VALOR TOTAL: R\$ 3.445.118,08



[Handwritten signature]



IX. COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

[Handwritten signature]



RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA: 21/05/2024	BDI: 28,35%		
DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FORTE	VERSÃO	HORA	MES
LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM				

1.1. C2102 RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO (M2)

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,25000000	R\$ 18,4600	R\$ 4,6150
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 4,6150
VALOR:						R\$ 4,62
VALOR BDI (28.35%):						R\$ 1,31
VALOR COM BDI:						R\$ 5,93

1.2. C3064 DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO E POLIÉDRICO (M2)

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,50000000	R\$ 18,4600	R\$ 9,2300
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 9,2300
VALOR:						R\$ 9,23
VALOR BDI (28.35%):						R\$ 2,62
VALOR COM BDI:						R\$ 11,85

1.3. C3041 RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET C/ REMOÇÃO LATERAL (M2)

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2391	PEDREIRO	SEINFRA	H	0,06000000	R\$ 24,1600	R\$ 1,4496
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,60000000	R\$ 18,4600	R\$ 11,0760
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 12,5256
VALOR:						R\$ 12,53
VALOR BDI (28.35%):						R\$ 3,55
VALOR COM BDI:						R\$ 16,08

2.1. C2929 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO C/REJUNTAMENTO (M2)

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0108	AREIA GROSSA	SEINFRA	M3	0,00720000	R\$ 119,5800	R\$ 0,8610
I0111	AREIA VERMELHA	SEINFRA	M3	0,12000000	R\$ 70,0000	R\$ 8,4000
I0805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	2,68000000	R\$ 0,7100	R\$ 1,9028
TOTAL Material:						R\$ 11,1638
Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0445	CALCETEIRO	SEINFRA	H	0,90000000	R\$ 24,1600	R\$ 21,7440
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	1,05000000	R\$ 18,4600	R\$ 19,3830
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 41,1270
VALOR:						R\$ 52,29
VALOR BDI (28.35%):						R\$ 14,82
VALOR COM BDI:						R\$ 67,11

2.2. C2932 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO (M2)



RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS			
	OBRA:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA: 21/05/2024 BDI: 28,35%
	DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FONTES: SEINFRA VERSÃO: 028.1 COM DESONERAÇÃO HORA: 84,44% MES: 47,48%
	LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE	
	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM	

Material	FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
I0108	AREIA GROSSA	SEINFRA	M3	0,00880000	R\$ 119,5800	R\$ 1,0523
I0111	AREIA VERMELHA	SEINFRA	M3	0,12000000	R\$ 70,0000	R\$ 8,4000
I0805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	3,28000000	R\$ 0,7100	R\$ 2,3288
TOTAL Material:					R\$ 11,7811	

Mão de Obra	FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
I0445	CALCETEIRO	SEINFRA	H	0,50000000	R\$ 24,1600	R\$ 12,0800
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,45000000	R\$ 18,4600	R\$ 8,3070
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 20,3870	

VALOR:	R\$ 32,17
VALOR BDI (28,35%):	R\$ 9,12
VALOR COM BDI:	R\$ 41,29

2.3. C3036 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO C/BLOKRET REAPROVEITADO (M2)

Material	FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
I0108	AREIA GROSSA	SEINFRA	M3	0,05500000	R\$ 119,5800	R\$ 6,5769
TOTAL Material:					R\$ 6,5769	

Mão de Obra	FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
I0445	CALCETEIRO	SEINFRA	H	0,23000000	R\$ 24,1600	R\$ 5,5568
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,46000000	R\$ 18,4600	R\$ 8,4916
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 14,0484	

VALOR:	R\$ 20,63
VALOR BDI (28,35%):	R\$ 5,85
VALOR COM BDI:	R\$ 26,48

2.4. C2927 RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO (M)

Material	FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
I0108	AREIA GROSSA	SEINFRA	M3	0,00200000	R\$ 119,5800	R\$ 0,2392
I0805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	0,82000000	R\$ 0,7100	R\$ 0,5822
TOTAL Material:					R\$ 0,8214	

Mão de Obra	FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
I2391	PEDREIRO	SEINFRA	H	0,45000000	R\$ 24,1600	R\$ 10,8720
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,45000000	R\$ 18,4600	R\$ 8,3070
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 19,1790	

Serviço	FORNTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
C0838	CONCRETO P/IBR., FCK 10 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	M3	0,00100000	R\$ 469,9600	R\$ 0,4700
TOTAL Serviço:					R\$ 0,4700	

VALOR:	R\$ 20,47
VALOR BDI (28,35%):	R\$ 5,80
VALOR COM BDI:	R\$ 26,27

[Handwritten signature]



OBRA:		SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA : 21/05/2024		BDI : 28,35%
DESCRIÇÃO:		SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44% 47,48%
LOCAL:		QUIXERAMOBIM - CE			
CLIENTE:		PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM			

2.5. C2895 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

Equipamento Custo Horário		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0724	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 4 (CHP)	SEINFRA	H	0,05000000	R\$ 27,6923	R\$ 1,3846
I0726	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	SEINFRA	H	0,01000000	R\$ 113,0195	R\$ 1,1302
TOTAL Equipamento Custo Horário:						R\$ 2,5148

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0111	AREIA VERMELHA	SEINFRA	M3	0,15000000	R\$ 70,0000	R\$ 10,5000
I1600	PEDRA DE MÃO (RACHÃO)	SEINFRA	M3	0,15000000	R\$ 113,2500	R\$ 16,9875
TOTAL Material:						R\$ 27,4875

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0445	CALCETEIRO	SEINFRA	H	0,30000000	R\$ 24,1600	R\$ 7,2480
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,60000000	R\$ 18,4600	R\$ 11,0760
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 18,3240

Serviço		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
C0171	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:4	SEINFRA	M3	0,04300000	R\$ 545,3800	R\$ 23,4513
TOTAL Serviço:						R\$ 23,4513

VALOR:	R\$ 71,78
VALOR BDI (28,35%):	R\$ 20,35
VALOR COM BDI:	R\$ 92,13

2.6. C2893 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

Equipamento Custo Horário		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0726	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	SEINFRA	H	0,01000000	R\$ 113,0195	R\$ 1,1302
TOTAL Equipamento Custo Horário:						R\$ 1,1302

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0111	AREIA VERMELHA	SEINFRA	M3	0,15000000	R\$ 70,0000	R\$ 10,5000
I2527	PARALELEPIPEDO (11 X 18 CM)	SEINFRA	UN	32,00000000	R\$ 0,9800	R\$ 31,3600
TOTAL Material:						R\$ 41,8600

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0445	CALCETEIRO	SEINFRA	H	0,15000000	R\$ 24,1600	R\$ 3,6240
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,40000000	R\$ 18,4600	R\$ 7,3840
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 11,0080

Serviço		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
C0171	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:4	SEINFRA	M3	0,02000000	R\$ 545,3800	R\$ 10,9076
TOTAL Serviço:						R\$ 10,9076

VALOR:	R\$ 64,91
VALOR BDI (28,35%):	R\$ 18,40
VALOR COM BDI:	R\$ 83,31

3.1. C0365 BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL (M)



RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS					
	OBRA: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA: 21/05/2024	BDI: 28,35%		
DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FONTES: SEINFRA	VERSÃO: 028.1 COM DESONERAÇÃO	HORA: 84,44%	MES: 47,45%
LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE				
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM				

Material	FORMA METÁLICA P/BANQUETAS (ALUGUEL)	FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2544		SEINFRA	M	1,00000000	R\$ 4,3900	R\$ 4,3900
TOTAL Material:						R\$ 4,3900

Mão de Obra	PEDREIRO	FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2391		SEINFRA	H	0,15000000	R\$ 24,1600	R\$ 3,6240
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,25000000	R\$ 18,4600	R\$ 4,6150
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 8,2390

Serviço	CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOS COM SUPERCAL	FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
C0588		SEINFRA	M2	0,25000000	R\$ 5,2700	R\$ 1,3175
C3268	CONCRETO P/VIBR., FCK=10MPa COM AGREGADO PRODUZIDO (S/TRANSP.)	SEINFRA	M3	0,03400000	R\$ 412,4700	R\$ 14,0240
C3211	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA	SEINFRA	M3	0,03700000	R\$ 4,8100	R\$ 0,1780
C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	SEINFRA	M3	0,01500000	R\$ 48,9200	R\$ 0,7338
TOTAL Serviço:						R\$ 16,2533

VALOR:	R\$ 28,88
VALOR BDI (28.35%):	R\$ 8,19
VALOR COM BDI:	R\$ 37,07

3.2. C0836 CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)

Material	AREIA MEDIA	FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0109		SEINFRA	M3	0,77800000	R\$ 83,5800	R\$ 65,0252
I0280	BRITA	SEINFRA	M3	0,96580000	R\$ 100,5000	R\$ 97,0629
I0805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	220,00000000	R\$ 0,7100	R\$ 156,2000
TOTAL Material:						R\$ 318,2881

Mão de Obra	SERVENTE	FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2543		SEINFRA	H	10,00000000	R\$ 18,4600	R\$ 184,6000
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 184,6000

VALOR:	R\$ 502,89
VALOR BDI (28.35%):	R\$ 142,57
VALOR COM BDI:	R\$ 645,46

4.1. C3447 LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)

Mão de Obra	SERVENTE	FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2543		SEINFRA	H	0,07500000	R\$ 18,4600	R\$ 1,3845
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 1,3845

VALOR:	R\$ 1,38
VALOR BDI (28.35%):	R\$ 0,39
VALOR COM BDI:	R\$ 1,77

ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS



OBRA: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

DESCRIÇÃO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

LOCAL: QUIXERAMOBIM - CE

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

DATA: 21/05/2024

VERSIÃO: 028.1 COM DESONERAÇÃO

BDI: 28,35%
HORA: 84,44%
MES: 47,48%

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL
C2932	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO	SEINFRA	Serviço	M2	33.823,08	R\$ 41,29	R\$ 1.396.554,97	40,54%	40,54%	A
C3064	DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO MANUAL DE PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO E POLIEDRICO	SEINFRA	Serviço	M2	38.437,14	R\$ 11,85	R\$ 455.480,11	13,22%	53,76%	B
C2895	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)	SEINFRA	Serviço	M2	3.500,00	R\$ 92,13	R\$ 322.455,00	9,36%	63,12%	B
C2929	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO C/REJUNTAMENTO	SEINFRA	Serviço	M2	4.614,06	R\$ 67,11	R\$ 309.649,57	8,99%	72,11%	B
C0365	BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL	SEINFRA	Serviço	M	7.000,00	R\$ 37,07	R\$ 259.490,00	7,53%	79,64%	B
C2893	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)	SEINFRA	Serviço	M2	2.000,00	R\$ 83,31	R\$ 166.620,00	4,84%	84,47%	C
C0836	CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	SEINFRA	Serviço	M3	210,00	R\$ 645,46	R\$ 135.546,60	3,93%	88,41%	C
C2927	RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO	SEINFRA	Serviço	M	3.760,40	R\$ 26,27	R\$ 98.785,71	2,87%	91,28%	C
C3036	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO C/BLOKRET REAPROVEITADO	SEINFRA	Serviço	M2	3.438,90	R\$ 26,48	R\$ 91.062,07	2,64%	93,92%	C
C2102	RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO	SEINFRA	Serviço	M2	13.500,16	R\$ 5,93	R\$ 80.055,95	2,32%	96,24%	C
C3447	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA	SEINFRA	Serviço	M2	41.876,04	R\$ 1,77	R\$ 74.120,59	2,15%	98,39%	C
C3041	RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOKRET C/ REMOÇÃO LATERAL	SEINFRA	Serviço	M2	3.438,90	R\$ 16,08	R\$ 55.297,51	1,61%	100,00%	C

Subtotal até 100,00%% R\$ 3.445.118,08

Outros R\$ 0,00

Valor total do Orçamento R\$ 3.445.118,08



[Handwritten signature]



X. BDI E ENCARGOS SOCIAIS

[Handwritten signature]



	COMPOSIÇÃO DO BDI					
	OBRA:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA: 21/05/2024	BDI: 28,35%		
	DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FORTE: SEINFRA	VERSÃO: 028.1 COM DESONERAÇÃO	HORA: 84,44%	MES: 47,48%
	LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE				
	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM				

COD	DESCRIÇÃO	%
Beneficio		
S + G	Garantia/seguros	0,80%
L	Lucro	6,60%
TOTAL		7,40%

Despesas Indiretas		
AC	Administração central	3,60%
DF	Despesas financeiras	1,24%
R	Riscos	1,27%
TOTAL		6,11%

I	Impostos	
	COFINS	3,00%
	ISS	3,00%
	PIS	0,65%
	LEI 8.2212 ART. 22	4,50%
TOTAL		11,15%

BDI = 28,35%

$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$



TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

OBRA:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	DATA: 21/05/2024	BDI: 28,36%		
DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM	FONTE: SEINFRA	VERSÃO: 028.1 COM DESONERAÇÃO	HORA: 84,44%	MES: 47,48%
LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE				
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM				



COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
TOTAL		16,80%	16,80%

B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,85%	0,00%
B2	Feriados	3,71%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	11,03%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,59%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	12,35%	9,33%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
TOTAL		48,36%	19,04%

C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,52%	4,17%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	1,72%	1,30%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,87%	2,17%
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%
TOTAL		10,70%	8,09%

D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,12%	3,20%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%	0,35%
TOTAL		8,58%	3,55%

A + B + C + D = 84,44% 47,48%



TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

OBRA:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM
DESCRIÇÃO:	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM
LOCAL:	QUIXERAMOBIM - CE
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

DATA :	21/05/2024	BDI :	28,35%
FONTE	VERSÃO	HORA	MES
SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%



COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
	TOTAL	16,80%	16,80%

B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,86%	0,00%
B2	Feridos	3,71%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,64%
B4	13º Salário	11,10%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,66%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	13,56%	10,18%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
	TOTAL	49,69%	19,86%

C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,56%	4,17%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	0,94%	0,71%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,65%	1,99%
C5	Indenização Adicional	0,47%	0,35%
	TOTAL	9,75%	7,32%

D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,35%	3,34%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,47%	0,35%
	TOTAL	8,82%	3,69%

A + B + C + D = 85,06% 47,67%



GOVERNO MUNICIPAL DE
QUIXERAMOBIM



**VOLUME II – PEÇAS GRÁFICAS DO
PROJETO EXECUTIVO**

**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE
QUIXERAMOBIM**



Quixeramobim, 21 de Maio de 2024

Horto Florestal

PONTE FERROVIARIA

BOMBA SAAE

Açude

BAIRRO. MARAVILHA

Cemitério

09



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

VILA UNIÃO

VILA SÃO PAULO

Açude D. Rosário

Caixa D'água SAAE
Parque de Exposição

Reciclagem Bethânia Vplast

CONJUNTO COHAB

Açude Neném Parente

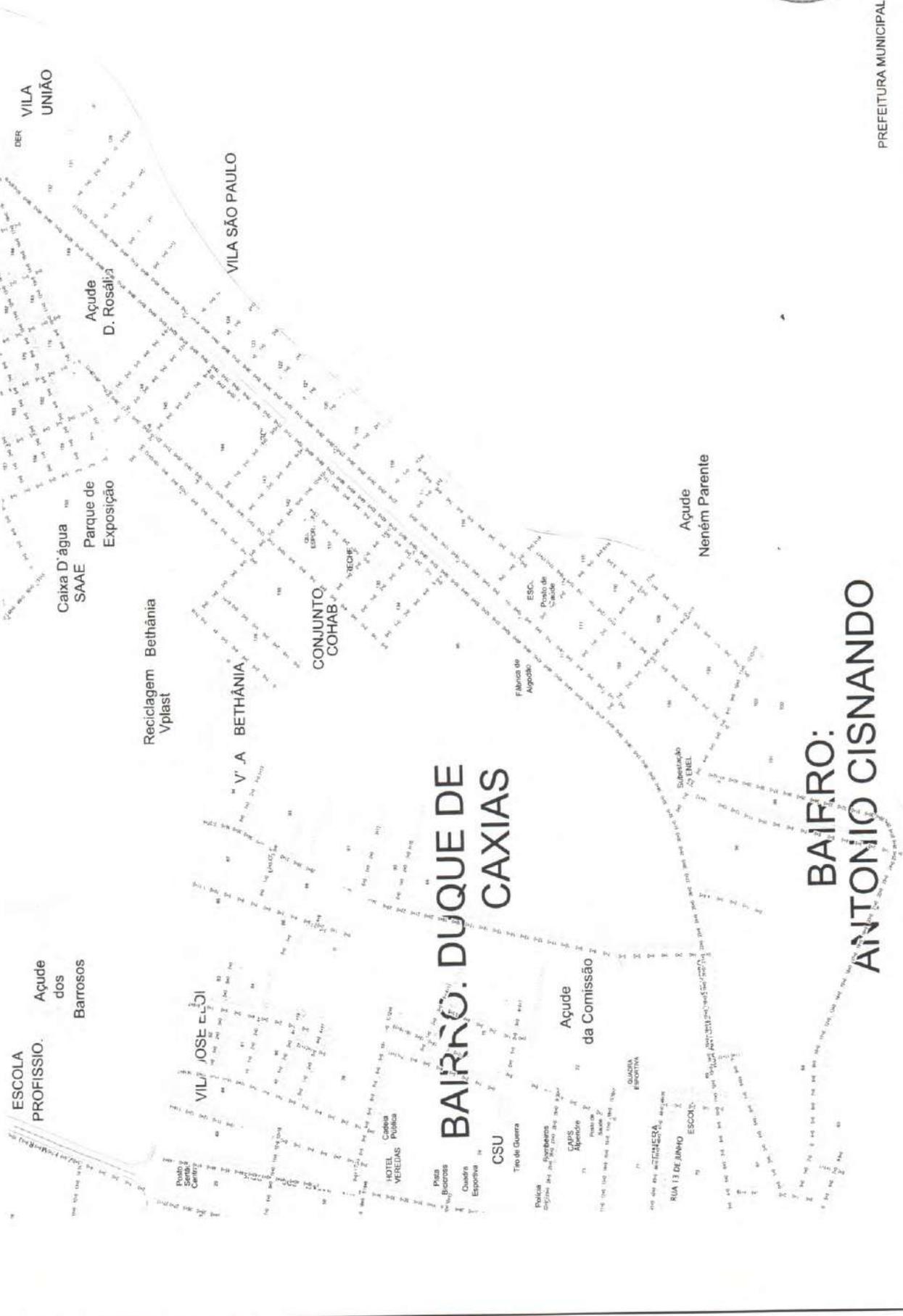
ESCOLA PROFESSOR AÇUDE DOS BARROSOS

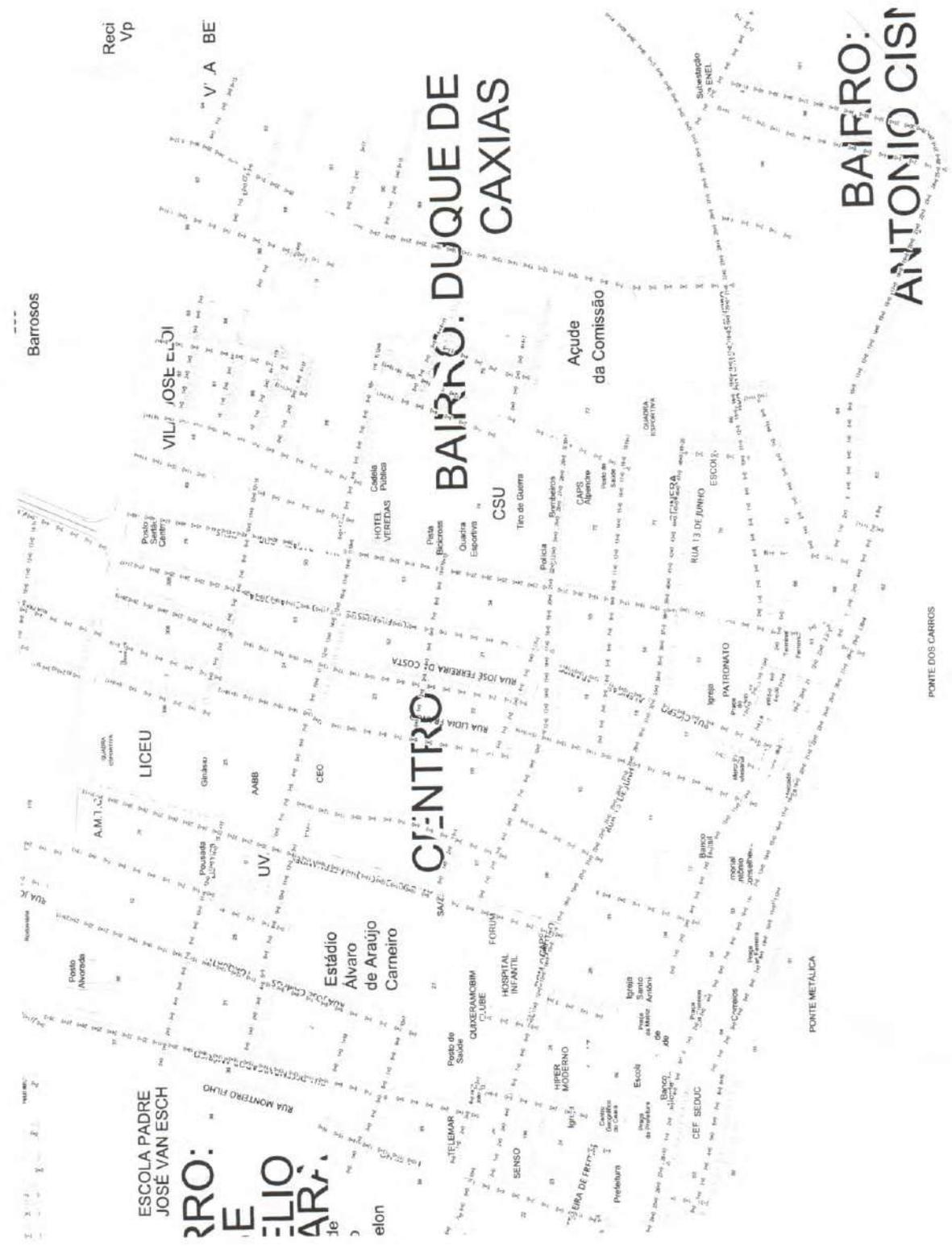
VILA JOSE ELI

BAIRRO: DUQUE DE CAXIAS

Açude da Comissão

BAIRRO: ANTONIO CISNANDO





BAIRRO: ANTONIO CISI

Rua

CENTRO DE METEOROLOGIA

CENTEC

Clube

Escola Agricola

CONJUNTO INDUSTRIAL

DOCE GOSTOSO RA

ANIGER Filial 4

MIL MINERIOS

ANER F al 3

QUINAL

EDMIL POSTES

BAIF COI

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMONHA



RESIDENCIAL IRASHI (JAPONÊS)

RUA JOSE ANTONIO DE SC

RUA ANA MOTA MEDEI

RUA SEPTICILIO

RUA ALBERTO CORREIA

RUA LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA

RUA MARCONI CALICE

la p/ Madalena CE 166

Handwritten signature

IL
TES

BAIRRO: EDMILSON CORREIA DE ASCENCELOS

ANIGER CALÇADOS

AMENTO
DE TARSO

de
:os

Açude
Betânia

BAIRRO: LUIS ALMEIDA

CONJUNTO ESPERANÇA

DER
VILA
UNIÃO

Caixa D'água
SAAE

Parque de
Esportes

Açude



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DAS ANIMAS

xeramobim

PASSAGE MOLHADA

Rio Quixeramobim

BAIRRO: JAIME LOPES

POSO
Dona II

RUA FRANCISCO RIMMEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

PLANILHA DE LANCAMENTOS
 PLANILHA DE RECEITAS
 PLANILHA DE PAGAMENTOS
 PLANILHA DE RESERVA DE PRECATORIOS
 PLANILHA DE RESERVA DE EMPREGOS
 PLANILHA DE RESERVA DE VAGAS
 PLANILHA DE RESERVA DE CARGOS
 PLANILHA DE RESERVA DE FUNDO DE MANUTENCAO
 PLANILHA DE RESERVA DE FUNDO DE INVESTIMENTO
 PLANILHA DE RESERVA DE FUNDO DE APLICACAO
 PLANILHA DE RESERVA DE FUNDO DE AMPLIACAO
 PLANILHA DE RESERVA DE FUNDO DE OUTROS

BAIRRO: SALVIANO CARLOS DA SILVA

Saída p/ Madalena
CE 166



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

BAIRRO: EDMILSON CORREIA DE VASCONCELOS

EDMIL
POSTES

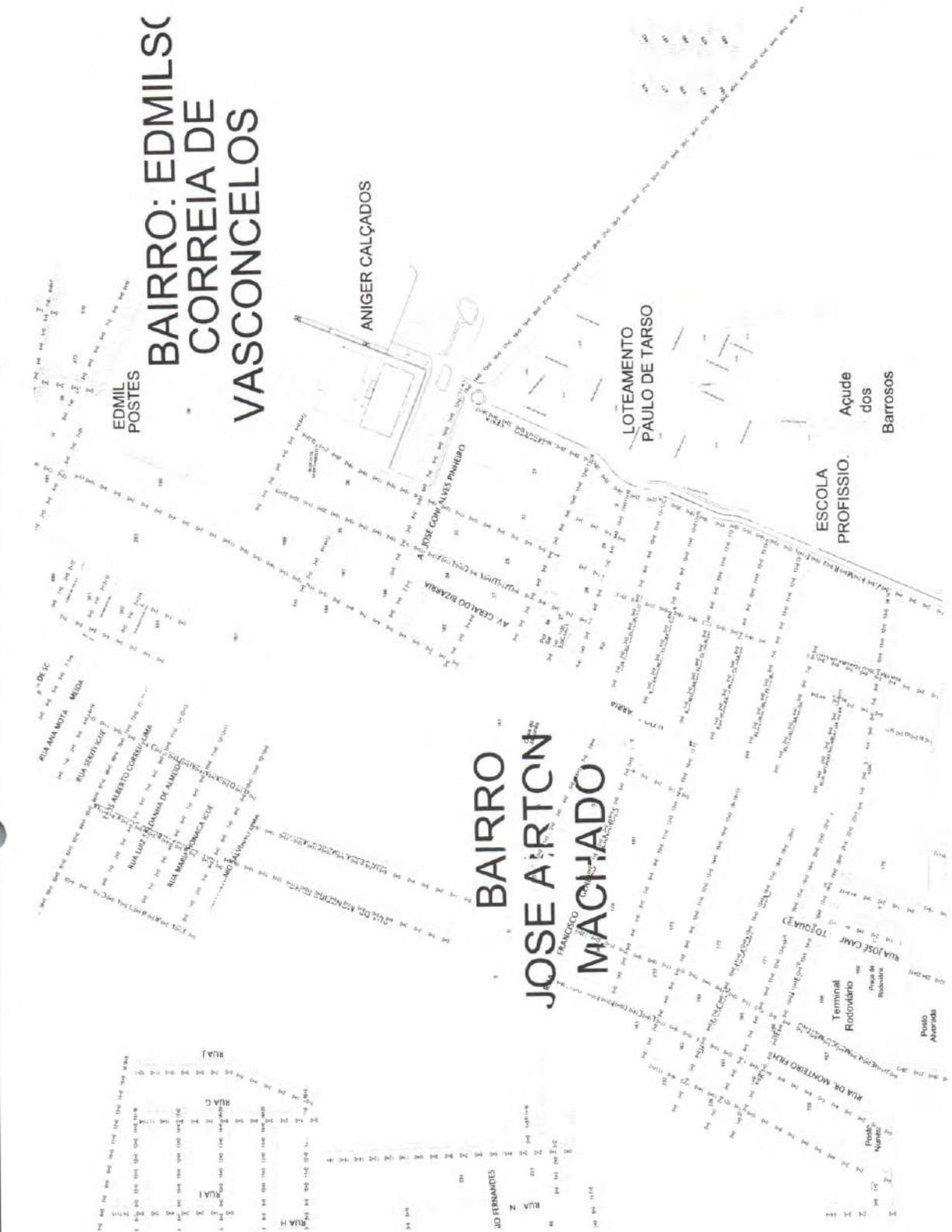
ANIGER CALÇADOS

LOTEAMENTO
PAULO DE TARSO

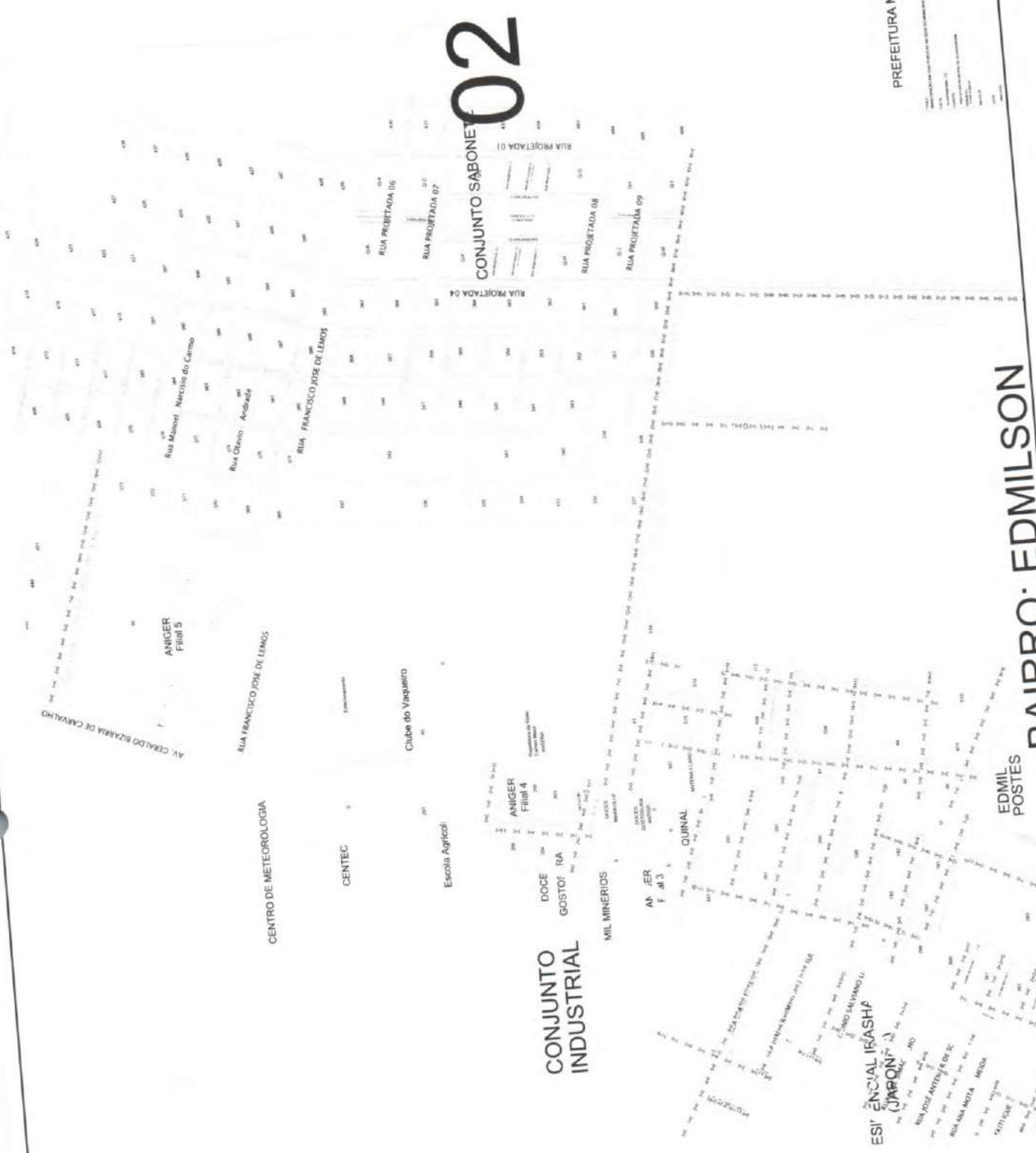
Açude
dos
Barrosos

ESCOLA
PROFISSIO.

BAIRRO JOSE A. RTON MACHADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

10

BAIRRO: EDMILSON

EDMIL POSTES



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE



ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20241424576

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

LEONARDO NEVES PONTE

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 0612055256

Registro: 51143CE

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

CPF/CNPJ: 07.744.303/0001-68

RUA DR. ALVARO FERNANDES

Nº: 36/42

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Quixeramobim

UF: CE

CEP: 63800000

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 5.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO

Nº: S/N

Complemento: DIVERSOS BAIRROS

Bairro: DIVERSOS BAIRROS

Cidade: QUIXERAMOBIM

UF: CE

CEP: 63800000

Data de Início: 09/04/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -5.198296, -39.295531

Finalidade: Infraestrutura

Código: Não Especificado

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

CPF/CNPJ: 07.744.303/0001-68

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	1,00	un
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA	1,00	un
18 - Fiscalização		
60 - Fiscalização de obra > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
60 - Fiscalização de obra > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	1,00	un
60 - Fiscalização de obra > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
60 - Fiscalização de obra > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRA TOSCA, PARALELEPÍPEDO, PISO INTERTAVADO, RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO E SARJETAS NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

6. Declarações





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20241424576

INICIAL

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe _____
CLUBE DE ENGENHARIA DO CEARÁ (CEC)



Documento assinado digitalmente
LEONARDO NEVES PONTE
Data: 28/05/2024 08:49:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

8. Assinaturas _____
Declaro serem verdadeiras as informações acima

LEONARDO NEVES PONTE - CPF: 368.953.123-68

_____ de _____ de _____
Local data

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM - CNPJ: 07.744.303/0001-68

9. Informações _____
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor _____
Valor da ART: R\$ 99,64 Registrada em: 23/05/2024 Valor pago: R\$ 99,64 Nosso Número: 8217084686

[Handwritten signature]





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2407060601-PERP

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL/NOME:

ENDEREÇO COMPLETO:

CNPJ/CPF Nº:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF Nº:

Apresentamos a Vossas Senhorias, nossa proposta de preços em referência processo acima citado, cujo objeto é o(a) **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS VIAS, SOB DEMANDA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM**, tudo conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, parte integrante deste processo, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR GLOBAL					

Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____)

Prazo de execução dos serviços: Conforme o Edital.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias no mínimo.

O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a execução dos serviços licitado, inclusive a margem de lucro, e que estão em conformidade com o Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos.

O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Termo de Referência deste Edital.

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável



ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

Ao(a) Agente de Contratação/Comissão de Contratação do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2407060601-PERP

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA** que:

- a) - Declaração que cumpre os documentos de habilitação e a conformidade da proposta com as exigências do edital;
- b) - Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declara ainda, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios instaurados por essa municipalidade, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.º(a), Portador(a) do RG sob o nº, e CPF sob o nº, cuja função/cargo é(sócio / administrador / procurador / diretor / etc), responsável ainda pela assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preço.

Declara por fim, para os devidos fins de direito, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato / Ata de Registro de Preços seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: (DDD)-.....

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

_____ de _____ de _____.

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

CARIMBO CNPJ



ANEXO IV DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº _____

Pregão Eletrônico nº: 2407060601-PERP

Pelo presente instrumento, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.744.303/0001-68, através do(a) SEC. DE DESEN. URBANO E INFRAESTRUTURA, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Av. 13 de Junho, nº 939, Bairro Duque de Caxias, Quixeramobim, Ceará, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr.(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, conforme deliberação constante do julgamento do Pregão Eletrônico nº 2407060601-PERP e a respectiva homologação datada de __/__/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024, e demais regulamentos internos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº 2407060601-PERP.

II - Nos termos do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024, e demais regulamentos internos.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

2 - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente Ata o(a) REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS VIAS, SOB DEMANDA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico Nº 2407060601-PERP que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a(s) proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pelo(s) fornecedor(es) classificado(s).

2.2 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3 - DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 - Este instrumento será assinado pela autoridade competente do órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preço e pelo representante do fornecedor ou procurador legalmente constituído.

3.2 - A publicação da Ata do Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preço.

3.3 - O prazo de vigência da presente Ata é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.4 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Quixeramobim, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços e concordância do fornecedor.

3.5 - Será incluído nesta ata, na forma de anexo, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e

serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original, caso houver.

4 - DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Caberá ao órgão gerenciador, abaixo indicado, o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 5º do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

ÓRGÃO GERENCIADOR	ORDENADOR DE DESPESA	ENDEREÇO DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE Nº ___						
LICITANTE VENCEDOR: _____						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
VALOR GLOBAL R\$						

6 - DO VALOR GLOBAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O valor global da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ _____.
(_____).

7 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

7.1 - Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes, se houverem, poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gerenciador, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido pelo mesmo.

7.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 31 do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

7.2.1 - Os instrumentos de que trata o item 7.2 serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. (Art. 33 do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024)

7.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 32 do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024)

7.5 - Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

8 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, desde que justificada a vantagem da adesão, demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado e, ainda, consulta e aceitação prévias do órgão ou da

entidade gerenciadora e do fornecedor.

8.2 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

8.3 - A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

8.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

8.5 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora.

8.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

8.7 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.8 - O prazo previsto no item 8.7 poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços

8.9 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 29 do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

9 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 - Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

9.2 - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

9.2.1 - Atender aos pedidos efetuados pelo órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

9.2.2 - Fornecer os bens/serviços ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelo órgão gerenciador e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

9.2.3 - Responder no prazo de até 10 (dez) dias a consultas do órgão gerenciador de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

9.2.4 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

10 - DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES

10.1 - Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no anexo desta Ata, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II, do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024, ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com

preços iguais à da licitante vencedora.

10.2 - As quantidades previstas no Anexo 01 – Termo de Referência do edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

10.3 - Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

10.4 - O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.5 - Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

10.6 - Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

10.7 - As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da ata de registro de preço.

11 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

11.1.1 - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

11.1.2 - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3 - não aceitar manter seu preço registrado; ou

11.1.4 - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - Na hipótese prevista no item 11.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 11.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.5.1 - por razão de interesse público;

11.5.2 - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.5.3 - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25 do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

12 - DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

12.1 - As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo 01 - Termo de Referência do Edital.



13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço será de competência do órgão gerenciador, nas hipóteses em que o descumprimento ocorrer nas contratações realizados pelos órgãos não participantes, caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.

13.2 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou quando deixar de cumprir parcial ou totalmente com as regras dispostas nesta Ata de Registro de Preço.

13.3 - Nos processos para apuração e aplicação de sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão observados os procedimentos previstos em regulamentos internos do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM.

13.4 - O fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estará sujeito, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às respectivas penalidades.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais combinações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

16.1.2 - Integram esta Ata os seus anexos, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas GLOBAL.

16.1.3 - É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do órgão contratante.

16.1.4 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços, nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 5.286/2024, de 08 de abril de 2024.

16.2 - A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos materiais/serviços pela Administração.

17 - DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro do Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, ___ de _____ de ___.

Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	CPF	Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	Assinatura

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO N° 2407060601-PERP



ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° _____

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDORE(S) COM PREÇOS REGISTRADOS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: FAX:

REPRESENTANTE:

CPF:

BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:



ANEXO V DO EDITAL - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, ATRAVÉS DO(A) _____ E DO OUTRO A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA

O MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM - CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.744.303/0001-68 e CGF Nº 06.920.168-4, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Dr. Álvaro Fernandes, nº 36/42, Centro, CEP: 63.800-000 – Quixeramobim-Ceará, por intermédio do(a) _____, sediada na _____, neste ato representado(a) pelo(a) respectivo(a) Secretário(a) Municipal Sr/Sra. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e de outro lado, a EMPRESA _____, sediada na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu(s) representante(s) legal(is) Sr./Sra. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 070124050001 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tombado sob o nº 2407060601-PERP, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente contrato tem como fundamento o Edital do(a) PREGÃO ELETRÔNICO nº 2407060601-PERP e seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e normativos internos.

1.2 - A contratação tem origem na Ata de Registro de Preços nº _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente avença, o(a) **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS VIAS, SOB DEMANDA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM**, nas condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

2.2 - Dos itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
					TOTAL: R\$

2.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 - O Edital do Processo Licitatório nº 2407060601-PERP e seus anexos.

2.3.2 - A Proposta da contratada.

2.3.3 - A Ata de Registro de Preços nº _____.

2.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência contratual será **12 (DOZE) MESES**, com início de vigência a partir da data de sua publicação, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 - O contrato poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, de acordo com os dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021.



CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O prazo para pagamento à contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2 - Após o interregno de um ano, contados da data do orçamento estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação do índice **INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção)**.

6.3 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.4 - O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6 - Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 124, II, "d" da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.1 - Nos casos do item anterior, a CONTRATADA deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, sendo tal demonstração analisada pelo CONTRATANTE para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1 - O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, local e forma/meio de entrega, regras de aceitação, recebimento provisório e definitivo, do objeto constam no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos necessários ao custeio das despesas decorrentes do contrato encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal vigente da Unidade Gestora SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA, classificados sob a dotação orçamentária/elemento e subelemento de despesas/fonte de recursos discriminados abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1 - A empresa vencedora deverá oferecer em garantia das obrigações contratuais assumidas o equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, nos moldes estabelecidos pelo artigo 96 da Lei 14.133/21;

9.1.2 - Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

9.1.3 - A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

9.1.4 - No caso de prorrogação do prazo de vigência e/ou reajuste do valor do contrato, a CONTRATADA deverá atualizar os documentos relativos à garantia, nos mesmos moldes do estabelecido neste termo e no Contrato;

9.1.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia;

9.1.6 - A garantia prestada será restituída ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2 - Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até 02 (dois) dias que antecede a data da entrega dos bens ou da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 - A contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem sua regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei e a regularidade perante a Justiça do Trabalho.

10.9 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.10 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2407060601-PERP



acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.

10.13 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.14 - Comprovar, caso solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.15 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.16 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10.18 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

10.22 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.23 - Acatar as orientações do Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.24 - Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados do CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

10.25 - Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados ao CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar ao CONTRATANTE.

10.26 - Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem.

10.27 - Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução contratual, quando couber, nos termos das legislações em vigor.

10.28 - Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização do



CONTRATANTE.

10.29 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.30 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

10.31 - Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

11.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

11.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

11.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6 - Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

11.7 - Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

11.8 - Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada.

11.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.9.1 - A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.10 - Responder eventuais pedidos de repactuação de preços ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro solicitados pela contratada no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da solicitação.

11.11 - Comunicar à Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso art. 93, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

11.13 - Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato.

11.14 - Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de entrega dos materiais/equipamentos ou da execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza.

11.15 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para realizar a entrega dos materiais/equipamentos ou executar os serviços.

11.16 - Proceder com a avaliação dos materiais/equipamentos entregues ou dos serviços prestados e ateste das respectivas notas fiscais/faturas decorrentes.

11.17 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência.

12.2 - O modelo de gestão e fiscalização do contrato seguirão as regras constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - As regras relacionadas a subcontratação são as estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2023.

14.2 - Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1 - Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.4 - Multa de:

14.2.4.1 - 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

14.2.4.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato, que não cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

14.2.4.1.2 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

14.2.4.1.3 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação/contratação direta sem

motivo justificado.

14.2.4.1.4 - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

14.2.4.2 - 10% (dez por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

14.2.4.2.1 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

14.2.4.2.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

14.2.4.3 - 20% (vinte por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação/contratação direta, para aquele que:

14.2.4.3.1 - der causa à inexecução total do contrato.

14.2.4.3.2 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/contratação direta ou a execução do contrato.

14.2.4.3.3 - fraudar a licitação/contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

14.2.4.3.4 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

14.2.4.3.5 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação/contratação direta.

14.2.4.3.6 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2.4.4 - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

14.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou

à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.9 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a contratada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

15.1.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.2.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

15.2.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

15.2.3 - Indenizações e multas.

15.3 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4 - Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que a contratada mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1 - As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação/contratação direta, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2 - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1 - "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

17.2.2 - "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.



17.2.3 - "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

17.2.4 - "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

17.2.5 - "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4 - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 - A contratada é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art 8º, §2 da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - A Administração do CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

20.1.1 - Para os casos previstos no "caput" desta cláusula, o CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2 - As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do CONTRATANTE, cujo



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

PROCESSO Nº 2407060601-PERP



objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.1.3 - Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4 - Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

21.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, ___ de _____ de _____.

NOME
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL
ÓRGÃO
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL
CNPJ Nº
REPRESENTANTE LEGAL:
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. NOME: _____

- CPF: _____

2. NOME: _____

- CPF: _____

ANEXO VI DO EDITAL - JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório é confiada pela lei ao talento do administrador, pois o art. 15 da Lei no 14.133/21, conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição no instrumento convocatório. Essa decisão e resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

Corroborando esta tese, o Prof. MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed. 2009, pag. 47 e 477, leciona que:

"Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grandes quantidades de empresas, isoladamente, não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o intuito do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes. É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação."

Ainda, leciona o citado mestre, quanto à questão da discricionariedade:

"O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio, Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública."

A respeito da participação de consórcio, a jurisprudência do TCU tem assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. Senão vejamos:

"Ademais, a participação de consórcios em torneio licitatório não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão no 2.813/2004 - Iª Câmara (...) o art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui a Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, a nosso ver, a formação de consórcios tanto se prestar a fomentar a concorrência (consórcios de empresas menores ou, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com "os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é prática comum a não aceitação de consórcios." (Acórdão no 1.946/2006 - Plenário - TCU - rel. Min. Marcos Bem querer) "4. A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei no 8.666/93, requerendo-se, porém, que a sua opção seja sempre justificada." (Acórdão nº 566/2006 - Plenário - TCU - rel. Min. Marcus Vinicius Vilaça)

Ocorre que nem sempre a participação de empresas reunidas em consórcio trará benefícios à administração pública, pois muitas vezes o objeto licitado possui peculiaridades que limitam o número de empresas aptas a participar do certame. É o caso do presente Edital de Licitação, cujas obras exigem complexidade técnica.

Para esses casos, a reunião de empresas em consórcio restringiria a competitividade, pois as empresas qualificadas que seriam competidoras entre si poderiam participar da licitação de forma consorciada, diminuindo o número de empresas elegíveis ao certame.

Assim, no intuito de proceder a melhor forma de execução dos serviços a serem contratados, e considerando que existem empresas com capacidade para executar os serviços objeto deste Edital, se decidiu por não permitir a participação de consórcios. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade.

